

Abril 2022

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 CEIC avisa que País terá pelo menos 17 milhões de pessoas pobres no próximo ano	6
1.2 Estratégia angolana focada na transição a país de renda média	6
1.3 A economia angolana cresce 0,7% e sai da recessão seis anos depois	7
1.4 Cesta básica mensal custa 4 vezes mais do que salário mínimo nacional	9
2. MICROFINANÇAS	11
2.1 Uns em cada cinco kz emprestados pelos bancos estão em risco	11
2.2 BDA assume exclusividade do PAC	12
2.3 Empresas de microcrédito exigem garantias e quebram espírito do programa	12
2.4 Facilcred concedeu mais de 1.850 microcréditos em 2021	13
2.5 Novo aviso 10 desbloqueia propostas de crédito que estavam nos bancos	14
2.6 Microcrédito de 600 milhões kz para formalizar negócios	15
2.7 BNA redefine regras para criação de instituições financeiras não-bancárias	16
2.8 PRODESI financia setecentos projectos no Planalto Central	16
3. MERCADO INFORMAL	18
3.1 Só duas em cada 10 indústrias angolanas têm alvará	18
3.2 Taxistas e moto-taxistas passam a beneficiar da segurança social	19
3.3 Construção de Casebres	20
3.4 Moradores do bairro Cambamba 2 beneficiam de kits para o auto-emprego	21
3.5 Salvar a vida e obter prazer com medicamentos tradicionais	21
3.6 Governo Provincial e ANATA legalizam moto taxistas do Bengo	24
3.7 PREI cadastra acima de 6 mil no Namibe	25
3.8 Mabunda, o mercado do peixe onde o barato é sinónimo de desordem e falta de higiene	26
3.9 Mercados continuam às moscas	27
3.10 Economia de Chinelos	28
3.11 Cinco mil pessoas podem sair do comércio informal	29
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	30
4.1 MININT encaixa mais 426,4 milhões de dólares, TC vê quadruplicar verba orçamentada	30
4.2 A distribuição da despesa pública e a sua sustentabilidade	30
5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	33
5.1 Moçamedes arrecada mais de 10 milhões de kz no primeiro trimestre	33
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	34
6.1 Acesso ao crédito à habitação	34
6.2 ARSEG quer tornar seguro a habitação obrigatório	34
6.3 Banca com 6,2 mil processos de crédito habitação	35
6.4 BNA impulsiona mercado imobiliário com o novo programa de crédito à habitação	36
6.5 Crédito habitacional pode ser concedido até 100 milhões	37

6.6	Executivo promete concessão de crédito habitação	38
6.7	O mercado imobiliário é o mais propenso ao branqueamento de capitais e fuga ao fisco	38
6.8	Promotores imobiliários querem mais fundos para financiar habitações	41
6.9	Vem aí um “ Aviso 10 “ para financiar crédito à habitação	43
6.10	JMPLA constrói e entrega casa à idosa de 70 anos	43
6.11	Emitidas mais de nove mil licenças para a construção de edifícios em sete anos	44
6.12	Mais de 30 projectos habitacionais construídos pelo Estado depois da Paz	44
6.13	Primeiras casas do Bucula são comercializadas em Julho	45
6.14	Regime de Crédito à Habitação é bem recebido pelos bancos	46
6.15	Habitações abandonadas	47
6.16	Players imobiliários «atacam» formação para alavancar sector	47
6.17	Falta de garantias condiciona crédito habitação as famílias	48
6.18	Lei do arrendamento: Indexação ou não indexação	50
6.19	Oito bancos elegíveis para conceder credito á habitação	50
6.20	Construídas 12 Centralidades nos últimos quatro anos	51
6.21	Exposição imobiliária reanima mercado	53
6.22	Mediadores e promotores mais optimistas com a concessão do crédito à habitação	54
6.23	Venda de imóveis estagna e arrendamento'aquece'mercado imobiliário na capital Luanda	55
6.24	Apenas 2, 3%dos imóveis registados em 2021 foram de privados	56
6.25	Verba para habitação social é baixa e vai para classe média em vez de mais necessitados	57
6.26	APIMA pede adopção de lei de alienação fiduciária	58

7. TERRA 59

7.1	Autoridades travam infracções administrativas	59
7.2	Temos de conviver também com insectos, com cheiro nauseabundo e com animais	59
7.3	Direitos fundiários são atribuídos a camponeses	61
7.4	Casebres De Chapa De Zinco	61
7.5	Apenas 2, 3%dos imóveis registados em 2021 foram de privados	62
7.6	Demolições Tudo abaixam: uma varredura sem distinção	63
7.7	Estado sem tréguas, tudo em nome do resgate da autoridade da certificação do NAIL	64
7.8	Camponeses recebem Títulos de Direito de Superfície	65

8. SERVIÇOS BÁSICOS 66

8.1	Águas de Benguela e do Lobito foram extintas e fundidas numa empresa	66
8.2	Também é bom recordar que a província de Benguela tem há anos vários problemas de abastecimento	66
8.3	Municípios pedem abertura de hospital e água potável	67
8.4	Presidente da República inaugura sistema de transferência de água	67
8.5	Sistema de transferência de água põe fim ao martírio da seca no Cunene	68
8.6	Banco Mundial injecta 300 milhões de dólares para projecto em Angola	70
8.7	Benguela mergulhada em crise de água sem precedentes	71
8.8	Cunene ganha imponente canal de transferência de água em 20 anos	72
8.9	Água chega a “conta-gotas” às habitações do Capari	73
8.10	População dos Cinco Fios clama por água e luz eléctrica	74
8.11	Consumo de água imprópria preocupa Comissão da Justiça	74
8.12	País elabora Carta Hidrogeológica de águas subterrâneas para a seca	75
8.13	Banco Mundial injecta 300 milhões de dólares para projecto em Angola	76
8.14	Banco mundial financia Luena com 10 milhões de USD	76
8.15	Cazenga e Elisal assinam contrato de seis mil milhões kz	77
8.16	Acordo com o Unicef propõe melhoria do saneamento básico	77
8.17	Elisal reforçada com meios para a limpeza de Luanda	78
8.18	Elisal desconhece como cobrar taxa de limpeza e não tem condições para separar lixo	78
8.19	Administrações municipais assinam contratos com operadoras	79
8.20	Chuva destapa "velhos" problemas de macro-drenagem	80

9. GÉNERO E VIOLENCIA	82
9.1 Patrulhamento e campanhas de sensibilização baixam índice de criminalidade	82
9.2 Crimes em Luanda	82
10. AMBIENTE	84
10.1 Banco Mundial concede 300 milhões. de dólares para apoiar resiliência climática	84
10.2 Falta de chuva compromete colheita na cooperativa kassame	84
10.3 No limiar da ravinas, na legião de moscas onde falta quase tudo	84
10.4 Progresso de ravina tira o sono aos moradores	85
10.5 Temos de conviver também com insectos, com cheiro nauseabundo e com animais	86
10.6 Estado pode arrecadar 150 milhões kz com venda de madeira	86
11. MINEIRA	88
12. MIGRAÇÃO	88
13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	88

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 CEIC avisa que País terá pelo menos 17 milhões de pessoas pobres no próximo ano

Novo Jornal

1 De Abril de 2022

Texto: Teresa Fukiady

O Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola (UCAN) estima que a pobreza monetária atinja uma taxa que ronde os 49,8% até 2023, ou seja, que a população pobre seja de quase 17 milhões de pessoas, num ano em que o Instituto Nacional de Estatística (INE) estima que a população no País cresça acima dos 34 milhões de habitantes.

O Relatório Social de Angola 2019/2020 do CEIC aponta que a pobreza no País vai agravar-se até 2025 e que ainda vai durar "muito tempo" com perdas sociais anexadas relevantes e inviabilizadoras do vencimento do seu ciclo vicioso.

"Não será apenas na criação de novos postos líquidos de trabalho que se encontrarão vias de ultrapassagem deste fenómeno, que anualmente cria série de descontentes e despersonalizados para quem a única via de sobrevivência é a indigência", lê-se no documento apresentado recentemente.

De acordo com o CEIC, a taxa de pobreza no País tem vindo a crescer todos os anos, passando, por exemplo, de mais de 12 milhões de pessoas (41,7%) em 2019 para mais de 16 milhões (49,4%), em 2022. Estima-se que esse número aumente para 49,8% no próximo ano. Numericamente, o número de pobres em Angola cresceu quase quatro milhões nos últimos quatro anos, uma média de um milhão de novos pobres por ano. Em 2023, o número poderá subir para quase 17 milhões.

O relatório aponta, igualmente, que o combate definitivo contra a pobreza só tem três caminhos: económico, geração de emprego e valorização do capital social na posse dos pobres (educação e formação profissional ajudam a melhorar os salários e, por esta via, diminuir a pobreza monetária). Ou seja, criação de emprego qualificado, associado a bons índices de produtividade, viabilizadores da prática de altos salários.

O documento indica que a desigualdade prevalente em Angola é económica e social. E essa última é profunda e mais grave e estrutural. E alerta que países com massas assustadoras de pobres são desqualificados na cena internacional e para alguns o alívio da pobreza só é através de doações internacionais. Por isso, afirma que "os Governos dos países com elevadas taxas de pobreza deveriam envergonhar-se e penitenciar-se junto dos seus cidadãos, sobretudo quando coabitam com compatriotas de elevado padrão de vida".

Lançado pela primeira vez em 2011, o Relatório Social de Angola procura fornecer às pessoas uma visão panorâmica sobre a situação social do País.

«Plano do Governo não é realista, diz CEIC»

O plano Nacional de Desenvolvimento Nacional (PND 2018/2022), programa do Governo, pretende reduzir a pobreza de 36,6% para 25%, projecção que os investigadores afirmam não passar apenas de uma boa intenção, por não ser nem realista e nem possível do ponto de vista da política económica.

"Primeiro porque a taxa de pobreza não é de 36,6% (muitos aspectos do plano têm de ser revistos e ajustados às novas realidades taxa média de crescimento do PIB, taxa de desemprego, taxa de pobreza, etc.) e, em segundo lugar, porque o estado recessivo da economia (recessão produtiva desde 2015 e sistemática até 2019, prevendo a sua continuação em 2020 em cerca de 1,2%, previsão do CEIC) não permite", explica.

O relatório aponta ainda que, no PND 2018/2022, as políticas não estão definidas, convergentes, consistentes entre si com variáveis de natureza económica, apenas sendo enumeradas muitas acções, sem quantificação.

I.2 Estratégia angolana focada na transição a país de renda média

Jorna Economia e Finanças

1 De Abril de 2022

Estratégia angolana focada na transição a país de renda média

Angola trabalha na elaboração da Estratégia Nacional de Transição de país menos desenvolvido para país de rendimento médio. Segundo o ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João, o Governo angolano prevê conceber estratégias para a graduação de Angola de país menos avançado a país de rendimento médio, tocando-se nas lacunas e

ajustando o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2022-2026).

Falando na quarta-feira, em Luanda, no seminário sobre Estratégia Nacional de Transição Suave de Angola (ENTS), sublinhou que o Governo prevê avaliar os resultados, definir o caminho a seguir para a elaboração da estratégia de Angola e conceber uma proposta de plano de trabalho, tendo em vista o processo de elaboração e monitorização da estratégia.

Afirmou que o Governo esforça-se para garantir a implementação da resolução de Fevereiro de 2021 sobre a extensão de três (3) anos para o processo de transição para graduação de Angola, através da implementação dos principais instrumentos de planeamento que pretendem o tratamento de questões relevantes de uma estratégia nacional de transição suave.

Mário Caetano João frisou que com o apoio do escritório da coordenadora residente das Nações Unidas em Angola e a assistência técnica da União Europeia deu-se início à criação de condições para elaboração e implementação da estratégia nacional de transição suave.,

Entre 2015 e 2022, o país experimentou um longo período de recessão da actividade económica, tendo o PIB registado uma retracção média anual de cerca de 1,5 por cento, no período de 2016 a 2020, situação que foi determinada pela crise financeira e económica iniciada em 2014.

A situação de retracção, acrescentou, foi agravada também em 2020, devido à pandemia da Covid-19, um cenário de contracção que resultou na redução considerável do valor nominal do PIB, passando de 146 mil milhões de dólares em 2014 para 57 mil milhões de dólares em 2020.

Justificou, igualmente, que o processo de transição de Angola foi influenciado pela contracção da actividade do sector petrolífero, menor preço e quantidades reduzidas, e pela liberalização da taxa de câmbio que, com o ritmo de crescimento médio anual da população de 3,1 por cento ao ano, resultou na redução do PIB per capita de aproximadamente 5,6 mil dólares em 2014 para cerca de 1.800 dólares em 2020.

De igual modo, disse que o índice de vulnerabilidade económica demonstrou uma estrutura económica vulnerável a choques externos, com um nível de concentração elevado do petróleo nas exportações assim como a dificuldade do sector não petrolífero em contrabalançar o desempenho negativo do sector petrolífero.

Tudo isso, sublinhou o gestor, aconteceu num contexto económico internacional provocado pela pandemia da Covid-19, situação que não permitiu o país atingir o requisito estabelecido para efeitos de graduação.

I.3 A economia angolana cresce 0,7% e sai da recessão seis anos depois

Jornal Economia e Finanças
8 De Abril de 2022

A economia nacional saiu o ano passado. da recessão económica em que estava mergulhada desde 2016 por conta da crise petrolífera, crescendo 0,7 por cento no conjunto do ano, depois de uma expansão económica de 2,2 por cento no último trimestre.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIE) cresceu 1,6 por cento na passagem do III para o IV trimestre de 2021, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal.

Em termos homólogos, o IV trimestre de 2021 face ao IV trimestre de 2020, o PIB cresceu 2,2 por cento. E o PIB anual preliminar, resultante dos quatro trimestres de 2021, cresceu 0,7 por cento em relação ao ano de 2020.

As actividades que contribuíram positivamente para a variação do PIE, segundo o INE, foram a pesca com 0,29 pontos percentuais (pp.), extracção e refino de petróleo (0,25), extracção de diamantes e outros (0,53), transporte e armazenagem (0,61), intermediação financeira (0,03), serviços imobiliários e aluguer (OA1) e outros serviços (0,07).

As actividades que contribuíram negativamente na variação trimestral foram a agro-pecuária com 0,002 pp., indústria transformadora (0,004), electricidade e águas (0,001), construção (0,25), comércio (0,31), correio e telecomunicações (0,03) e administração pública (0,07).

Análise sectorial

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Agro-pecuária teve um crescimento de 3A por cento, contribuindo positivamente em 0,19 pp., na variação total do PIB. Esta variação deveu-se ao aumento da produção das culturas agrícolas, bem como a pecuária como consequência do objectivo de fomentar a produção interna.

Quanto ao sector das pescas, o VAB teve um aumento de 37,7 por cento, em relação ao trimestre homólogo, contribuindo positivamente em 1,21 pp. na variação total do PIB. Este crescimento deveu-se ao aumento da captura no período em referência.

No sector dos petróleos, o VAB teve uma queda de 2,8 por cento em relação ao trimestre homólogo, contribuindo negativamente em 0,95 pp., na variação total do PIB. Esta queda deveu-se a diminuição da quantidade extraída de petróleo, causado pelo fecho de alguns poços, baixa pressão dos reservatórios, causada por problemas mecânicos.

Nos diamantes o VAB teve um crescimento de 20 por cento em relação ao trimestre homólogo, contribuindo positivamente em 0,98 pp., na variação total do PIB. Esta variação deveu-se ao regresso com maior número de pessoal para os projectos na extracção industrial e ao aumento da produção semi-industrial.

No que toca a indústria transformadora, o VAB teve um aumento em torno de 3,2 por cento, em relação ao trimestre homólogo, contribuindo positivamente em 0,19 pp., na variação total do PIB.

Este aumento deveu-se à variação positiva da produção nos sectores de abate de animais, Outros produtos alimentares, bebidas, fabricação de papéis, produtos químicos, produtos de borrachas e plásticos, produtos metálicos e mobiliárias.

No sector eléctrico, a VAB teve um aumento de 2A por cento em relação ao trimestre homólogo, contribuindo positivamente em 0,03 pp., na variação total do PIB. Esta variação é ainda resultante da evolução natural da carga.

Já no sector da construção, o VAB registou um crescimento de 5,3 por cento em relação ao trimestre homólogo, contribuindo positivamente em 0,65 pp., na variação total do PIB. Esta variação deveu-se ao aumento de materiais de construção importada.

No Comércio o VAB teve um crescimento de 2A por cento em relação ao trimestre homólogo, contribuindo positivamente em 0,5 pp., na variação total do PIB.

O crescimento desacelerado do sector justifica-se pelo facto de registarem-se quedas na importação. No entanto, teve aumentos significativos na produção agrícola, pesca, bens manufacturados e importados.

Nos transportes o VAB teve um crescimento de 39A por cento em relação ao trimestre homólogo,

contribuindo positivamente em 1,3 pp., na variação total do PIB.

Este aumento deu-se pelo crescimento exponencial no subsector aéreo, fruto de aumento de frequências de voos resultantes das medidas de alívio da Covid-19, bem como a injeção no sector rodoviário de novos autocarros em circula público privado de passageiros a nível nacional.

Nas telecomunicações, o VAB teve uma queda de 1,7 por cento, em relação ao trimestre homólogo, contribuindo negativamente em 0,05 pp., na variação total do PIB. A queda deste sector deve-se ao despedimento em massa de funcionários no período em referência, o que influenciou a redução da produção das Unidades Tarifárias de Telecomunicações (Utt).

Na intermediação financeira e seguros, o VAB teve uma retracção na ordem dos 36,3 por cento, em relação ao trimestre homólogo, contribuindo negativamente em 0,8 pp., na variação total do PIB.

A queda da actividade de intermediação financeira foi motivada pelos bancos comerciais, isto é a queda dos proveitos em relação aos custos no período em causa para os dados correntes em 25 por cento, e deflacionando-o para a obtenção do valor real em torno de -41 por cento, visto que os mesmos bancos comerciais pesam em média mais de 70 por cento do valor global da actividade.

Quanto ao Governo, o VAB teve uma subida de 0,7 por cento em relação ao trimestre homólogo, contribuindo positivamente em 0,1 pp., na variação total do PIB.

O aumento desta actividade deu-se pelo facto da necessidade de recursos humanos de cada órgão e reforço das medidas das medidas de gestão orçamental, tais como recrutamento de novo pessoal no Conselho Superior de Magistratura, PGR e alguns governos provinciais, transferências intra-instituições, fusão ou extensão de organismos. Também importa referir que o 4.º Trimestre por ser o último, abarca uma certa pressão pela tendência de se resolverem todas as pendências antes do fecho do exercício, como o pagamento de atrasados/retroactivos que implicam o aumento do número de agentes processados nos meses.

Nas actividades imobiliárias, o VAB teve um aumento de 3,1 por cento, em relação ao trimestre homólogo, contribuindo positivamente em 0,2 pp., na variação.

Nos outros serviços, o VAB teve uma queda de 8,4 por cento em relação ao trimestre homólogo, contribuindo negativamente em 0,7 pp., na variação total do PIB.

A variação negativa deste grupo de sectores justifica-se pelo facto de registar uma queda substancial no serviço da hotelaria e restauração na ordem de 32 por cento, visto que a mesma tem um ponderador maior dentro do grupo das actividades de outros serviços.

I.4 Cesta básica mensal custa 4 vezes mais do que salário mínimo nacional

Jornal Expansão

15 De Abril de 2022

Texto: Graciete Xavier

A cesta básica no mercado informal custa quatro vezes mais do que o salário mínimo nacional, segundo cálculos feitos pelo Expansão com base nos dados fornecidos pela UNTA- União Nacional dos Sindicatos Angolanos, que elaborou uma proposta técnica com o objectivo de calcular o Salário Mínimo Nacional. Esta cesta básica foi pensada para uma família de seis pessoas.

A lista é composta por dezasseis produtos, nomeadamente arroz, feijão, carne, trigo, leite, batata, sal, açúcar, massa alimentar, óleo alimentar, peixe, coxa de frango, fuba de bombó e de milho, tomate e cebola, com quantidades estimadas para um consumo mensal.

Segundo os cálculos feitos pelo Expansão, os preços praticados em três supermercados, nomeadamente Maxi, Candando e Shoprite, elevam a cesta básica aos 258.225 Kz. Já no mercado informal constatou-se que o mesmo conjunto de produtos atinge os 127.150 Kz, uma diferença de 131.075 Kz.

Fazendo uma comparação entre o salário mínimo nacional mais baixo para o sector da agricultura, que é de 32.181 Kz (este é 5) valor actual, pois o que foi aprovado recentemente ainda não entrou em vigor) e a cesta básica no mercado informal que custa 127.150 Kz ou equivalente a 285,86 USD, percebe-se que o grau de cobertura é de apenas 25%.

Se os cálculos seguirem o preço da cesta básica no mercado formal (258.225 Kz), a taxa de cobertura diminui ainda mais e assegura apenas 12,4%, ou seja, são necessários sete ordenados mínimos para comprar os produtos essenciais.

Já o salário mínimo para os sectores dos transportes e da indústria transformadora (40.226 Kz) cobre apenas 31,6% da cesta básica. Este valor sobe ligeiramente se tivermos em linha de conta o salário mínimo para o sector do comércio e indústria extractiva, 48.278 Kz, que representa 37,9% do preço da cesta básica no mercado informal.

Os preços

Os mercados formais, por regra, praticam preços mais elevados porque a estrutura de custos é maior, pagam rendas e impostos, e estão sujeitos ao pagamento das taxas estabelecidas. Mas há ocasiões em que estes preços são tão elevados que se pode falar também de especulação comercial ou fenómenos de cartel (preços combinados entre operadores).

Por exemplo, o preço do quilo do peixe carapau na Shoprite e no Candando custa mais do dobro da Maxi. O mesmo produto custa 8.500 Kz/quilo no Candando, 7.000 Kz/quilo na Shoprite mas na Maxi o preço é reduzido para 3.990 Kz/quilo

Outro produto em que também se encontra uma diferença abismal é o leite em pó de 2,7 quilos. Nas prateleiras do Candando é comercializado por 18.739 Kz mas na Maxi, o mes-mo produto e a mesma quantidade, é vendido por 14.990 Kz, enquanto na Shoprite pode-se comprar por 16.999 Kz.

No óleo alimentar o cenário é praticamente igual. Na Maxi o custo deste produto é de 2.290 Kz mas na Shoprite o produto é vendido por 1.499 Kz.

Se compararmos os preços médios dos produtos nestes estabelecimentos comerciais aos preços praticados no mercado informal, a diferença é ainda maior.

A começar também pelo quilo de carapau. Se este produto no mercado formal pode ser comprado por 6.496 Kz, valor médio das lojas visitadas pelo Expansão, no mercado informal o preço reduz para apenas 2.000 Kz. Quanto ao leite em pó, que tem o preço médio nas superfícies comerciais formais de 16.909 Kz, custa no informal "apenas" 12.500 Kz.

As diferenças acentuam-se bastante em alguns produtos básicos. O quilo de tomate, por exemplo, que custa 2.029 Kz no formal, no mercado informal custa apenas 500 Kz. A cebola tem o preço de 795,6 Kz no formal mas é comprada no informal a 300 Kz quilo. O sal grosso é encontrado ao preço de 555 Kz no formal mas no informal custa apenas 200 Kz. A fuba de milho também fica muito mais cara no mercado formal, chegando a custar mais que o dobro

se comparada com o informal. No formal, o custo do quilo é de 899,3 Kz mas no informal é de 400 Kz.

Cesta básica real

Durante uma ronda efectuada pelo Expansão durante a semana, várias famílias admitiram que já não têm a possibilidade de comprar todos os produtos que compõem a cesta básica devido aos altos preços e ao contexto económico adverso nos últimos anos.

Outras famílias afirmam que assumem como essenciais apenas 11 produtos, nomeadamente o arroz, a massa, açúcar, sal, fuba de bombó, tomate, cebola, feijão, óleo alimentar, coxa de frango e peixe, isto por não terem possibilidades financeiras para comprar os restante artigos.

Para algumas famílias, a carne e o leite passaram a ser considerados bens de luxo e quase nunca se compra porque a renda mensal não é suficiente.

Outras famílias da chamada classe média dizem que é possível comprar todos os 16 produtos mas em quantidades mais reduzidas.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Uns em cada cinco kz emprestados pelos bancos estão em risco

Jornal Expansão

1 De Abril de 2022

Texto: Joaquim José Reis

Um em cada cinco kz emprestados pelos bancos em Angola são malparados, num valor que atingiu os 1, 225 biliões de kz no final de 2021 tratando – se do valor mais alto em crédito vencido desde que o BPC cedeu os seus activos tóxicos a Recredit em Maio de 2020 malparado e crédito bruto, mil milhões kz

De acordo com o relatório de Indicadores do Sistema Financeiro do Banco Nacional de Angola em Dezembro de 2021 o crédito malparado no sector financeiro equivalente a 20,3% do total do stock de crédito concedido que, segundo o relatório de Estatísticas Monetárias do banco central, era 6, 0 Biliões kz.

Contas feitas, o total de malparado no sistema financeiro no final de 2021 era equivalente a 2.207 milhões USD, de acordo com cálculos do Expansão com base na taxa de câmbio média no final do período.

Desde o final de 2020, o malparado no total do crédito bruto passou de 18,41 % para 20,30%, um crescimento de 1,85 pp em 12 meses. Como no mesmo período a carteira de crédito dos bancos cresceu 5,5% para 6,0 biliões Kz, contas feitas revelam que o malparado cresceu 172 mil milhões kz, equivalente a 309,9 milhões USD.

A alta inflação e a situação económica do país, onde o maior empregador continua a ser o sector informal, o desemprego é elevado e o rendimento das famílias tem vindo a cair ano após ano desde 2014 (68% de quebra de poder de compra entre 2014 e 2021), continuam a ser um entrave ao cumprimento das obrigações com os bancos, de acordo com especialistas. E não esquecer aquilo que dentro da banca são considerados os "créditos marimbondos". A tudo isto junta-se a política monetária restritiva do BNA, que, a 2 de Julho do ano passado, numa medida que visava travar a inflação, aumentou a taxa de juro básica de 15,5% para 20,0%, influenciando o aumento das taxas de juro dos empréstimos das famílias e das empresas. Num país onde as famílias gastam quase 70% dos seus rendimentos em alimentação, a subida das taxas de juros só veio

agravar as condições de vida dos angolanos, especialmente ao nível da classe média.

O crédito malparado em Angola atingiu o seu pico em Junho de 2019, quando equivalia a 35,5% do crédito bruto bancário (ver gráfico). Entre ligeiras subidas e descidas desde esse pico, só em Junho o malparado caiu a pique, passando de 34,5% em Maio para 22,3% em Junho. A limpeza do balanço do BPC, que cedeu à Recredit pela segunda vez uma carteira de crédito de cobrança duvidosa, em Junho de 2020, no valor de 950 mil milhões kz, com o 'banco mau' a pagar apenas 57 mil milhões kz, provocou uma queda vertiginosa no total do malparado da banca naquele período Junho de 2020, segundo dados do BNA, o crédito bruto da banca era de pouco mais de 6,1 biliões kz. Como 34,5% desse valor era malparado, significa que 2,1 biliões kz eram créditos de cobrança duvidosa. Assim, as contas mostram que 950 mil milhões kz do malparado do BPC eram equivalentes a 45% de um total de 2,1biliões kz de malparado da banca. Sem os créditos tóxicos do BPC, o crédito de cobrança duvidosa de toda a banca caiu naquele mês de 2,1 biliões para quase 1,2 biliões.

FMI quer mais supervisão

No relatório sobre a sexta e última avaliação ao cumprimento do programa de financiamento ampliado (2019-2021), o FMI refere que Angola fez "progressos substanciais nas reformas do sector financeiro", mas deixa como recado que as autoridades precisam de "prosseguir com os esforços para assegurar a saúde do sector", alertando para a necessidade de se implementarem "planos para fazer face ao ainda elevado nível de crédito malparado". Neste sentido, refere o relatório, o banco central "começou a intensificar as suas acções de supervisão para assegurar que os bancos (os mais pequenos em particular) desenvolvem planos ambiciosos de redução de mal parado, com metas calendarizadas para essa redução

Na carta que a equipa económica do Governo enviou ao fundo e que faz parte deste relatório é referido que "intensificaremos ainda mais o nosso controlo de supervisão com particular atenção às carteiras de crédito dos bancos mais afectadas pela Covid-19 e aos bancos mais pequenos".

2.2 BDA assume exclusividade do PAC

Jornal de Angola
6 De Abril de 2022

Um acordo entre o Ministério da Economia e Planeamento (MEP) e o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) permite que a instituição bancária tenha a exclusividade de gerir o Programa de Apoio ao Crédito (PAC), que, na última semana, disponibilizou 41 mil milhões de kwanzas para a sua operacionalização e com taxas não superiores a 7,5 por cento.

O Ministério da Economia e Planeamento (MEP) e o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) já trabalham nos aspectos técnicos, para a reestruturação do PAC. A informação foi avançada pela directora nacional para a Economia e Competitividade, Jofrana Xavier, durante o "briefing" bissemanal no domínio da Economia. No evento fez-se saber que, doravante, o PAC passa a ser operacionalizado "única e exclusivamente pelo BDA".

Jofrana Xavier reiterou o empenho do Executivo em busca de um ambiente de negócios cada vez mais favorável para os operadores económicos, com destaque para o reforço do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), tendo frisado que "decorre a recolha de informação referente aos dez domínios que configuram o referido programa".

No domínio do acesso ao mercado interno, segundo fez saber, está em curso o cadastramento dos produtores no Portal da Divulgação Nacional (PPN), sendo que, em termos acumulados, desde a sua operacionalização, foram registados 63.888 produtores nacionais, um incremento de 217 em relação ao último reporte.

"Queremos realçar que já ultrapassamos a meta projectada para 2022, que era de 40 mil produtores, e celebramos mais vinte contratos de compra futura, 19 dos quais tiveram lugar na província de Luanda e um na província do Moxico", revelou.

A directora nacional garantiu condições, para que, no presente exercício económico, sejam realizadas mais de 200 feiras em todo o território nacional, numa altura que "desde o nosso último reporte, foram consumados mais três eventos na província do Cuanza-Norte, nos municípios de Bolongogo, Ngogumbo e do Samba Caju".

No que toca à capacitação, o programa "Mais Jovens Mais Cidadania mais Angola", operacionalizado pelo Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e o Instituto Angolano da Juventude, formou, na semana passada, 225 jovens na província do Cuanza-Sul, 20 por cento dos quais do sexo feminino.

No domínio do Serviço de Apoio ao Crédito, disse a directora, "mantivemos os dados relativamente ao último reporte, que são 94 projectos em análise, distribuídos por 73, com base no Aviso n.º 10/20, do Banco Nacional de Angola, e n.º 10/21, do Projecto de Apoio ao Crédito.

Por outro lado, o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) já permitiu a inserção de cerca de 131.723 operadores económicos no sistema financeiro. O arranque da segunda fase está marcado para o próximo dia 11, no mercado dos Eucaliptos, província do Namibe, devendo as fases subsequentes abranger as províncias de Benguela, Cuando Cubango, Uíge e Cabinda.

2.3 Empresas de microcrédito exigem garantias e quebram espírito do programa

Jornal Expansão
8 De Abril de 2022

Texto: Teima Van-Dúnem e José Gongga

Agências de microcrédito sem clientes, muitas com processos em espera, umas a não cederem os créditos e outras a verem as suas licenças revogadas, é esta a realidade do microcrédito na capital do País.

O espírito do microcrédito, que tem como objectivo facilitar o acesso a financiamentos para empreendedores de baixa renda, com taxas de juros residuais, bem como a não exigência de garantias para a sua aprovação, é uma realidade que é alheia em Angola.

Segundo apurou o Expansão numa ronda por agências de microcrédito na capital do País, para obter um microcrédito na Nespe - Cred, um dos requisitos exigidos é a garantia de um imóvel, terreno ou um fiador. A instituição financeira não bancária concede microcréditos no valor entre os 250 mil kz a sete milhões kz e cobra uma taxa de juro de 3,5%. Na NespeCred a maturidade do crédito varia de seis a 12 meses. Além da taxa de juro, o credor paga também uma taxa de protecção de crédito de 2% sobre o valor aprovado e uma taxa administrativa ao crédito

de 4%. Ao solicitar o crédito, o interessado deve ainda pagar uma prestação ou uma e meia de forma antecipada.

De acordo com a informação que o Expansão teve acesso, na NespeCred há muitos processos pendentes à espera do desembolso dos valores. Segundo um funcionário da instituição, quem solicitar um crédito hoje pode esperar até seis ou mais para receber os valores após a aprovação. Sendo que, a aprovação do pedido depende da avaliação que os funcionários da empresa fazem ao negócio. A instituição tem dois segmentos de créditos, sendo um crédito destinado a particulares e

Já na KixiCrédito, uma das condições para o acesso ao crédito é a apresentação de uma garantia equivalente ao valor solicitado e ter um negócio com pelo menos um ano e seis meses de actividade. Uma das instituições financeiras não bancárias mais antigas do mercado 'oferece' ao público quatro tipos de créditos, nomeadamente, KixiEmpresa, KixiValor, Kixi Negócio e Kixi Agropesca. Para um crédito do KixiNegócio, os valores são a partir de 200 mil kz até três milhões kz, e tem uma maturidade de 12 meses. Para o KixiEmpresa os milhões até sete milhões kz, com maturidade de 18 meses.

Instituições com endereço 'fantasma' em Luanda

Das 16 instituições licenciadas pelo BNA, muitas não têm endereço certo e os seus contactos não funcionam. O Expansão soube que a Sociedade de Microcrédito Koféleféle neste momento também não está a conceder créditos, porém, quando retomarem' a actividade admitem que vão ceder empréstimos apenas a polícias

Todavia, esta instituição viu a sua licença revogada pelo BNA por incumprimento das normas legais e regulamentares relativas à manutenção dos Fundos Próprios Regulamentares, dentro do mínimo regulamentar, com base ao abrigo do disposto no artigo 36º conjugado com o n.º 3 do artigo 7.0, ambos da Lei n.º 14/21, de 19 de Maio - Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras.

Garantias afugentam clientes

A exigência de uma garantia tem sido uma barreira para muitos empreendedores, como afirma Hélio M., um dos interessados no crédito da NespeCred. Hélio contou que tem um negócio num dos mercados de Luanda. e precisa de seis milhões kz para comercializar num lugar mais adequado. "Penso que para um microcrédito não era necessário nos exigirem uma garantia de casa. No meu caso não será possível pedir o crédito, porque não tenho casa

própria e também o tempo de maturidade de um ano é pouco", referiu. O microcrédito é considerado como uma política de desenvolvimento social, com objectivo de facilitar o acesso ao crédito para os empreendedores de baixa renda, tendo como as principais vantagens as baixas taxas de juros, bem como a não exigência de garantias para a sua aprovação.

Segundo o economista Carlos Padre, "o microcrédito é a melhor resposta e a mais racional economicamente, principalmente devido à necessidade de aumento da oferta de produtos e de serviços para o mercado de forma a satisfazer a enorme procura para equilíbrio dos preços, ocupar a mão -de obra desempregada e com capacidade de criação e distribuição de riqueza".O economista acrescenta: "Angola tem graves problemas de escassez de produtos e serviços para à população e na maior parte dos países o sector privado, incluindo as micro e pequenas empresas, são fundamentais para a sobrevivência da nação e diversificação económica, que deverá envolver produtores, distribuidores e consumidores. O chamado 'banqueiro dos pobres', o economista Muhammad Yunus (que fundou o banco Grameen, primeiro banco no mundo que dá microcréditos a pessoas insolventes) disse que essas iniciativas: "estão a apoiar o sonho de obter um mundo sem pobreza".

Na prática, boa parte das agências de microcrédito está a exigir o mesmo tipo de garantias que os bancos exigem, o que segundo fontes do sector financeiro nacional desvirtua o princípio do microcrédito que passa por apoiar pessoas que não conseguem aceder aos sistemas financeiros tradicionais.

2.4 Facilcred concedeu mais de 1.850 microcréditos em 2021

Jornal Expansão
8 De Abril de 2022

A Facilcred, ligada ao banco BNI, é das poucas instituições financeiras não bancárias que não existe garantias dos credores. Em 2021, a 'empresa concedeu mais de 1.850 microcréditos. Conforme a direcção da empresa, "nos últimos anos houve impacto negativo na carteira de crédito vigente em resultado da situação pandémica, uma vez que houve, numa fase inicial, paralisação de muitos sectores da economia em que os nossos clientes actuam. Por outro lado, muitas empresas efectuaram despedimentos em massa, o que afectou nalguma medida os reembolsos. Adicionalmente, houve a necessidade de reestruturação de créditos. o que implica menos retorno em alguns meses", referiu.

A Facilcred tem na sua grelha de produtos de microcrédito dois segmentos, microcrédito ao consumo e microcrédito para as micro e pequenas empresas (MPE's). Para o microcrédito ao consumo os montantes variam de 100 mil Kz a um milhão Kz e para as MPE's o valor máximo difere do tipo de empresas, para as firmas em nome individual, o montante varia de cem mil Kz a 2,5 milhões Kz e para as empresas em nome colectivo o montante máximo é de sete milhões Kz. O prazo de resposta (aprovação/rejeição) dos processos também difere do segmento: para o microcrédito ao consumo, o tempo de resposta é no máximo, 72 horas e para as MPE's o prazo poderá ser maior, pois depende da completa formalização do processo de solicitação. A maturidade máxima para ambos os segmentos e é de até 24 meses. Na Facilcred, 12% da carteira vigente de crédito é composta por mulheres, sendo 88% por homens.

Para elevar a capacidade financeira das microempresas, o Governo criou o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) gerido pelo ministério da economia e planeamento. São parceiros do FACRA, criada ao abrigo do Decreto Presidencial 98/20, oito operadoras de microcrédito, nomeadamente, Kixicredito, Fácilcred, Cooperafaje, Wiliete crédito, Multicredito, Gingacred, Nespecred e Kacem (Kixicredito). Dentro deste projecto, os critérios para ter acesso é ser angolano, maior de 18 anos, ser portador de Bilhete de Identidade, ter o NIF e uma ter uma conta bancária O interessado deve também ter uma ter actividade comercial um negócio com pelo menos 12 meses de actividade e endereçar uma carta de solicitação a operadora de microcrédito. Conforme o Ministério de Economia, em geral, o requerente leva sete dias úteis para ter acesso aos valores, de acordo a definição do FACRA.

O valor máximo para a concessão de Microcrédito definido pelo Banco Nacional de Angola, enquanto regulador, é de sete milhões Kz e o tempo de maturidade é de 18 meses, porém, para a linha do FACRA ficou definido para 24 meses.

De acordo com fonte oficial do Ministério da Economia, para quem solicita um microcrédito existe um programa de acompanhamento directo, que é realizado por via das operadoras de microcrédito, sendo que, o FACRA supervisiona o referido acompanhamento com o método de visitas regulares aos projectos financiados.

Desde o arranque da linha a 28 de Setembro de 2020, foram financiados 1.915 projectos, dos quais, 1.683. Os maiores beneficiários até ao momento são homens, com 1.118 operações de microcrédito

concedidas. Em relação às mulheres, foram concedidos 797 microcréditos.

T.V.D.

2.5 Novo aviso 10 desbloqueia propostas de crédito que estavam nos bancos

Jornal Expansão
15 De Abril de 2022

O BNA publicou em Diário da República o novo Aviso, estipulando as condições de crédito que as instituições financeiras devem conceder ao sector real da economia, para actividades de cultura e produção de bens essenciais (ver caixa). O anterior' datado de 2020, continua a ser o grande suporte do PRODESI, sendo que foi através dele que foi disponibilizado 84% do total do dinheiro já entregue aos promotores, 285.545 milhões de kz, havendo ainda já aprovado e por entregar ao abrigo do Aviso nº10 mais 344.880 milhões kz.

De acordo com o que Expansão conseguiu apurar, havia muitos projectos parados na banca comercial, nas instituições que tinham cumprido os critérios definidos, à espera da publicação deste aviso para avançarem com a sua aprovação. Embora o seu âmbito seja um pouco mais apertado, deixando de fora áreas de actividade como a prestação de serviços ou a indústria têxtil, que embora se mantendo no PRODESI, os seus financiamentos terão de ser aprovados ao abrigo de outras linhas.

Relativamente a este novo aviso' está também definido que os promotores podem concorrer a três tipos de crédito: de médio e longo prazo, onde se inclui a aquisição de máquinas e equipamento, fazendo-se menção que para além do financiamento com garantias reais, devem as instituições considerar também a modalidade de locação financeira. Este tipo de crédito, estabelece que o custo não deve ser superior 7,5% ano.

Contempla também o crédito de curto prazo para a compra de matérias-primas e outros insumos aos fornecedores no mercado nacional, o que significa que têm que comprar a empresas registadas internamente, sejam elas nacionais ou sucursais de multinacionais. Ou seja, não pode ter acesso a crédito para importar directamente. Imaginemos que uma fábrica necessita de trigo, que não é produzido no País. Pode aceder a crédito se for para comprar a uma outra empresa com domiciliação fiscal em Angola e que faça a importação, mas não poder ter acesso ao mesmo se for comprar directamente a um

produtor/vendedor sediado no estrangeiro. A taxa máxima a aplicar nestes casos é de 10% ao ano.

A nova legislação traz também como novidade o crédito concedido na modalidade de factoring, ou seja, a antecipação do pagamento das facturas de clientes que tem em sua posse com prazos mais alargados. No factoring o cliente entrega estas facturas ao banco comercial, recebe o valor mediante a cobrança de uma taxa (que não pode exceder os 10%), sendo que é depois a instituição que no prazo estabelecido irá fazer a cobrança. Uma modalidade que não é muito usada na nossa economia, mas que este aviso contempla.

O art.º 6 deste novo aviso nº10 junta uma série de procedimentos e disposições que os bancos devem obedecer na avaliação e gestão do risco de crédito. Dois aspectos importantes neste conjunto de normas - a indicação aos bancos que devem recorrer a especialistas para garantir uma decisão de crédito bem fundamentada, e a avaliação da possibilidade de o crédito poder beneficiar de uma garantia ou seguro de crédito agrícola, devendo o banco nestas situações, auxiliar cliente na sua contratação

O aviso define também as metas de cada banco, de acordo com o seu activo líquido declarado no 31 de Dezembro anterior, obrigando ao cumprimento de dois critérios. Em termos de volume de crédito a conceder este não poderá ser inferior a 2,5% do activo líquido declarado no balanço do ano anterior. No que se refere ao número de projectos a apoiar há quatro categorias de acordo com o valor do seu activo líquido, os maiores têm como valor mínimo 25, e os mais pequenos, apenas 5.

Não elegíveis no cumprimento destes objectivos os créditos de factoring e curto prazo, mas também os concedidos a titulares de participações qualificadas no banco, bem como a pessoas singulares ou colectivas relacionadas. Ficam também de fora os créditos concedidos a membros dos órgãos de administração e fiscalização dos bancos comerciais, seus cônjuges, descendentes ou ascendentes até ao segundo grau em linha recta, assim como às empresas por estes geridas ou nas quais tenham uma participação societária.

Relativamente às sanções a aplicar a quem não cumprir, o BNA exige que exista uma explicação dos motivos até 28 de Fevereiro de cada ano, sendo que o banco central depois decide a sanção a aplicar até 31 de Março. No aviso não está explícito que tipo e que grandeza poderão ter estas sanções.

Por último dizer que aplicação deste Aviso nº 10 está limitado aos clientes bancários que sejam sociedades

constituídas ao abrigo da lei das sociedades comerciais ou lei das sociedades unipessoais, que tenham contabilidade organizada e contas certificadas por um contabilista filiado na Ordem, que tenham a situação fiscal regular e que tenham experiência comprovada na actividade que exercem e para a qual pedem o crédito. Já os bancos comerciais devem informar o BNA sempre que um crédito se torne vencido há mais de 90 dias, ou que seja reestruturado por dificuldades financeiras dos clientes.

2.6 Microcrédito de 600 milhões kz para formalizar negócios

Jornal Expansão
15 De Abril de 2022

Seiscentos milhões kz, dos dois mil milhões kz que se prevê disponibilizar em microcrédito na segunda fase do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), foram entregues pelo Executivo angolano aos operadores formalizados, disse esta terça-feira o ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João.

O governante, que falava à imprensa no final da visita de constatação do processo de formalização dos operadores no mercado do Catinton, ressaltou terem concedido na primeira fase mais de dois mil milhões kz, dos quatro mil milhões kz previstos até ao final do programa.

Salientou estarem a equacionar outros recursos financeiros para que nenhum operador com capacidade fique sem receber o microcrédito, pois o capital é um factor de crescimento e, com eles, a economia cresce.

Adiantou que o Produto Interno Bruto do país cresceu 0,7% em 2021, devido ao crescimento dos vendedores de mercados, ambulantes e nos campos, factor que levou à intenção de uma injeção financeira a esses operadores.

Cada operador, segundo Mário; Caetano João, pode receber em 50 mil kz a 7 milhões de kz, de acordo com a sua capacidade, bem como o programa vai ajudar grandes operadores na recepção crédito com a elaboração de \ projecto, através do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

Sobre o processo de capacitação e alfabetização dos operadores no mercado Catinton, disse que 35 das mais de 4 mil pessoas formalizadas já estão a participar em aulas de capacitação e alfabetização E já beneficiam de microcrédito.

O PREI vai ser lançado, oficialmente, nas províncias de (Cabinda, Bengo, Uíge, Benguela Cuando Cubango, Cuanza Sul Zaire até Junho deste ano.

O programa já formalizou m de 132 mil operadores nas províncias da Lunda Norte e Sul, Moxico Malanje, Cuanza Norte, Huambo, Bié, Huíla, Cunene e Luanda

O PREI pretende conferir cidadania económica aos informais pelas valências que esta iniciativa do Executivo proporciona, com acesso à capacitação, inscrição Segurança Social e microcrédito

2.7 BNA redefine regras para criação de instituições financeiras não-bancárias

Novo Jornal

22 De Abril de 2022

O Banco Nacional de Angola (BNA) definiu novos requisitos e procedimentos para a autorização de constituição de instituições financeiras não-bancárias ligadas à moeda e ao crédito, nomeadamente casas de câmbio, instituições de moeda electrónica, sociedades de cessão financeira, sociedades de garantias de crédito, sociedades de locação financeira, sociedades mediadoras dos mercados monetários ou de câmbios, sociedades operadoras de sistemas de pagamentos, compensação ou câmara de compensação, nos termos da Lei do Sistema de Pagamentos de Angola, e sociedades prestadoras de serviço de pagamento.

As regras contidas no aviso 11/22, publicado em Diário da República, são aplicáveis às instituições financeiras não-bancárias sob a supervisão do BNA, previstas na Lei 14/21, de 19 de Maio, Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras, mas não se aplicam às instituições financeiras não-bancárias de microfinanças, sociedades cooperativas de crédito, sociedades de microcrédito e sociedades de poupança e empréstimo.

O normativo determina que a constituição de instituições financeiras não-bancárias com sede no País depende de autorização a conceder pelo BNA e deve obedecer a requisitos como "ter por objecto exclusivo o exercício da actividade legalmente permitida, nos termos do disposto no N.º 02 do artigo 12.0 da Lei n.º 14/21, de 19 de Maio; adoptar a forma de sociedade legalmente permitida; ter capital social não inferior ao mínimo regulamentar; identificar os sócios ou accionistas e os beneficiários efectivos últimos; demonstrar a capacidade económico-financeira dos sócios ou accionistas; apresentar dispositivos sólidos em matéria de

governança corporativa da sociedade, incluindo uma estrutura organizativa clara, com linhas de responsabilidade bem definidas, transparentes e coerentes".

Deve ainda, segundo o documento, "organizar processos eficazes de identificação, gestão, controlo e comunicação dos riscos a que está ou possa vir a estar exposta; dispor de mecanismos adequados de controlo interno, incluindo procedimentos administrativos e contabilísticos sólidos; dispor de políticas e práticas de remuneração que promovam e sejam coerentes com uma gestão sã e prudente dos riscos, ter nos órgãos de gestão e fiscalização membros cuja idoneidade, qualificação profissional, independência e disponibilidade demonstrem, quer a título individual, quer a nível dos órgãos, no seu conjunto, garantias de gestão sã e prudente da instituição financeira cujos beneficiários efectivos últimos das participações qualificadas devem ser idóneos e competentes".

O plano de negócios deve especificar o volume de transacções a realizar, com vista à determinação do capital social, consoante qualificada como Principal quando o valor total das transacções previsto para os primeiros 12 meses exceder os cinco mil milhões kz Standard Classe 1, quando o valor total das transacções previsto para os primeiros 12 meses não exceder cinco mil milhões de kwanzas; e Standard Classe 2, quando o valor total das transacções previsto para os primeiros 12 meses não exceder os dois mil milhões de kwanzas.

2.8 PRODESI financia setecentos projectos no Planalto Central

Jornal de Angola

28 De Abril de 2022

Texto: Estácio Camassete

Mais de 700 projectos, avaliados em 449 milhões de kwanzas, foram financiados na província do Huambo, desde o seu lançamento, através da linha de crédito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI).

A informação foi avançada terça-feira, na cidade do Huambo, pela chefe de Departamento de Promoção de Emprego e Fomento do Empresariado, do Gabinete Provincial do Desenvolvimento Económico Integrado, Alice Franco, que acrescentou que o referido financiamento beneficiou vários jovens, mediante os projectos do PRODESI ligados ao PAC (Projecto de

Apoio ao Crédito), FACRA (Fundo Activo de Capital de Risco) e ao Alívio Económico.

A responsável fez saber que a aprovação destes projectos permitiu a criação de mais de quatro mil empregos directos e o alargamento do sector empresarial da área da Agricultura, por via de um pacote financiado com base do "Aviso nº 10", do Projecto de Apoio ao Crédito.

"A avaliação desses projectos é positiva, porque permite o cumprimento das metas preconizadas, como melhorar a renda das famílias e empregar mais jovens, de forma a diminuir os indicadores de desemprego e combater a pobreza", frisou.

Alice Franco explicou ainda que, no quadro do (PRODESI), foi financiado um montante avaliado em 620 milhões de kwanzas, para apoio a 18 cooperativas, com a compra de "in sumos" agrícolas e fertilizantes.

A responsável sublinhou que está também em curso o financiamento de 23 micro-projectos, junto do Banco de Negócios Internacional (BNI), num montante total de 14,950 milhões de kwanzas, além dos 633 microcréditos já financiados e concedidos aos jovens, no sentido destes expandirem a actividade produtiva, através da linha de crédito FACRA, orçado em 498 milhões de kwanzas.

Alice Franco informou ainda que 25 outros projectos aguardam por aprovação, para posterior financiamento com fundos do FADA, na ordem de 50 milhões de kwanzas, e outros 49 projectos estão alinhados ao programa de reestruturação do PAC, inserido no PRODESI, com o objectivo de financiar várias cooperativas do Planalto Central.

Beneficiário do aplaude

Os beneficiários de crédito do PRODESI, no Huambo, admitem que o financiamento recebido está a gerar resultados satisfatórios, em termos de metas. Os entrevistados afirmaram que o PRODESI tem criado facilidades na actividade económica, está a impulsionar e multiplicar os negócios.

Alcino Cassule, empreendedor ligado ao comércio e distribuição, avançou ao Jornal de Angola que, antes de beneficiar do crédito, enfrentava várias dificuldades na aquisição de produtos e, conseqüente, na venda da qualidade desejada.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Só duas em cada 10 indústrias angolanas têm alvará

Jornal Expansão

1 De Abril de 2022

Texto: Martins Chambassuco

Apenas 17% das indústrias nacionais detinham no final de 2021 alvará industrial, licença que permite o exercício da actividade, de acordo com cálculos do Expansão com base em dados estatísticos da Direcção Nacional da Indústria (DNI) do Ministério da Indústria e Comércio. Ao todo, são apenas 458 indústrias a funcionar com alvará em território nacional.

Segundo estes dados, o DNI tem identificadas 7.410 unidades industriais em todo o país mas, destas, 63,7%, equivalentes a 4.717, não apresentavam situação jurídica definida, sendo estas consideradas informais, enquanto 20,4%, equivalentes a 1.513, eram sociedades por quotas, e 10,2%, que representa 756, eram empresas em nome individual. Contas feitas, o DNI tem identificadas no país em pleno funcionamento 2.693 com situação jurídica definida. E, destes, apenas 17%, equivalentes a 458 indústrias, tem alvará, segundo as contas do Expansão com base nos dados disponibilizados.

Ou seja, em todo o país há 2.235 unidades industriais a funcionar sem alvará, a licença que lhes permite operar.

A elevada burocracia e a falta de cédulas para a emissão destes alvarás são dos principais constrangimentos encontrados pelos empresários da indústria quando pretendem legalizar a sua actividade. Aliás, segundo fontes empresariais, são estas questões também que continuam a prejudicar o ambiente de negócios e a dificultar a captação de investimento, sobretudo estrangeiro. Já em 2019, o economista Alves da Rocha alertava a elevada burocracia dentro do Estado. "Tem o Governo consciência de como se encontram os de apartamentos centrais e relacionadas com documentos, alvarás, autorizações? Que investidores estrangeiros terão coragem de demandar Angola para colocar o seu dinheiro no País? E a reforma do Estado e da sua tremenda burocracia vai demorar anos, pois é também uma questão cultural", disse, na altura, o economista em respostas a questões do Expansão.

A elevada concentração de indústria na capital do país acaba também por ser um problema do sector, já que muitas vezes estas indústrias acabam por ficar longe dos centros de produção das matérias-primas, como acontece no caso dos produtos agrícolas. Luanda, com 1.366 unidades industriais, o equivalente a 18,9% do total, continua a ser a província mais industrializada do País. O Uíge, Benguela, Huambo e Cuanza Sul completam o top cinco das regiões com mais empresas industriais, na sua maioria no segmento da indústria transformadora

Em termos de actividade, 26% (1.728) das indústrias no final do ano passado dedicavam-se à actividade industrial de moagem de cereais, 20% serralharia e caixilharia, 17% à panificação e 16% à carpintaria e marcenaria. Os dados indicia aquilo que já há muito se sabe: a indústria angolana continua muito dependente das importações de matérias-primas do estrangeiro. De acordo com uma fonte do conselho de administração de um banco, o facto de uma boa parte da indústria nacional estar dependente da importação de matérias-primas é preocupante nesta fase de incerteza provocada pela guerra

Na Ucrânia. "As matérias – primas estão muito caras e quanto mais caras ficam mais os importadores têm dificuldades em garantir essas importações até porque os financiamentos bancários cá em Angola, com taxas de juro acima dos 20% acabam depois por encarecer muito os produtos finais", admite a fonte, revelando que o Executivo deveria apontar a uma facilidade de financiamento para a importação de matérias-primas à semelhança do Aviso 10 do BNA, com taxas de juro de 7,5% para importações.

Acessos prejudicam negócios De acordo com os dados, ao nível das infra-estruturas rodoviárias, apenas 42% das indústrias estavam servidas por estradas asfaltadas, o que revela que muitas indústrias ainda tinham os acessos bastante condicionados, o que dificulta e encarece o transporte das mercadorias, o que depois acaba por se reflectir no preço final dos produtos. Este quadro, de acordo com a DNI, punha em causa a capacidade produtiva das empresas, o que aliado às dificuldades na aquisição das matérias-primas e no escoamento da sua produção traça um cenário complexo e pouco optimista, conforme é perceptível no relatório sobre a Conjuntura Económica que mede o Índice de Confiança de gestores e empresários sobre o desempenho da economia no curto prazo, em que a tendência continua a ser o pessimismo.

Apesar de se encontrar na capital do País, este cenário dos acessos em mau estado também acontece na Fabrimetal, de acordo com o seu PCA, Luís Diogo, que diz que "as estradas no Pólo Industrial de Viana estão péssimas e desgastam os meios rolantes". Este gestor é também bastante crítico em relação ao acesso ao saneamento básico neste pólo, considerando que é "quase inexistente" e muitas vezes "para transitar é preciso um carro com tracção a quatro rodas".

Nesta questão das infraestruturas e saneamento básico, apenas 30,8% das unidades identificadas estão ligadas à rede eléctrica pública, 12% estão ligadas à rede pública de água e apenas 7% estavam ligadas à rede pública de esgotos.

Mesmo sem alvará estão a trabalhar

Segundo as estatísticas sobre o tecido industrial angolano, 84% das 7.410 unidades estavam em actividade até final do ano passado. Em termos de prevalência, a propriedade privada, 7.047, o que corresponde a 94,4% do total das indústrias identificadas no País, domina o tecido empresarial, ou seja, o investimento privado domina o sector da indústria, seguindo-se as mistas (36) e as estatais (45). As indústrias públicas representam uma parcela pouco significativa do sector industrial de Angola, um indicador, segundo especialistas, que revela bem a ideia de que a actividade industrial deve estar nas mãos dos privados, ainda mais quando um número significativo destas se encontra paralisado.

Do universo das indústrias do Estado identificadas até final de 2021, 25 estavam paralisadas, na sua maioria do sector alimentar, em especial de produção e descasque de café, moagem de cereais, óleos alimentares, conservas e massas, como ainda de outras actividades, como serração de madeira, detergentes e embalagens metálicas. Algumas estão no Programa de Privatizações do Estado e aguardam compradores ou até a própria dissolução.

Das unidades mistas, existiam 29 em actividade, essencialmente ligadas ao subsector alimentar das águas de mesa, refrigerantes e cerveja, e ainda de artigos de plástico, cimento, construção naval e detergentes. De acordo com os dados retirados do sistema de licenciamento industrial, no período 2014-2021, foram licenciadas cerca de 2.340 indústrias, nos mais variados ramos de actividade.

Fontes do Expansão indicam que os problemas são estruturais, apesar do trabalho que está a ser desenvolvido pelo Governo no sentido da revitalização do sector industrial, ao nível da eliminação de burocracia como o programa

Simplifica, ou os incentivos fiscais nas Zonas Francas.

3.2 Taxistas e moto-taxistas passam a beneficiar da segurança social

Jornal De Angola

1 De Abril de 2022

Texto: Fonseca Bengui

Taxistas e moto-taxistas estão entre os profissionais que passam a beneficiar da protecção social obrigatória, com a aprovação, esta quinta-feira (31), pelo Conselho de Ministros, do Regime Jurídico de Protecção Obrigatória dos Trabalhadores por conta própria.

A inserção na Segurança Social tem sido uma das reivindicações das associações de taxistas na província de Luanda. O diploma visa flexibilizar o acesso e a inscrição dos trabalhadores por conta própria, criando um regime para os que trabalham em actividades económicas geradores de baixo rendimento. Pretende, igualmente, promover a formalização do comércio ambulante e da actividade de taxistas e de moto-taxistas.

A reunião, orientada pelo Presidente João Lourenço, aprovou, também, o Decreto Presidencial que regula a elaboração e aplicação do Qualificador Ocupacional, instrumento obrigatório nas entidades empregadoras com mais de 10 postos de trabalho.

De acordo com o comunicado da reunião, o diploma determina, entre outros, a entidade competente para efectuar o registo dos qualificadores ocupacionais a nível central e local, designadamente a Inspeção Geral do Trabalho e padroniza as profissões, permitindo estipular salários equilibrados para os diferentes perfis técnicos associados a uma carreira profissional.

Também relacionado com o sector da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, foi aprovado o Regime de Taxas e Emolumentos a cobrar pelas instituições de Formação Profissional controladas pelo Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFOP). O diploma contém os princípios, regras e procedimentos que visam regular a cobrança de taxas para efeitos de inscrição, confirmação de matrícula, troca e frequência nos cursos administrados pelos respectivos centros de formação profissional, quer públicos, quer de gestão participada, destinadas a cobrir os custos operacionais inerentes ao seu funcionamento.

Gestão de resíduos radioactivos

No domínio da energia, o Conselho de Ministros aprovou um conjunto de diplomas que visam estimular, dinamizar, fomentar, implementar e desenvolver mecanismos de boas práticas de gestão de materiais radioactivos de ocorrência natural (NORM) e outros resíduos radioactivos, para permitir que as entidades responsáveis por estes materiais possam desenvolver as suas actividades de forma segura e eficaz.

Trata-se do Regulamento que estabelece os critérios gerais e requisitos básicos de protecção e segurança radiológica necessários para a gestão dos materiais radioactivos de ocorrência natural (NORM) e outros resíduos radioactivos, bem como os procedimentos necessários para o seu manuseamento, segregação, tratamento, transporte, transparência, armazenamento e/ou disposição em instalações radiológicas.

Foi aprovado também o Regulamento que estabelece os requisitos para o licenciamento de instalações radiológicas, escolha e selecção de locais para depósitos iniciais, provisórios, intermédios e finais de resíduos de materiais radioactivos de ocorrência natural (NORM) e outros resíduos radioactivos, com a finalidade de proteger os trabalhadores expostos, o público e o ambiente.

O terceiro Regulamento estabelece os critérios gerais e o procedimento de licenciamento de depósitos iniciais, intermédios, provisórios e finais de resíduos radioactivos, para garantir a protecção das pessoas contra a exposição das radiações ionizantes, a segurança das fontes e a gestão dos resíduos radioactivos, a protecção do ambiente, bem como para prevenir a sua transferência não autorizada, o dano, a perda ou roubo de fontes radioactivas e deste modo, reduzir a probabilidade de exposição.

No âmbito do ordenamento do território e do combate às assimetrias intra-municipais, o Conselho de Ministros apreciou os Planos Directores dos Municípios do Bailundo, da Caála, do Catchiungo, do Londuimbali, do Mungo e de Tchicala-Tcholoanga, todos na província do Huambo. Trata-se de instrumentos que contêm as directrizes de natureza estratégica dos planos, programas e projectos do Executivo para o desenvolvimento urbanístico dos municípios.

3.3 Construção de Casebres

Jornal Lunada

4 De Abril de 2022

O Administrador do Distrito Urbano da Samba, Gabriel Júlio, disse que está a ser feita uma campanha de sensibilização para ajudar as vendedoras ambulantes a realizar as suas actividades comerciais nos locais apropriados existentes

" Na pedonal da Escola "Pedalé", os munícipes tinham dificuldade de circular porque as vendas causavam transtornos ao' cidadão. Mas, hoje a situação é diferente e vamos criar esforços para manter sempre assim e não causar preocupação a comunidade", exortou o Administrador do Distrito Urbano da Samba.

Gabriel Júlio afirmou que os agentes da fiscalização vão continuar a realizar operações em todo o distrito da Samba para acabar com as transgressões administrativas. "

É inadmissível que nos passeios se observe muitos "telos" e roulotes Nas ruas 21 de Janeiro, Nzamba 2 e do Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola, foram retiradas todas as roulotes, no sentido de permitir que os munícipes transitem sem dificuldades", disse.

Várias famílias de alegados pescadores foram surpreendidas, no sábado passado, a erguer casebres improvisados para viver. As casas precárias estavam a ser levantadas há algumas semanas. Por este desacato, os agentes da Polícia Nacional e da Fiscalização do Distrito Urbano da Samba destruíram todas as casas que se encontravam numa zona de risco e à beira-mar, numa época em que caem chuvas e pode registar-se inundações.

Na zona, denominada novo "Povoado", os moradores alegam que são apenas oito famílias de pescadores que residem no local e que, devido às suas actividades de pesca, decidiram construir casas para se proteger do frio.

Felisberto Manuel que é pescador ao ver os agentes da Polícia tentou fugir, mas foi incentivado a retirar todos os seus pertences do local.

Nós somos pescadores e não queremos viver aqui, só passamos aqui o dia a realizar a pesca", disse Felisberto O chefe da Fiscalização do Distrito Urbano da Samba, Jorge Magalhães, disse que é desta forma que aparecem estes bairros.

Começam com uma ou duas famílias e depois, da noite para o dia, surgem centenas de famílias alegando que não têm onde viver. Esta é uma prática que estes aproveitadores usam para depois de depois recorrerem à Administração e pedirem ajuda ou mesmo um local para viver. Por isso, não vamos aceitar que situações como essas voltem a acontecer e depois surja um novo Povoado', destacou o chefe da Fiscalização do Distrito Urbano da Samba.

3.4 Moradores do bairro Cambamba 2 beneficiam de kits para o auto-emprego

Jornal de Angola
8 De Abril de 2022
Texto: Helma Reis

Um total de 30 agregados familiares que vive em situação de vulnerabilidade, no bairro Cambamba 2, município de Talatona, beneficiou de kits para o auto-emprego, no âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza

A iniciativa da Administração Municipal de Talatona, além dos kits de comércio, contemplou, igualmente, as famílias com bens de primeira necessidade, balões de roupa de fardo.

O administrador de Talatona, Rui Duarte, explicou que os referidos kits vão ajudar na sustentabilidade das famílias vulneráveis, assim como potenciá-las, com vista a dar a oportunidade para que criem seus próprios negócios e empregarem outras pessoas.

Rui Duarte avançou que a Administração pretende estender o referido projecto para um total de 180 famílias, cuja finalidade é dar resposta às solicitações de apoio aos municípios. "Estamos empenhados no cumprimento do Programa de Combate à Pobreza, indo ao encontro das pessoas mais carenciadas da nossa circunscrição".

Na ocasião, o administrador municipal de Talatona deslocou-se a duas habitações para fazer a entrega de kits, compostos por bens da cesta básica e de higiene, aos anciãos Sebastião Lengue, de 79 anos, e Maria

Francisco, de 50 anos, por incapacidade de locomoção, devido à saúde debilitada.

Até ao final do presente ano, a Administração Municipal de Talatona vai levar a cabo um programa intenso, com vista a reduzir a pobreza naquela parcela de Luanda, anunciou, igualmente, Rui Duarte.

3.5 Salvar a vida e obter prazer com medicamentos tradicionais

Jornal de Angola
10 De Abril de 2022
Texto: Silvino Fortunato

A venda e o uso de produtos da medicina tradicional está cada vez mais presente na vida da população da província do Uíge. Nas ruas, nas residências e nos mercados da cidade, vêm-se homens e mulheres com medicamentos tradicionais já preparados e conservados em garrafas para diferentes funções.

Quitadeiras e zungueiras mostram-se habilitadas a oferecer instruções sobre o uso dos remédios assim como os detalhes da toma, propriedades curativas e dos efeitos colaterais. Há também a categoria dos "grossistas", que se dedicam a farejar as florestas para a obtenção de plantas, cascas de árvores, raízes, capim, fezes de certos animais, rochas, entre outras, com as quais preparam os medicamentos que são revendidos aos retalhistas.

Muitos terapeutas, naturopatas, parteiras tradicionais, vendedores e consumidores de medicamentos tradicionais, no Uíge, reconhecem as propriedades, vantagens e o potencial curativo dessas plantas e minerais. Acreditam que essa valência faz com que a prática da medicina tradicional ganhe corpo a cada dia que passa. Profissionais do ramo e proprietários de centros de medicina tradicional disseram ao *Jornal de Angola* que o tratamento e a alimentação regular à base de plantas medicinais reforça o sistema imunológico, rejuvenesce as células, elimina a fadiga e o envelhecimento precoce. Dizem haver também plantas e raízes que combatem a impotência sexual.

Vantagens da medicina tradicional

Maria Mafuta, de 65 anos de idade, é terapeuta tradicional desde 1983. Na sua ervanária encontramos de tudo um pouco, desde raízes, folhas, cascas de árvore, frutas, peles e ossos de animais com destaque para os de cágado, leão, elefante, pedras medicinais e outros medicamentos já transformados em pó.

"Tratamos várias doenças com base em raízes, folhas e restos de animais. Entre as doenças que tratamos

constam a dor de barriga, hemorróidas, dores lombares, febre tifóide, febre-amarela, impotência sexual, infertilidade, cansaço físico, tosse, hepatite, infecções urinárias e da pele”, disse a terapeuta.

Elisa Manuel, outra terapeuta tradicional, destaca o potencial curativo da medicina tradicional. Na medicina tradicional, disse, não se trata apenas doenças visíveis, mas também aquelas “que criam obstáculos na vida da pessoa, como pouca sorte de ter emprego”.

Elisa Manuel trata, também, “pacientes” que sofrem de acidentes de viação constante ou o que considera “perseguições diabólicas” e outras situações que a medicina moderna não resolve.

Por exemplo, disse, no conjunto da medicina tradicional, existem pequenas frutas azuis chamadas Mpimpita, que ajudam a ultrapassar, com facilidade, qualquer assunto ou problema. “Basta, antes da resolução do assunto, ingerir algumas frutas daquele tipo”, disse Elisa Manuel.

Mestre Nzengeny é o nome com que se apresentou o especialista em medicina tradicional que o Jornal de Angola encontrou em casa de uma paciente. Ele deslocou-se propositadamente do município de Maquela do Zombo, a 293 quilómetros da cidade do Uíge, para tratar de uma adolescente com problemas de desmaio e perturbações mentais. “Eu só trato com pó e água”, informou.

Patrício, pai da adolescente, um funcionário do Ministério do Interior, diz que conheceu o terapeuta por indicação de um colega colocado em Maquela do Zombo. “O meu colega disse-me que conhecia alguém que trata bem dessa doença”, relata. Preocupado, não hesitou em mandar vir o terapeuta para tratar a filha que há vários meses sofria de desmaios, falta de lucidez, alucinações e outras indisposições. “Graças a Deus a miúda está a voltar a si. Ontem teve uma momentânea perturbação, que depois da intervenção do curandeiro, que lançou uns pôs no rosto, a miúda acalmou até hoje”, disse.

Há ainda pessoas provenientes de outras províncias que chegam ao Uíge em busca de tratamento para várias doenças. É o caso de Paulo Matimbu, que trouxe de Luanda o filho, por sofrer, supostamente de perturbações mentais. “Trouxe o miúdo que, há mais de dois anos, padece de loucura momentânea, que está a ser intervencionada por uma senhora que tem um centro no bairro Kixikongo”, informou.

Paulo Matimbu disse partilhar o centro com outras pessoas vindas do Cuanza-Norte, Malanje e,

sobretudo, de Luanda que estão a se tratar ou a acompanhar o tratamento de familiares.

Embora se tenham submetido ao tratamento há apenas dois dias, vê alguma melhoria nas manifestações do filho, que diz ouvir vozes e zumbidos que motivam a perturbação. “Os próximos dias serão determinantes para fazermos um juízo da eficácia ou não do tratamento”, garantiu.

Cuidado com malabaristas

Luzolo Pedro alerta para a existência de “malabaristas” que se aproveitam do sofrimento e preocupação alheias. “Muitos só sabem tratar algumas doenças, tal como os médicos da ciência moderna, mas nunca se recusam a receber pessoas cujas doenças não conseguem tratar ou dar solução”, disse.

Luzolo olha para a ganância pelo dinheiro como base do aparecimento de muitos curandeiros, a quem considerou de “mentirosos”. “É preciso ter muita atenção quando se vai consultar determinadas pessoas que se identificam como curandeiras”, alertou.

Muitos destes supostos curandeiros chegam até a provocar confusões nas famílias, segundo Paulo Nzengeny, outro interlocutor do Jornal de Angola.

Fonte de cura e sustento familiar

O mercado municipal do Uíge, no centro da cidade, é o ponto de referência da venda de plantas medicinais. Existe uma área reservada para o efeito, cujas bancadas são dominadas por mulheres, que partilham os mesmos clientes. “Aqui não temos problemas, somos unidas, podemos partilhar os nossos clientes. Mesmo assim, vendemos o possível e no final do dia, todas saímos a ganhar”, disse, a sorrir, uma das vendedoras.

Lusucadio Oracho, de 59 anos de idade, vende medicamentos tradicionais desde 1997. Ela prepara e conserva cada tipo em garrafas, como o famoso “tangawissi” ou “zola miongo”, para o alívio de dores nas articulações e para o combate à impotência sexual. Revelou que encontra os remédios nas zonas florestais da província do Uíge, rica em plantas medicinais e que não precisa andar muito para adquiri-las. Explicou que o “zola miongo” e o “timba timba” são afrodisíacos vendidos em frascos de água mineral de pequeno, médio ou grande porte, muito procurado, sobretudo por homens.

A vendedora Luciana José dos Santos abastece-se do produto medicinal a partir de aldeias vizinhas da cidade do Uíge. Para adquirir as raízes medicinais não

precisa percorrer longas distâncias. Ela recorre a certos moradores de alguns bairros que fornecem os remédios. "Os camponeses colhem nas matas e trazem aos montes até a um lugar já combinado, onde eu recolho, depois de lhes pagar".

"Com este negócio trato algumas doenças e sustento também a formação dos meus filhos e a família", disse, apontando conhecer outras mulheres e homens que dependem deste negócio para o sustento das famílias.

Luciana José chega geralmente cedo ao mercado. "Quase sempre almoço aqui. Só vou para casa à tarde. Às vezes, as crianças, quando têm alguma preocupação, vêm aqui, dou o que precisarem e nos encontramos mais tarde em casa".

Luciana José tinha na bancada o ndungu a Kongo ou gindungo do Kongo, excremento de elefante que disse servir para o tratamento de mulheres em estado de gestação, o zipeve, que serve para aliviar o sistema metabólico de crianças, a cola cola, para o tratamento de colo aberto, o doce-doce, para o tratamento da impotência sexual, ejaculação precoce e dores das articulações.

A bancada de Luyeye Kiamesu, que vende próximo de casa, está recheada de ngibidi (gengibre) em baldes para a revenda aos retalhistas. Disse ter recebido um carregamento de Maquela do Zombo, onde são produzidas muitas dessas raízes, com múltiplo valor curativo e nutricional.

Disse que não precisa vender no mercado porque a sua clientela vai ao seu encontro. "Esse aqui é sinal de aviso aos clientes, porque o resto está no quintal da casa", disse. Informou que a maioria dos clientes vem de Luanda, onde revendem o produto, sobretudo no mercado dos Kwanzas e Kikolo.

Necessidade de formação

Amélia Simão defendeu a necessidade de se retomar as formações e palestras periódicas de terapeutas e vendedoras de medicamentos tradicionais, que antes da pandemia eram realizadas pela Câmara Provincial dos Terapeutas. "Antes da pandemia beneficiávamos trimestralmente de palestras e formações básicas sobre o uso de plantas medicinais, como tratar um doente, a higiene e as doses a dar ao doente, mas a pandemia fez com que os seminários ficassem suspensos e queremos que nos próximos dias sejam retomados", defendeu.

O coordenador da Câmara Provincial dos Terapeutas do Uíge, Jorge Geraldo, garantiu a retomada, em breve, da formação dos terapeutas. Informou que está prevista a deslocação, a Luanda, de 16

professores para serem capacitados. Logo que regressarem vão assegurar a formação dos terapeutas e parteiras tradicionais.

A este propósito, Jorge Geraldo informou, ainda, que existe um projecto entre o Governo local, através do Instituto Técnico de Saúde, e a Câmara Provincial dos Terapeutas. O objectivo, disse, é capacitar os terapeutas em técnicas de tratamento, dosagem, cuidados a observar no tratamento, higiene e fornecimento de ferramentas para quem deseja ser terapeuta ou vendedora de plantas medicinais. "Com esta formação, vamos também facilitar a divulgação da prevenção e tratamento de várias doenças com a medicina tradicional e facilitar a ligação com os técnicos de Saúde Pública", sublinhou.

Eles, periodicamente, têm cadastrado e recadastrado os terapeutas e parteiras tradicionais para a determinação do verdadeiro número de pessoas que se dedicam ao ofício. Até o ano de 2016, a província contava com 14 mil terapeutas e parteiras tradicionais. "Acreditamos que o número cresceu, por isso todos os terapeutas e parteiras serão recadastrados na base de dados da Câmara Provincial dos Terapeutas", acrescentou.

Legalização dos centros

Segundo Jorge Geraldo, a província tem 10 centros de medicina tradicional legalizados. O processo continua, em colaboração com o Gabinete Provincial de Saúde, para permitir que os profissionais exerçam a sua actividade de forma organizada e legalizada. A criação de condições condignas de acomodação e tratamento dos pacientes constitui um dos grandes objectivos da catalogação desses lugares de tratamento. "Queremos que os centros de tratamento tradicional ou medicina natural tenham condições para acomodar e tratar pacientes. Muitos terapeutas tratam os pacientes nas suas residências em condições impróprias, facto que transmite uma percepção negativa aos pacientes. Por isso, precisamos mudar este quadro para permitir que o terapeuta cuide do paciente em espaços adequados", precisou.

O responsável alertou ainda para a necessidade da observância da higiene no manuseamento dos equipamentos e medicamentos usados nos centros de tratamento tradicional, de forma a oferecer uma assistência de qualidade. Advertiu os terapeutas no sentido de não fazerem do corpo humano um instrumento para testagem de práticas medicinais.

Multiplicação de plantas

Diversas espécies de plantas medicinais estão a ser multiplicadas, através de um processo de enxertia, em

estufas. O projecto está a cargo de terapeutas e naturopatas filiados na Câmara de Medicina Tradicional da província. Segundo Jorge Geraldo, o processo iniciou em 2020. "O maior foco está virado para a multiplicação de plantas em vias de extinção e aquelas que não existem na província do Uíge", sublinhou.

Entre as plantas medicinais já catalogadas e em crescimento constam o embondeiro, que fornece materiais para o tratamento do desequilíbrio hormonal dos órgãos femininos, as folhas de bananeira, utilizadas como antibiótico de largo espectro, folhas de abacateiro, usadas para o tratamento de hipertensão arterial, caroço de abacate, para o tratamento de varicelas, folhas de maracujá, que servem para combater o stress e a insónia e as folhas de goiabeira para tratar inflamações na garganta, vômitos, menstruação irregular, entre outras doenças.

O terapeuta avançou que muitas das espécies de plantas medicinais existem em todos os municípios da província, sobretudo aquelas plantas comestíveis cultivadas pela população. A Câmara, disse, está a incentivar a multiplicação de novas espécies, porque existem géneros que se encontram em vias de extinção. O ndondolondo, uma raiz que trata a impotência sexual, e a fúmbua, que embora seja alimento possui também efeitos curativos para os diabéticos, são indicados como estando em vias de extinção, embora sejam plantas selvagens.

O responsável avançou que o que se pretende é evitar a procura massiva de plantas medicinais na província, garantir a conservação das espécies existentes, bem como promover a medicina natural nas comunidades. "A província do Uíge, devido à vasta floresta, tem muitas plantas medicinais. Precisamos de apoios do Executivo e de outros parceiros para o êxito deste projecto de multiplicação de plantas medicinais", apelou.

Apontou a falta de meios de transporte e equipamentos informáticos como sendo as principais dificuldades que afectam a instituição, visto que os técnicos precisam de se deslocar às florestas para a catalogação de novas espécies de plantas, bem como supervisionar a actividade nos municípios.

3.6 Governo Provincial e ANATA legalizam moto taxistas do Bengo

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2022

Texto: Alfredo Ferreira

Parado no Largo 10 de Dezembro, em Caxito, no Bengo, Sérgio Kengue acelera a motorizada para chamar a atenção das pessoas que deambulam no local. Chega uma passageira e o moto taxista leva-a dali até ao mercado do Sassa Povoação, onde comercializa produtos do campo e carne de caça.

Santa Jorge, a passageira, utiliza o mesmo trajecto todos os dias. A jovem, de 35 anos, destaca o trabalho desenvolvido pelos moto taxistas, na cidade de Caxito e arredores. "Não importa o local onde vives ou pretendas te deslocar, nos subúrbios ou dentro da cidade, eles tiram-te e deixam-te à porta de casa, do serviço ou de qualquer outro lugar. Eles conseguem chegar em muitas zonas onde os taxistas não podem", referiu.

Explica que, em Caxito, por exemplo, muitos moradores, funcionários públicos ou de empresas privadas, têm gravado nos seus telemóveis os contactos de alguns moto taxistas, com quem combinam de forma antecipada a hora e o local de recolha.

"Principalmente nós que vendemos nos mercados e praças. Por exemplo, tenho o contacto telefónico do Sérgio, porque dá-me confiança e muita segurança. Ligo para ele sempre que achar necessário", frisou.

A estudante Delfina Leite, de 25 anos, disse ao *Jornal de Angola* que os moto taxistas desempenham um papel relevante na sociedade, tendo em conta que ajudam muito nas acções de transportação de pessoas e bens de primeira necessidade.

"Sabemos dos riscos que corremos ao andar de moto, porque muitos deles não dominam o Código de Estrada. Mas, são eles que nos levam até onde nós decidimos ir. Ajudam-nos muito nas deslocações curtas e rápidas", sustentou Miguel Lino.

O porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional no Bengo, intendente Paulo de Sousa, afirmou que os moto taxistas prestam serviços notáveis, mas dado o número de acidentes que provocam nas estradas, a forma como a actividade é exercida não tem sido a mais correcta.

"Muitos deles são adolescentes. Nunca passaram numa escola de condução e, portanto, não dominam o Código de Estrada. Levam duas ou três pessoas numa motorizada de duas rodas, atitude que está na origem do aumento do número de acidentes na província", explicou, para apelar os moto taxistas no sentido de serem mais prudentes no exercício da actividade.

Programa de sensibilização

O chefe do Departamento de Tráfego e Mobilidade Urbana do Gabinete Provincial de Transportes do Bengo, Bento Kianda, avançou que os indivíduos que usam motorizadas de 50 centímetros cúbicos de cilindrada devem estar licenciados pelas administrações municipais, e os que conduzem motos de 125 centímetros cúbicos são obrigados a frequentar escolas de condução, para efeitos de obtenção da carta.

Esclareceu que, até ao momento, a província controla mais de seis mil motoqueiros, e que o seu departamento trabalha na promoção de um projecto de sensibilização, para que todos os motoqueiros possam licenciar-se e frequentar as escolas de condução.

Bento Kianda fez saber que o Departamento de Tráfego e Mobilidade Urbana colabora com a ANATA, onde muitos dos moto taxistas estão afiliados, na realização de seminários sobre o Código de Estrada, para que estejam melhor habilitados a conduzir veículos motorizados e, desta forma, reduzir o número de acidentes.

Sérgio Kenge, moto taxista há mais de três anos, disse que trabalha duro, para frequentar uma escola de condução e obter o documento que o vai habilitar a conduzir a sua motorizada de 125 cc.

"Preciso obter o documento, não só para sentir-me legal no exercício dessa actividade ou deixar de pagar multas, mas, também, porque quero realizar o sonho de conduzir uma viatura", sublinhou Sérgio Kenge, antes de confessar que o que ganha chega para sustentar a família, os seus estudos e dos três filhos.

Segundo Miguel Costa, de 28 anos, confessa que se viu obrigado a fazer da motorizada o seu ganha-pão para sustentar a família. O motoqueiro, que vive no bairro Bucula, arredores de Caxito, com a esposa e

dois filhos, sente-se feliz em poder contribuir, com o seu veículo motorizado, no desenvolvimento do Bengo, onde exerce a actividade há mais de 10 anos.

"Procuo ajudar os meus pais, ao mesmo tempo que ganho dinheiro para sustentar os estudos. Estou na 12ª classe. Dar o meu contributo à sociedade deixa-me muito feliz", disse o moto taxista Adão Domingos, de 25 anos.

Processo já abrangeu 500 motoqueiros para maior organização dos moto taxistas, o delegado provincial da ANATA, no Bengo, Abraão Alexandre, disse que a instituição leva a cabo uma campanha de cadastramento e actualização dos seus filiados.

Abraão Alexandre avançou que o processo, que vai decorrer nos seis municípios do Bengo, teve início na sede provincial (Dande), onde já foram cadastrados mais de 500 motoqueiros.

Sublinhou que o objectivo é saber quantos exercem a actividade de moto taxista na província, "porque há dois anos registámos cerca de seis mil. Acreditamos que este número já foi ultrapassado".

Há cerca de um mês à frente dos destinos da ANATA no Bengo, Abraão Alexandre aposta em acções de sensibilização para que, nos próximos dias, os motoqueiros sejam cada vez mais responsáveis no trabalho que realizam.

"Eles devem tratar licenças e cartas de condução, a fim de realizarem o serviço de forma legal e em maior segurança", concluiu.

3.7 PREI cadastra acima de 6 mil no Namibe

Jornal de Angola

13 De Abril de 2022

Texto: João Upale

Mais de seis mil comerciantes, entre vendedores de bancada e ambulantes, pequenos empreendedores, operadores económicos e demais profissionais liberais, que praticam actividades no maior mercado informal de Moçâmedes – o Mercado “5 de Abril”, vão ser cadastrados, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI).

Confinado no Bairro com mesmo nome, na cidade de Moçâmedes, província do Namibe, o Mercado 5 de Abril, com 20 anos de existência, acolhe por dia cerca de 2.200 usuários, entre homens de negócios e compradores.

Com o lançamento, ontem, da campanha de formalização das actividades económicas, o secretário de Estado para o Planeamento. Milton Reis, sublinhou que o programa visa desenvolver a cidadania económica de todos os empreendedores e operadores do mercado informal.

Ao proceder ao lançamento do PREI no Namibe, o governante sublinhou a importância do programa, no impulsionamento das micro, pequenas e médias empresas que procuram a dinamizar a economia do país.

Milton Reis referiu que os serviços de INAPEM (Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas), do Guiché Único de Empresas (GUE), do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), da Administração Geral Tributária (AGT) e dos serviços de Inclusão Financeira Digital, através do "Mobile Money", bem como dos bancos comerciais e da campanha de alfabetização, "irão, necessariamente, ajudar na formalização das actividades dos negociantes".

Para o secretário de Estado, o PREI, "não visa apenas dar o documento para legalizar a actividade, mas dar cidadania económica e, por conseguinte, entrar no mundo da formalização, passando a ter acesso à capacitação através do INAPEM e da campanha de alfabetização, para os comerciantes gerirem melhor os seus negócios".

No quadro do PREI, os empreendedores passam também a ter acesso à Segurança Social, através do INSS, ao crédito, através dos serviços bancários e ao micro-crédito, por via das medidas de alívio económico pelo Fundo de Apoio ao Capital de Risco Angolano (FACRA), de forma a que, cada um, possa aumentar o volume de negócios.

3.8 Mabunda, o mercado do peixe onde o barato é sinónimo de desordem e falta de higiene

Novo Jornal

29 De Abril de 2022

Texto: Euclides Seia e Leonardo de Almeida

O movimento frenético de pessoas e veículos motorizados de diferentes marcas e cilindradas, com destaque para os táxis (azuis e brancos), começa às 05h00. Logo à entrada, na rua de acesso ao mercado, mais três dezenas de jovens, na faixa dos 17 aos 38, já estão posicionados, uns sentados no passeio e muro da vala de drenagem, enquanto outros em pé, atentos

a todos os passos. Estão disponíveis para oferecer a potenciais clientes vários serviços, como espaço para estacionamento da viatura, escalação e carregamento do peixe, embora este último, a esta hora, nem se quer foi comprado ainda. No parque de estacionamento, os taxistas e os seus 'azuis e brancos' perfilam uns atrás de outros, com o objectivo de carregar pessoas e bens para diversos destinos de Luanda. No acesso ao parque de estacionamento, está o fiscal a cobrar uma taxa aos veículos particulares que escolhem o parque do mercado da Mabunda. Já os escaladores ficam a uns escassos metros da entrada do mercado, à espera do comprador, ao qual tratam por "boss", "patrão" ou "patroa" ou, ainda, "madrinha" ou "padrinho". Os lotadores dos táxis ficam instalados logo à entrada do mercado, organizando as viaturas que prestam os serviços de táxis.

A partir das seis horas e 30 minutos, o movimento fica cada vez mais intenso, não só o de peixeiras, mas também o de vendedores de outros produtos, entre bebidas, comida, frutas e outros bens alimentares. No interior da zona onde o pescado é comercializado, o aglomerado de jovens é notório. Não é raro ver um grupo trocar o enrolado de liamba diante de transeuntes que assistem ao cenário com algum sentimento de medo. Bem ao lodo da praia, as vozes da publicidade dos produtos cruzam-se. Cada um ao seu jeito, mas a finalidade é a de angariar o maior número de clientes.

Aos ouvidos de quem cedo abandonou a residência em busca de peixe fresco, vão chegando cânticos como "comprem o bom peixe/cinco carapaus grossos mil e quinhentos, cinco cachuchos mil, quatro espadas quatro mil, calafate grosso para o calulu três mil". É, enfim, o ruído algo desesperado de quem tem metas a cumprir, ou seja, de quem tem peixe por despachar. Os barcos continuam a chegar, sob o olhar atento das peixeiras com bacias na cabeça, que cercam de imediato os marinheiros, mesmo antes de a embarcação estar completamente imobilizada.

Mas não só do negócio de peixe sobrevive o mercado da Mabunda. E, aliás, enquanto uns se batem pela venda e/ou compra do peixe, outros trabalham afincadamente para oferecer meios ou métodos de transporte do produto para casa. É o caso de Armando Adolfo, 18 anos. O jovem, que pediu para não ser fotografado, vende sacos há três anos na Mabunda. A sua actividade começa normalmente às 05h30, e só no fim do dia regressa a casa, no bairro Golfo-2. A escolha deste mercado, distante da sua área de residência, tem a ver, segundo ele, com a procura de sacos por parte dos compradores de peixe. Há dias em que consegue amealhar 10 mil

kwanzas, um montante satisfatório, assume o próprio, tendo em conta que investiu apenas quatro mil.

Com zungueiras no topo

Embora seja frequentado por todo o tipo de gente, entre os clientes que vão à Mabunda, destacam-se as zungueiras que procuram por espaço para a compra de peixe, que, de seguida, é revendido noutros pontos da cidade capital. Com panos amarrados à cintura e banheira à cabeça, elas 'rasgam' a zona da praia à procura do melhor peixe e o preço mais acessível. As guerreiras das estradas e becos dos musseques zungam a partir da Mabunda até a um destino definido por elas ou mesmo até conseguir vender todo o peixe comprado.

Sem medo de qualquer barreira nem ameaça de fiscal, as vendedoras ambulantes compram a quantidade de peixe que lhes convém, de acordo com o dinheiro disponível. Depois de comparem o produto e se afastarem do mercado, entram em acção, gritando em voz alta e em bom som "é peixe, é peixe" ou ainda "olha o carapau, eh".

Trocar o mercado pela desordem Construído e organizado em 2020, o mercado do peixe localizado no distrito urbano da Samba possui 409 bancadas, estruturadas e distribuídas por dois pavilhões, com cobertura feitas de chapas de zinco, além de comportar uma câmara frigorífica para armazenamento e conservação do pescado, área de serviço administrativo, casas de banho, água corrente, electricidade e agentes de protecção física.

Apesar das boas condições do mercado, as vendedoras preferem vender o pescado e outros produtos fora, a céu aberto, alegando que, dentro do mercado, o negócio não rende.

"Por vender aqui fora numa bancada improvisada no chão, tenho estado a conseguir lucros que me permitiram construir duas casas, uma em Viana e outra na zona dos Ramiros. Dentro do mercado é como se estivéssemos no deserto do Namibe, sem água nem comida", ironiza a Rosa António, comerciante há 15 anos.

Com esta das vendedoras, aumenta a 'podridão' do local, da elevada produção de lixo ao congestionamento das valas de drenagem. E as valas, cujos conteúdos depois se vêem à mistura com o peixe, recebem tudo, de plásticos a fezes e urina.

3.9 Mercados continuam às moscas

Jornal Luanda

18 De Abril de 2022

Texto: Fula Martins

Ao todo, 149 vendedores do Mercado de São Paulo foram indicadas para serem transferidas para o Neves Bendinha, mas recusam-se, alegando fraca afluência de clientes.

Jack Martins, responsável do mercado, revelou que, deste número, nenhuma vendedora se apresentou no local até ao momento. "Como pode ver, temos o mercado completamente vazio e sem vendedores", lamentou.

Jack Martins garantiu que foram feitos trabalhos de melhorias nas casas de banho, reparação das bancadas, energia eléctrica, ligação da água potável, para acomodação dos novos vendedores. "Temos as condições criadas para a recepção das vendedoras do Mercado de São Paulo e a todos que queiram exercer a sua actividade", disse.

Cenário idêntico regista-se no mercado da Chapada, no bairro Marçal. O mercado, que devia receber 158 vendedoras do Mercado de São Paulo, encontra-se às moscas, com bancadas vazias e muito espaço para albergar novos vendedores.

Maria Tavares, vendedora há 35 anos, é das poucas que aceitou vender na Chapada. Disse que, nos primeiros dias, houve muita afluência de vendedores, mas com o passar do tempo, deixaram de aparecer, optando por vender nas ruas e arredores do Mercado de São Paulo. Acrescentou que não são verdadeiras as alegações segundo as quais o mercado não tem condições criadas, para receber os vendedores, nem clientes.

"Aqui na Chapada, temos água, luz e bancadas. Não entendo o motivo de as pessoas recusarem vender aqui. Para termos clientes, é preciso que venham vender aqui, porque há condições para o exercício da nossa actividade", disse

OBRAS ATRASADAS

As obras de construção do Mercado do Bairro Operário, distrito urbano do Sambizanga, indicado para acolher provisoriamente os vendedores do São Paulo, continuam a registar atrasos, o que os deixa indignados. No local, foram colocados apenas pilares e paredes, faltando a construção das casas de banho, das bancadas e pavimentação do chão.

Nos arredores do Mercado dos Congolenses, o espaço adjacente ao Ngola Cine, indicado para acolher, de forma provisória, alguns vendedores saídos do Mercado de São Paulo, começa aos poucos a ter algum movimento de comerciantes e clientes. No local, já é visível a venda de roupa usada, materiais eléctricos, refrigerantes, comida e alguns kitutes da terra.

José Mussoque, administrador adjunto do mercado de São

Paulo, disse que das promessas feitas, ao serem retiradas do Mercado de São Paulo, apenas a limpeza do espaço, a construção de duas casas de banho e a colocação de água, foram cumpridas, faltando as bancadas e a cobertura. Acrescentou que, à medida que as vendedoras chegam ao local, são obrigadas a construir as suas próprias bancadas e a cobertura.

3.10 Economia de Chinelos

Jornal Expansão
22 De Abril de 2022

Quem percorre o último quilómetro da Via Expressa, Avenida Fidel Castro, em direcção ao Benfica, não se assusta com o mercado a céu aberto, nos dois passeios e bermas da maior estrada de Luanda. É normal ver o povo angolano sobreviver da zunga e da venda nos passeios. É assim no S. Paulo, defronte ao cine com o mesmo nome, é assim mesmo lá na ponta da Via Expressa, quem sai do Zango. Ali são as mulheres da fruta. No tempo das mangas, venderam as mais saborosas da nossa praça. Hoje, vendem limão, tomate e há até um cidadão com faro para o empreendedorismo frutal, que amontoa ali, antes da centralidade do Kilamba, dezenas de jacas provavelmente colhidas na fértil agricultura do microclima do Uíje.

Quem por ali passa, na última condução da Avenida Fidel Castro (por que não Wangari Mattay, prémio Nobel africana?), não se assusta porque está habituado a ver esta forma explícita e expedita de sobrevivência humana, nesta nossa Angola independente há quase meio século, cujos dirigentes nunca planificaram o pós-guerra em termos de estabilidade económica rural, a fim de evitar o êxodo desenfreado para esta Luanda, cujos gestores nunca souberam conciliar urbanização e crescimento demográfico.

Nessa conformidade, não é a venda em si que assusta. O que assusta, nesse troço final ou inicial (depende de quem volta ou vai) da Via Expressa é o aglomerado, a quantidade apertada de vendedoras de passeio.

Está criada em Angola, devido ao desemprego e à falta de indústrias, essa sub-espécie do contratado colonial: a mulher zungueira. A analogia com o conceito de contratado deve-se à componente do trabalho forçado. No caso colonial, era por vontade do colonio. No caso nacional, é por vontade própria que a zungueira se mete nessa lide mas, porque não tem outra saída. Está no limite das escolhas. Se, no primeiro caso, havia um contrato de trabalho colectivo, no caso da zunga, estabelece-se um contrato informal oral, de compra e venda, por vezes com kilapi pelo meio. Nos dois casos, a lide é forçada, porque não representa uma escolha livre, dentre várias opções de trabalho. A alusão à sub-espécie do contratado colonial, o escravo do fim do século XIX e princípios do XX, deve-se ao facto de o contratado estar sob tutela do latifundiário que lhe garantia a tal fuba podre e o peixe podre, conforme estigmatiza o poeta António Jacinto, enquanto a zungueira, além da degradante e desumana exposição à rua e ao trânsito infernal, não tem garantia sequer da fuba podre e do peixe podre, devido à excessiva concorrência na venda dos produtos, que, muitas vezes, não lhe garante um pão seco com chá por dia.

A convivência diária do condutor que utiliza a Via Expressa com este mercado a céu aberto suscita reflexões de múltiplo sentido e, até, para um jornalista com o verdadeiro sentido da profissão que mais se assemelha à de Sherlock Holmes, uma atenta observação aos pés das mulheres que vendem: todas elas de chinelos de meter o dedo, a maior parte já com o piso bem gasto das milhentas andanças desde o Trinta ou o Katinton, para levar a fruta ao cliente da rua

Ora, essa imagem dos pés da zungueira do passeio representa o símbolo fel da economia angolana, uma economia de pé quase descalço, uma economia de chinelo de meter o dedo. E, em certas latitudes de Angola, uma economia mesmo de pé descalço: no campo, onde, de tanto isolamento, nem aparece à venda um desses chinelos de meter o dedo.

Assim vai a nossa economia neste primeiro lance de 22 anos do terceiro milénio. Uma economia a precisar urgentemente de excelentes pensadores (não necessariamente apenas economistas) que lhe concedam o toque revolucionário de que necessita, para se tornar uma economia bem calçada de sapatos. Fabricados em Angola, com curtumes do Huambo.

3.11 Cinco mil pessoas podem sair do comércio informal

Jornal de Angola

22 De Abril de 2022

Texto: António Capitão

Mais de cinco mil pessoas, entre vendedores de bancada, ambulantes, feirantes e outros que exercem a actividade comercial de modo informal, na província do Uíge, vão ser inseridos no mercado formal, com o lançamento, ontem, no mercado da Feira, arredores da cidade, do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), pela secretária de Estado da Economia, Dalva Ringote.

No acto, testemunhado pelo governador provincial, José Carvalho da Rocha, foi notável a presença massiva de pessoas que exercem a actividade comercial informal. A secretária de Estado e o governador provincial procederam à entrega simbólica de cartões à vendedores de bancada, ambulantes e feirantes para poderem dar seguimento a outros passos que lhes permita formalizar os negócios e terem o Número de Identificação Fiscal (NIF).

O acto de lançamento do PREI no Uíge visou, igualmente, permitir aos empreendedores e outras pessoas que exercem a actividade comercial na informalidade a constituírem empresas em nome individual, colectivo, de cooperativas, associações e sociedades anónimas e comanditas. No processo, os beneficiários também podem fazer o registo de nascimento, obter o Bilhete de Identidade, beneficiar de formação sobre literacia financeira, abrir contas bancárias e inscreverem-se no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

O programa prevê, igualmente, a capacitação profissional dos beneficiários, no Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP) e Centro Local de empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE), bem como a disponibilização de microcrédito para a expansão dos negócios, contribuindo no desenvolvimento da economia do país.

Alfabetização

A nova fase da implementação do PREI, segundo a secretária de Estado para a Economia, acrescenta-se a alfabetização para os agentes económicos informais.

Dalva Ringote disse que o objectivo é haver melhor interpretação do programa, facilitar a realização de todas as tarefas relacionadas ao processo, desde a inscrição na administração municipal, obtenção do

BI, abertura de contas bancárias, solicitação de microcrédito e outros serviços administrativos.

O governador provincial sublinhou que o lançamento do PREI na província do Uíge representa a garantia de um futuro melhor para quem actua na informalidade.

Ressaltou que a inscrição no Sistema Nacional de Segurança Social que garante a pensão de reforma na terceira idade, por motivos de invalidez ou outros que os impeça continuar com as actividades. "Hoje todos nós temos forças para trabalhar. Amanhã, já não as teremos. Por isso, a formalização das nossas actividades é uma preocupação do Executivo, uma preocupação com o futuro de todos aqueles que exercem uma determinada profissão ou actividade", disse.

José Carvalho da Rocha apelou a todos que se encontrem nesta condição a afluírem ao programa, tendo em conta que "nele existem apenas vantagens".

O acto de lançamento do PREI no Uíge foi precedido de um encontro da secretária de Estado da Economia com empresários e produtores locais, autoridades tradicionais e entidades religiosas.

No encontro, foram analisados os caminhos que podem levar os agentes económicos a exercerem a actividade comercial de forma sustentável e ter maior acesso aos programas e pacotes financeiros de apoio à economia nacional, por meio da disponibilização do crédito bancário.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 MININT encaixa mais 426,4 milhões de dólares, TC vê quadruplicar verba orçamentada

Novo Jornal

14 De Abril de 2022

Texto: Sandra Bernardo

Estes 180 mil milhões de kwanzas agora aprovados para o Ministério do Interior juntam-se aos 672,7 mil milhões kz aprovados pela Assembleia Nacional quando a GE 2022 foi a votação pelos deputados.

O Chefe de Estado deu também o seu aval a mais um crédito adicional para o Tribunal Constitucional no valor de 14,6 mil milhões de kwanzas, o equivalente a 34,5 milhões de dólares norte-americanos, "para fazer face às despesas relacionadas com as eleições gerais", montante que se junta ao aprovado no passado mês de Fevereiro, também para a cobertura "das despesas inerentes ao processo eleitoral", no valor de 9,2 milhões USD, o que mais do que quadruplica a dotação prevista no OGE para esta unidade orçamental 5,7 mil milhões kz (13,5 milhões USD).

A este crédito adicional aprovado esta semana por João Lourenço junta-se um de 10,1 mil milhões Kz (23,9 milhões USD) para o Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, destinado ao "pagamento de despesas".

Os montantes agora atribuídos, a serem disponibilizados "de forma faseada em função das necessidades de pagamento e disponibilidade de tesouraria", vêm baralhar os números do relatório de fundamentação do MINFIN e previstos no OGE aprovado pela Assembleia Nacional.

Estes créditos adicionais, feitos menos de três meses depois de o OGE entrar em vigor, coincidem com o crescente aumento do preço do petróleo, que permite a Angola um optimismo com base na evolução dos mercados, pois o auge do crescimento económico do País coincidiu sempre, especialmente no final da primeira década deste milénio, com o barril a valer acima dos 100 USD, barreira que tem sido ultrapassada várias vezes este ano, sobretudo devido

à guerra na Ucrânia, que dura desde 24 de Fevereiro, dia em que a Rússia invadiu aquele país.

O crude ainda vale mais de 40% do PIB, é responsável por 95% das exportações nacionais e de perto de 60% do total das despesas de funcionamento do Executivo de João Lourenço, e, por isso, cada dólar que acresce ao preço do barril é crucial para Angola porque é com este aumento que o Governo pode fazer face a despesas extraordinárias além do GE 2022, o último desta legislatura, que foi elaborado com um valor médio de referência para o barril de 59 USD.

Estes créditos adicionais remetem também a memória para as declarações da ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, que, no final de 2021, admitiu que, apesar de o sector social ser a prioridade do Executivo, há casos em que há execução acima da previsão da despesa em OGE, como acontece com a Defesa e Segurança. De resto, basta olhar para as contas gerais do Estado entre 2017 e 2020 e confrontá-las com as dotações previstas nos OGE do mesmo período para o perceber.

Ou seja, apesar de pela primeira vez, a partir de 2019, o Governo ter previsto gastar mais em Educação e Saúde juntas do que em Defesa e Segurança, o que se passou foi que a execução da despesa não foi concretizada na totalidade, o que quer dizer que, mais uma vez, se gastou mais em Defesa e segurança do que em Educação e Saúde juntas.

Em 2020 o cenário repetiu-se, entrando em choque com a meta definida no PDN 2018-2022 que visa "aumentar gradualmente a afectação de recursos às funções Educação e saúde, visando alcançar as proporções recomendadas internacionalmente e com as quais Angola se comprometeu, nomeadamente, 20% da Despesa Pública Total para a Educação e 15% para a Saúde, tendo como contrapartida a redução dos recursos afectos às funções Serviços públicos Gerais e da Defesa e Ordem e Segurança Pública".

4.2 A distribuição da despesa pública e a sua sustentabilidade

Jornal Expansão

15 De Abril de 2022

Somámos a segurança pública com as despesas sociais porque parte significativa dela é destinada à função social de protecção dos cidadãos. Não gostamos de ver a segurança pública junto com a defesa, que, essa sim, é um organismo de protecção

do Estado, enquanto a primeira é um organismo de defesa dos cidadãos. Sabemos que não é assim que o nosso Estado e a CRA vêm a função de segurança pública; mas por isso mesmo não nos cansamos de repetir que é assim que ela deveria ser vista. A comparação com a despesa fiscal excluiu juros e despesa financeira.

Esta soma cresce, em termos reais, 4,6%, representando perto de 11% do PIE não-petrolífero, descendo de 50% para 47% da despesa e de cerca de 87% para 79% da receita não petrolífera. Pensamos que deveria passar de 47% para cerca de 75% da despesa!

A Educação cresce 3,1 % em termos reais, representando cerca de 3% do PIE não petrolífero, descendo de 14,6% para 13,5% da despesa e de cerca de 25% para 23% da receita não petrolífera. Pensamos que deveria regressar aos 15% da despesa!

A saúde decresce cerca de 10% em termos reais, representando menos de 3% do PIE não-petrolífero, descendo de 12,2% para 9,9% da despesa e de cerca de 21% para cerca de 17 % da receita não-petrolífero. Não se compreende esta redução da despesa real com a saúde num quadro de forte deficiência sanitária: pensamos que deveria passar de 10% para cerca de 14% da despesa! A protecção social decresce 3,5% em termos reais, representando menos de 2% do PIE não-petrolífero, descendo de 8% para 7% da despesa e de cerca de 14% para 12% da receita não petrolífera. Pensamos que deveria passar de 7% para cerca de 25% da despesa! Este é o principal problema do nosso Estado: tenta subsidiar e tratar de tudo em vez de transferir rendimentos para os mais necessitados!

A habitação social cresce 85% em termos reais. Cresce sempre exponencialmente em vésperas de eleições! Passa de 1,0% para 1,7% do PIE não-petrolífero, aumentando de 4,5% para 7,8% da despesa e de cerca de 8% para 12% da receita não petrolífera. Pensamos que deveria passar dos actuais 8% para cerca de 10% da despesa!

Contudo, aqui o problema é outro, porque nenhuma da actual despesa em habitação é despesa social! Trata-se de habitações

Comparação da produção de petróleo e previsões para a classe média e para funcionários públicos que deviam ter o seu problema resolvido pelo mercado. Como o Estado não permite o acesso a terrenos e a livre actuação dos promotores e demais agentes imobiliários, não existem habitações a preço de mercado para as classes intermédias. Reconhecendo o problema político e social que é a falta de habitação

para a classe média, o Estado promove a sua solução, em vez de fazer habitação social, destinada aos mais necessitados, que assim ficam totalmente desprotegidos e desprovidos de condições dignas de habitação. É necessário que o Estado deixe o mercado actuar e que dirija os seus esforços para garantir uma habitação minimamente condigna para os mais pobres! A segurança pública decresce 7,6% em termos reais, representando cerca de 2% do PIE não-petrolífero, descendo de 10,1% para 8,4% da despesa e de 17,5% para 14,0% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveria passar dos actuais 8% para cerca de 10% da despesa! A segurança dos cidadãos e das empresas é um assunto muito importante para a melhoria do ambiente de negócios. É certo que o deficit de meios da segurança pública tem sido resolvido na execução. Mas não é assim que o problema se resolve. Os outros serviços sociais crescem 37%, mas são meramente residuais, representando cerca de 0,2% do PIE não-petrolífero, subindo de 0,8% para 1,0% da despesa e de 1,4% para 1,7% da receita não-petrolífero. Pensamos que deveria passar dos actuais 0,8% para cerca de 1,5% da despesa. Há muito para fazer no que diz respeito à cultura e desporto!

Os assuntos económicos crescem cerca de 10% em termos reais, representando cerca de 3,3% do PIB não-petrolífero, mantendo-se em cerca de 15% da despesa e em cerca de 25% da receita não-petrolífera. Pensamos que deveriam passar dos actuais 15% para cerca de 16,5% da despesa, centrando-se, nesta fase, nas infraestruturas de transporte, energia e águas. O problema mais importante da nossa agricultura reside na falta de infraestruturas de transporte e na inexistência de camionistas e comerciantes fora das grandes cidades. É esse o problema que temos de resolver; depois virá a produtividade agrícola, mas não antes de se resolver o problema da comercialização!

A defesa cresce 1,4%, em termos reais, representando cerca de 2% do PIB não-petrolífero, descendo de 9,0% para 8,2% da despesa e de 15,5% para 13,8% da receita não-petrolífera. Na defesa temos o problema social dos antigos militares, que deve ser resolvido, passando a despesa social das Forças Armadas para a esfera do apoio social. Após esta clarificação, a defesa não deve ultrapassar os 4% da despesa

O segundo grande problema do nosso OGE, depois da insuficiência do apoio social aos mais necessitados, é a monstruosidade da burocracia de Estado, que cresce quase 30% (as eleições poderão justificar parcialmente este aumento), representando cerca de 7% de toda a riqueza não-petrolífera e passando de cerca de 26% para 30% da despesa e de cerca de 44% para 50% da receita não-petrolífera. O gasto com os

serviços e gerais do Estado corresponde, hoje, a 50% do que pagamos em impostos! Deve baixar drasticamente dos actuais 30% para não mais de 4% da despesa!

É preciso fazer uma autêntica revolução antiburocrática no país. É que esta despesa, além de cara, é extremamente prejudicial à economia e à vida dos cidadãos!

A despesa pública é pouco eficaz e necessita de ser radicalmente melhorada para que os impostos dos cidadãos sejam bem empregues. Um papel fundamental nesta revolução de eficácia que é necessário introduzir cabe à simplificação dos processos, outro à sua execução. O programa simplifica necessita de se transformar numa verdadeira revolução anti-burocrática eliminando as normas desnecessárias ou inexecutáveis na actual fase do nosso desenvolvimento.

Porém, há um gravíssimo risco, também, na execução. Há que definir critérios de produtividade, premiar quem cumpre e penalizar os incumpridores; as chefias devem ser responsabilizadas pela execução dos processos sob sua tutela, não ineficácia das suas chefias intermédias. A previsão da produção petrolífera para 2025 situa-se em 800 mil barris/dia, baixando para 300 mil em 2030. A produção efectiva tem-se situado abaixo das previsões (tabela/gráfico 2). Se nada se alterar, atingiremos 800 mil barris em 2023 e 300 mil em 2028! O total da despesa por função no OGE 22 corresponde a 225% da receita não-petrolífera e 30% do total da riqueza não-petrolífera criando país! Os juros correspondem, no OGE 22, a 56% da receita não-petrolífera! Dentro de 5 anos deixaremos de ter rendimentos petrolíferos relevantes.

Temos uma legislatura para passar de um orçamento sustentado pelos rendimentos petrolíferos (125% da despesa é suportada pelos rendimentos petrolíferos) para um orçamento sustentado pelos nossos impostos. É necessário aumentar a receita fiscal com base no alargamento da base tributária e não nas taxas dos impostos; é necessário reduzir a despesa ao que é verdadeiramente importante e torná-la, primeiro, mais eficaz e, depois, mais eficiente; é fundamental reduzir o peso dos juros. Aproveitemos o actual excedente da receita petrolífera para o fazer, antes que a situação se torne insustentável!

5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Moçamedes arrecada mais de 10 milhões de kz no primeiro trimestre

Jornal Economia e Finanças

1 De Abril de 2022

Texto: Vladimir Prata

O município de Moçamedes, capital da província do Namibe, arrecadou, no período de Janeiro a Março de 2022, um total de 16_446.667 kwanzas, fruto do pagamento de taxas, licenças e outras receitas cobradas pela administração local.

A informação foi avançada ao JE pelo administrador municipal adjunto, Humberto Mudjete, tendo referido que houve uma redução no valor arrecadado se comparado com o mesmo período do ano passado. Todavia, disse esperar que este ano as receitas venham a aumentar, fruto do processo de transferência de competências que tem sido levado a cabo pelo Executivo.

O responsável disse igualmente que a administração vai sentindo já algum impacto resultante das novas tarefas e responsabilidades que lhe foram atribuídas nos últimos tempos, no âmbito da desconcentração administrativa e financeira em curso com vista à criação de um ambiente propício para as autarquias.

Actualmente, a emissão de diversas licenças é o que tem gerado maiores receitas, com um valor fixado em 3,5 milhões de kwanzas. As taxas cobradas a nível dos mercados permanentes, vulgo, mercados paralelos, seguem-se na lista, com um valor arrecadado de 1.733.358 kwanzas no trimestre findo.

Entre as competências que deixaram de pertencer à esfera central do Executivo ou governos provinciais e que passaram para administração local consta a responsabilidade sobre a afixação, inscrição, instalação e difusão de publicidade, cujo montante arrecadado nos últimos três meses é de 1.360.831 kwanzas. "Por acaso é um segmento que tem-nos dado boas receitas", disse o responsável.

Com resultados acima de um milhão de kwanzas está também a emissão de licenças de utilização de edificações para comércio, indústria e serviços, com uma cifra de 1.505.504 kwanzas, bem como o

licenciamento e loteamento de terras, com 1.414.248 kwanzas arrecadados.

Humberto Mudjete reconhece que estes valores ainda estão muito aquém da realidade, mas considera que os mesmos poderão vir a aumentar à medida que forem expirando as licenças emitidas pelos departamentos ministeriais ou por seus órgãos representativos e os operadores económicos se sentirem obrigados a renová-las junto da administração.

O responsável considera vantajosas as medidas relativas à transferência de competências às administrações, recordando que os valores arrecadados através do pagamento de taxas, licenças e outros serviços disponibilizados pelos órgãos locais, de acordo com o Decreto Presidencial 47118, de 14 de Fevereiro, são considerados recursos próprios, estando cem por cento disponíveis para suportar as despesas de funcionamento da administração.

"Todos estes pagamentos devem ser feitos por via do Portal do Município que funciona como uma sub-CUT (Conta Única do Tesouro), o que facilita o retorno automático dos recursos e a sua disponibilização de forma célere e eficiente".

Além dos chamados recursos próprios, o administrador adjunto de Moçamedes referiu também que existem alguns impostos cobrados pela Administração Geral Tributária (AGT) e que devem igualmente gerar receitas para a administração local, como é o caso do Imposto Predial Urbano (IPU), tal como está plasmado no Decreto Presidencial nº 40118 De 9 de Fevereiro, sobre as fontes de financiamento da administração local do Estado.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Acesso ao crédito à habitação

Jornal de Angola
1 De Abril de 2022

A iniciativa do Banco Nacional de Angola (BNA), apresentada à Comissão Económica do Conselho de Ministros, por via da qual os bancos comerciais poderão passar a conceder crédito à habitação, provavelmente, apenas peca por ser tardia.

O problema da "casa própria" continua a ser um desafio encarado por todos, desde as instituições do Estado, às famílias, pessoas singulares e empresas que, como sabemos, precisam de soluções arrojadas para que o parque imobiliário não viva uma situação de insustentabilidade e de saturação. É verdade que já foram ensaiadas várias soluções, algumas das quais completamente fora do alcance das famílias que serviam apenas para fins especulativos, outras que envolviam verdadeiras burlas e ainda outras que apenas alimentavam a ilusão de várias imobiliárias.

Com esta iniciativa em que o Estado pretende potenciar os bancos comerciais para que concedam até 100 milhões de kwanzas, esperemos que sejam criadas modalidades para que os conhecidos excessos burocráticos dos bancos não emperrem o lado eminentemente social da iniciativa do Estado.

Não é segredo para ninguém que a grande maioria da população angolana é de baixa renda, uma situação também decorrente da própria condição do Estado angolano, tal como considerado internacionalmente, como país de baixo rendimento e que, por isso, as medidas associadas ao acesso ao futuro crédito à habitação devem ter em linha de conta essa realidade concreta.

De nada vai adiantar se as condições para o acesso ao crédito à habitação envolver uma excessiva e desnecessária "elitização", eventualmente condições draconianas, para as pessoas acederem ao mesmo se, na verdade, vier a estar acessível a um pequeno grupo de pessoas. E, pior de tudo, se o referido segmento de pessoas com rendimento minimamente aceitável para aceder ao referido crédito à habitação envolver na sua maioria pessoas que, provavelmente, não tenham necessidade da "primeira casa" própria.

Embora não saibamos por completo os procedimentos em que os bancos comerciais se vão basear para arrancar com o processo, na medida em

que, segundo instruções do BNA, terão 60 dias para se organizarem, uma das questões que, seguramente, vai marcar o processo de concessão de crédito envolvem as garantias.

Acreditamos que quaisquer que sejam os procedimentos, jurídico-legais, para a efectivação do crédito à habitação, a relevância e impacto do mesmo apenas se poderão mensurar até onde a grande maioria vão beneficiar. Esperemos que as instituições bancárias, as famílias, pessoas singulares e empresas entrem para este processo com conhecimento e alguma preparação que as impeça de repetir erros e falhas das experiências do passado quando se tratou de crédito à habitação.

Não precisamos de repetir situações do passado que, nalguns casos, transformaram os créditos à habitação num luxo inalcançável para o segmento que, com algum rendimento, mais necessidade tinha da casa própria, em detrimento de uma fracção, com algum poder económico, mas sem necessidade da "primeira casa própria", tanto quanto a primeira.

6.2 ARSEG quer tornar seguro à habitação obrigatório

Jornal Expansão
1 De Abril de 2022
Texto: José Gongga

A Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG) pretende que o seguro à habitação passe a ser obrigatório, à semelhança do que acontece com os seguros automóvel e de acidentes de trabalho, devido ao crescimento do parque habitacional, nos últimos anos.

Apesar de ainda não ser obrigatório, a ARSEG pensa que o sector da habitação tem potencial para garantir maior taxa de penetração e alavancar o crescimento dos seguros, que é liderado pelo sector petrolífero.

De acordo com Jardel Duarte, a complexibilidade e exigências do parque habitacional mais antigo vai obrigar a "alguma ousadia das empresas seguradoras". O papel dos mediadores de seguros e das empresas de mediação imobiliária vai ser fundamental e, por isso, devem entrar neste 'grupo de trabalho'.

A percepção de risco em parques habitacionais não é tão alto, a estratégia passa por vender ou alugar o imóvel já assegurado, através de concertação entre as seguradoras e os agentes de intermediação imobiliária.

Vai ser igualmente importante uma comunicação eficaz sobre os benefícios que advêm da contratação do seguro.

"O cidadão deve perceber que o seguro permite-lhe estar em casa confortável, com a garantia de que amanhã não lhe acontece algo que esteja fora da sua expectativa", explica.

A lei não estabelece como obrigatório o seguro à habitação, mas podem-se criar instrumentos legais que obriguem à contratação deste seguro.

No essencial, as grandes alterações a nova lei vem reforçar os poderes de supervisão e regulação da ARSEG, abrir o mercado a sucursais de empresas de seguros com sede fora do território nacional e a possibilidade de as empresas nacionais abrirem representações no exterior. A lei vai ainda definir as condições e limites ao endividamento das empresas de seguros, assim como criar privilégio para salvaguarda dos créditos dos tomadores de seguros.

6.3 Banca com 6,2 mil processos de crédito habitação

Jornal de Angola

1 De Abril de 2022

Texto: Hélder Jeremias e Cristóvão Neto

Num universo de 30 milhões de habitantes, o sistema bancário tem apenas 6 200 processos de crédito habitação, com metade a corresponder a crédito concedido a funcionários bancários e a outra a trabalhadores de empresas com acordos com os bancos comerciais, afirmou, quinta-feira (31) em Luanda, o governador do BNA, para explicar a facilidade de financiamento anunciada, quarta-feira, para viabilizar o acesso à casa própria no país.

José de Lima Massano proferiu estas declarações no final da reunião do Comité de Política Monetário do Banco Nacional de Angola (BNA) realizada esta quinta-feira (31), um dia depois de, na Comissão Económica do Conselho de Ministros, ter apresentado os créditos habitacionais que permitem à população aceder a créditos até 100 milhões de kwanzas, com períodos de reembolso que vão até 25 anos.

"É uma preocupação", afirmou ontem o governador, acrescentando qualquer cidadão pode solicitar o crédito habitacional estabelecido pelo Aviso 10/20, desde que disponha de rendimentos ou garantias para aferir a capacidade para liquidação do valor requerido junto do banco comercial em que esteja domiciliado.

O processo também está aberto para empresas imobiliárias que queiram construir projectos para comercializar, mas o período de liquidação é de três anos, com taxas de 10 por cento, ao contrário dos 7,0 por cento definidos para particulares.

Em resposta a questões colocadas por jornalistas sobre o impedimentos de diversa ordem, tais como um salário baixo, "status" social ou já ter adquirido imóveis em centralidades, o governador reiterou que "o crédito de 100 ou 50 milhões de kwanzas é aberto para todos os interessados, desde que tenham garantias".

O objectivo, disse, é aproveitar as disponibilidades de recursos para inverter o actual quadro de défice habitacional por parte de funcionários do sector público e privado, através de uma modalidade mais vantajosa do que as existentes até agora, concedendo aos bancos dois meses para se conformarem e arrancar o processo.

O programa de concessão de crédito habitação, apontou, também visa a estabilidade de preços, criar canais que permitam às empresas continuarem a oferecer bens e serviços de que a sociedade necessita para encontrar o bem estar, num espaço de equilíbrio de preços na economia.

Reacções do mercado

Em reacção, líderes do sector Imobiliário contactados, ontem, pelo Jornal de Angola, como o presidente da Comissão Executiva da Imogestim, Víctor Costa e Silva, e o vice-presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Cléber Corrêa, consideraram que a facilidade de crédito tem potencial para solucionar, pelo menos de forma parcial, as questões da restrição económica no acesso à habitação.

Segundo o presidente da Comissão Executiva da Imogestim, "o prazo máximo do crédito a conceder ao abrigo deste diploma do BNA é de 25 anos, o que é bastante razoável", sendo "significativa a melhoria de 20 para 10 por cento da exigência pelos bancos da entrada com recursos próprios".

O vice-presidente da APIMA também valoriza o efeito multiplicador gerado por este instrumento de financiamento, notando que, "muitas vezes, é preciso usar incentivos ao consumo que resultam em crescimento económico e em maior arrecadação do Estado. Ou seja, se de um lado é concedida a bonificação, do outro lado, com o crescimento da economia, o dinheiro é recuperado".

Os benefícios da facilidade voltam a multiplicar-se, com base no argumento apresentado de promotores imobiliários que, nas consultas prévias para esse processo, disseram à banca que não faz sentido que, depois de através do Aviso nº 10/ 2020 (para financiamento da produção), o BNA ter alargado o leque de produtos e passado a considerar a produção de inputs para o sector da Construção Civil, estimulando a oferta, deixar de estimular a procura induzida pelo sector do Imobiliário, neste caso.

"Por outras palavras não fazia sentido só estimular o produto e não estimular o seu adquirente", disse o presidente da Comissão Executiva da Imogestin, com o que Cléber Corrêa concorda.

"A construção civil movimentada toda a economia: poderemos ter a reforma do tecido empresarial nacional bem como a ampliação de indústrias nacionais de materiais de construção civil. Tudo dependerá do montante colocado à disposição para financiamento e do custo desse dinheiro para população", prevê o vice-presidente da APIMA.

Cléber Corrêa citou números oficiais a declararem que o país tem um défice de 3,5 milhões de habitações: "a oferta disponível é ínfima e distante da capacidade de compra do cidadão nacional", lamentou o empresário, definindo a oferta imobiliária do país por uma grande quantidade de imóveis ocupados em operações de arrendamento e uma esmagadora oferta ociosa de escritórios.

Victor Costa e Silva indicou que, para estimar a procura não satisfeita, deve-se ter em conta "uma taxa de crescimento da população da ordem de 3,2 por cento ao ano a exercer uma forte pressão na procura de habitação", do que se deve descontar "a oferta disponibilizada, quer através das centralidades e outros projectos sociais, como em outros projectos de cariz privado dirigidos à classe média e média alta".

6.4 BNA impulsiona mercado imobiliário com o novo programa de crédito à habitação

Jornal Economia e Finanças

8 De Abril de 2022

Texto: Vânia Inácio e Isaque Lourenço

Banco Nacional de Angola e o Governo concordaram, na semana passada, em alargar o âmbito do Aviso 10, que até então reportava apenas ao crédito a favor

Mário Nascimento Presidente da ABAN e (Associação Angolana de Bancos) da produção nacional junto da banca comercial, suportado por 2,5 por cento das Reservas anuais que deviam estar sob cativo do banco central.

Com o alargamento da medida, o Governo e o BNA optaram por mobilizar fundos de 858 mil milhões de kwanzas (1,7 mil milhões de dólares), com os quais vai se garantir crédito à habitação em regime de renda resolúvel e num prazo de reembolso até 25 anos.

Com O anúncio no passado dia 30 pelo governador do BNA a aprovação, por parte do banco central, de regulamentação relativa ao crédito à habitação, o BNA procura, através da política monetária, criar as condições para influenciar o crescimento económico, visando o sector social e económico, as famílias e as empresas têm ao alcance o acesso a crédito' mais barato (7,0 por cento), mais adequado àquilo que são os rendimentos da maioria da população e cuja liquidação é feita também por um período longo (25 anos), possibilitando aos mutuários beneficiarem de prestações mais baixas.

Por outro lado, ao permitir que, no âmbito desta regulamentação, as "empresas promotoras tenham acesso a este crédito, está-se a fomentar a actividade das empresas promotoras, assim como das empresas do sector da construção civil, as empresas de materiais de construção, assim como outras empresas que actuam neste sector e ao redor.

Outro sector que sai beneficiado com esta regulamentação é o sector bancário, na medida em que o BNA ao liberar reservas, com o abatimento das reservas obrigatórias, permite que os bancos tenham liquidez para financiar este produto extremamente atractivo para os bancos e cuja procura também é elevadíssima. Com esta regulamentação os bancos têm a possibilidade de fidelizar e trabalhar com os clientes de crédito por 25 anos

Contudo, existem desafios para que esta regulamentação emitida pelo BNA e a sua implementação por parte dos bancos comerciais alcance os objectivos desejados. É necessário que as partes do processo, o Estado, Os bancos, as empresas e os clientes cumpram com as suas responsabilidades. O Estado tem a responsabilidade na remoção dos obstáculos e constrangimentos para a efectivação e boa execução das hipotecas, na disponibilidade de terrenos ao sector privado para a construção de habitações, na simplificação e facilitação da emissão das licenças e documentação para a construção.

Os bancos têm a responsabilidade de criar procedimentos mais diligentes, com tempos desde a recepção da solicitação de crédito até a decisão da concessão, ou não, do crédito curtos e justos. As empresas têm a responsabilidade de ter contabilidade organizada e fiável, e de ter as condições técnicas financeiras para a execução das obras e dos contratos. E aos clientes cabe-lhes a responsabilidade de cumprirem com as responsabilidades creditícias.

O sector bancário tem exigências regulatórias e de enquadramento, emitidas pelo BNA e emanadas de instituições ou organismos internacionais, no que toca ao compliance, as imparidades e outras, que não possibilitam aos bancos financiarem projectos que não cumpram esta regulamentação e exigências, tais como contabilidade organizada, garantias para a cobertura do risco de crédito e segurança jurídica, sob pena dos bancos degradarem os capitais próprios.

6.5 Crédito habitacional pode ser concedido até 100 milhões

Jornal Economia e Finanças
1 De Abril de 2022

Os cidadãos vão facilmente aceder, brevemente, a créditos habitacionais até 100 milhões de kwanzas, para um tempo máximo de maturidade de 25 anos.

A informação foi avançada pelo governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, no final da terceira reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros, realizada na quarta-feira, em Luanda, no Palácio Presidencial, sob orientação do Presidente da República, João Lourenço.

O governador do BNA disse que, por via do Aviso número 10, foi possível mobilizar cerca de 858 mil milhões de kwanzas, cerca de 1,7 mil milhões de dólares, para dar possibilidade aos cidadãos de acederem a uma habitação própria, com recurso ao crédito bancário.

"Estamos a permitir que, por dedução das reservas obrigatórias, os bancos comerciais possam, com recurso a esta modalidade, conceder um crédito habitação, de forma individual, até ao limite de 100 milhões kwanzas", informou.

A concessão do crédito habitacional impõe a condição de ser apresentada uma garantia complementar, que pode ser uma garantia pessoal ou uma fiança, bem como dá possibilidade de serem duas pessoas a concorrer, por exemplo, um casa I, e receber o limite estipulado.

Se for a título individual, fica-se pela metade do valor, correspondente a 50 milhões de kwanzas.

"Com essa iniciativa, os bancos vão poder emprestar, para compra de casa própria, para uma maturidade máxima de 25 anos, sendo a taxa de juro máxima de sete por cento", precisou.

Para facilitar a construção de novos imóveis, informou que estão também a permitir que as entidades promotoras de projectos de construção para fins habitacionais possam recorrer a esta facilidade de crédito, considerando uma taxa de juro de 10 por cento.

"Este nosso Aviso permite aos bancos comerciais um período de até 60 dias para se organizarem, para se estruturarem e então poderem oferecer o crédito - habitação e o crédito à construção nas modalidades apresentadas", acrescentou.

Metas do PDN

As metas programadas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 foram executadas em 65,75 por cento até ao ano passado, refere um comunicado produzido no final da 3ª reunião ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros.

O relatório sobre a execução do PDN 2018-2022 refere que a economia nacional apresentou sinais de recuperação em 2021 e que foram registados resultados assinaláveis ao nível das contas fiscais, monetárias e externas (incluindo a estabilização da taxa de câmbio), resultado das medidas relativas ao Programa de Estabilização Macroeconómica em 2018.

O relatório de execução do PDN 2018-2022 indica que, relativamente ao fomento da produção nacional, foram aprovados financiamentos a 182 empresas e 179 cooperativas. No total, foram aprovados, até 2021, financiamentos de 1 024 projectos, dos quais 615 referentes a empresas e 409 a cooperativas. O valor global do financiamento foi de 732,3 mil milhões de kwanzas. Para incentivar o aumento da compra de produtos nacionais, foram assinados 2 226 contratos de compra da produção nacional, dos quais 1147 contratos assinados no ano passado.

No domínio do Planeamento Nacional, a Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou, na reunião, o calendário para a elaboração dos instrumentos de gestão macroeconómica, nomeadamente, o Orçamento Geral do Estado (OGE), a Programação Macroeconómica Executiva e a Programação Financeira do Tesouro Nacional.

A Comissão Económica aprovou, igualmente, o Regulamento para a Elaboração da Programação Macroexecutiva (PME). Este documento define a estrutura, procedimentos e prazos inerentes à elaboração, execução, monitorização, avaliação e revisão da Programação Macroeconómica Executiva.

6.6 Executivo promete concessão de crédito habitação

Novo Jornal

1 De Abril de 2022

Oitocentos e cinquenta e oito mil (858) milhões de kwanzas são o montante disponibilizado pelo Executivo angolano para crédito à habitação.

A informação foi prestada, nesta quinta-feira, 30, à imprensa pelo governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, no final de uma reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço.

O governador do BNA adiantou que montante, equivalente a 1,7 milhão de dólares, visa estimular o acesso à casa própria com recurso ao crédito bancário.

Massano esclareceu que a medida visa permitir que os bancos comerciais concedam crédito até 100 milhões Kz, por mutuário, para a aquisição de casa própria a casais.

O regulador referiu que o empréstimo, a título individual, pode ir até 50 milhões de kwanzas.

O governador do BNA informou que o crédito deve ter uma maturidade máxima de 25 anos, com taxa de juros de 7,5 %, salientando que a banca exigirá, para concessão da facilidade bancária, garantias que podem ser pessoal ou fiança.

Massano Júnior disse que devem ser criadas facilidades de crédito até 10% pelas entidades promotoras de projectos de construção para fins habitacionais.

Deu conta que os bancos comerciais terão até 60 dias para organizar o processo de facilitação do crédito à habitação e a construção de moradias nas modalidades indicadas.

6.7 O mercado imobiliário é o mais propenso ao branqueamento de capitais e fuga ao fisco

Novo Jornal

1 De Abril de 2022

Texto: Faustino Diogo e César Magalhães

A dificuldade de regularização de imóveis é um dos problemas que afecta o mercado imobiliário nacional. Como é que os operadores do sector garantem as relações do direito imobiliário?

Há necessidade de fazer surgir algumas normas no sentido de regulamentação. Isto significa dizer que não precisamos leis, até porque temos boas leis. As leis existem, só precisam de ser regulamentadas. O que se exige aqui é a regularização jurídica dos imóveis. Este é um dos grandes constrangimentos do mercado imobiliário. Ou seja, a regularização dos imóveis é um dos grandes constrangimentos do mercado imobiliário. Precisamos operacionalizar melhor os elementos jurídicos legais, porque do ponto de vista prático apresentam constrangimentos para os operadores imobiliários.

De que forma podem ser melhorados os mecanismos jurídicos legais na sua operacionalização?

O procedimento de regularização jurídica de móveis entre nós é ainda bastante penoso. Começa nos actos que as administrações locais impõem para a regularização jurídica dos imóveis. Para construirmos um prédio, uma casa, ou executar um projecto imobiliário, temos que ter licenças. E antes da licença, o terreno tem que estar regularizado. Sou crítico, por razões históricas, de que o direito de superfície seja a prioridade no sistema de regularização jurídica dos imóveis entre nós.

Porquê?

Na nossa lei de terras o direito de propriedade é o primeiro. A grande questão que se coloca é por que é que se vai para o direito de superfície sempre e não pelo direito de propriedade? Esta disparidade da compreensão tem feito crescer desordenadamente as nossas cidades, aldeias e municípios. E também contribui para alguma falta de padronização nos procedimentos. A falta de regularização jurídica tem causado grandes constrangimentos no mercado imobiliário, e com efeitos no investimento. Há outra questão sobre o direito imobiliário que tem a ver com regime de regulamentação que está ligado ao financiamento imobiliário.

Os bancos têm-se mostrado avessos à concessão de crédito como antigamente porque exigem garantias de forma a evitar o malparado

Quem financia são os bancos. E os bancos, na nossa realidade, por causa de tantos receios, a começar pela titular idade, quase que não dão importância a matérias ligadas ao investimento imobiliário. E os operadores imobiliários acabam sempre por recorrer a outras fontes de financiamento com muito mais dificuldades. Houve algum esforço de regulamentação do financiamento imobiliário que fez nascer o Fundo de Fomento Habitacional. Mas é preciso dar outra dinâmica ao Instituto Nacional da Habitação, que deveria ser o regulador do mercado imobiliário.

De que forma?

Entendo que o Instituto Nacional da Habitação (INH) e o Fundo de Fomento Habitacional (FFH) devem-se posicionar melhor. O INH deve produzir melhor regulamentação relacionada com o mercado imobiliário. Hoje temos muitos constrangimentos que têm a ver, por exemplo, com matérias ligadas ao compliance no imobiliário. Se o mercado imobiliário não tiver os instrumentos adequados de regulamentação para o financiamento de projectos e eventual controlo do preço, com a fixação de um preço médio, como acontece por exemplo na Costa Rica ou no México, podem ocorrer práticas lesivas à economia e até ao próprio País.

Mas há mais constrangimentos.

Em outros momentos tivemos o kwanza a desvalorizar e o imobiliário não se conseguiu posicionar. E isso também afectou a capacidade de gestão dos condomínios.

A desvalorização do kwanza afectou a qualidade do imobiliário?

Afectou muito. Afectou a possibilidade do pagamento a crédito, vivemos cenários terríveis de pessoas que receberam crédito em dólares e ficaram sem condições de pagar. Alguns mesmo chegaram a perder os imóveis. Os pequenos projectos deixaram de ter oportunidades, não só da parte do cliente mas também em termos de financiamento. O mercado está em crise, pelo menos do ponto de vista de financiamento. Penso que o Banco Nacional de Angola devia intervir e fazer com que parte da reserva que os bancos têm no banco central fosse canalizada em forma de crédito bancário para projectos imobiliário de baixa renda

Deve haver mais intervenção do sector privado no sistema imobiliário?

Quando falo do financiamento é para dinamizar também o sector privado. Nós temos fundos imobiliários na Comissão do Mercado de Capitais, mas o grande problema são as garantias. E as garantias passam pelo constrangimento principal que tem a ver com a regularização dos imóveis. A segurança jurídica produzida pelos documentos. O Instituto Nacional da Habitação deve assumir o papel de regulação do mercado imobiliário. Tem que produzir documentos, avisos. Por exemplo, instrumentos ligados ao compliance imobiliário, porque o mercado imobiliário é dos principais meios para a prática do crime e branqueamento de capitais. A actividade dos mediadores e dos angariadores imobiliários deve ser supervisionada pelo INH.

O facto de não haver um supervisor para o sector fá-lo ser propenso aos crimes financeiros?

O mercado imobiliário é o grande lugar da prática dos maiores crimes de branqueamento de capitais. Quando alguém desvia fundos, dinheiro... a primeira coisa que faz é comprar imóveis para esconder o furto. Em qualquer realidade económica o mercado imobiliário é mais propenso ao crime de branqueamento de capitais e fuga ao fisco. Por isso, E que o compliance imobiliário de que falo é de grande importância, apesar dos mediadores e angariadores serem trabalhadores liberais estão obrigados a observar e garantir as regras de compliance.

Tem acontecido?

Não do ponto de vista da ocupação profunda da questão. Por isso é que vemos, por exemplo, que processo de recuperação de activos tem resultado na apreensão de fábricas, prédios, casas, terrenos, imobiliário. Por aqui vemos que é importantíssimos a regulamentação jurídica da identidade

Esta necessidade não tem a ver com a dinâmica da economia?

Tem a ver com a própria realidade. Por que a dinâmica tem exigido regulamentação. Mas a nossa realidade vai muito lenta. Temos que andar rápido porque as questões económicas diferente de outras questões assim exigem. Do ponto de vista da legislação, somos dos poucos países que têm legislação para tudo. Mas a regulamentação deixa muito a desejar. A burocracia, corrupção, nepotismo, habitam aqui. E todos estes males prejudicam as parcerias público-privada.

O Estado ainda se mantém como um o principal actor da economia nacional. Deve manter-se no sector imobiliário?

O Estado deveria dedicar-se ao papel de regulador. Mas quando tomamos as questões económicas ou jurídicas como questões políticas, acabamos por não conseguir separar uma da outra. A questão imobiliária ainda é de grande intervenção do Estado porque depois da nossa Independência ela passou a ser uma questão política. Primeiro

Com os confiscos, depois com processo de venda do património habitacional do Estado. A construção da nossa economia de mercado foi feita sem os nossos empresários. Foi o Estado quem construiu os nossos empresários e esta matriz ainda se vai manter por algum tempo.

Isso justifica a presença do Estado no sector imobiliário?

De certa forma. Mas se o Estado quiser de facto construir deve ocupar-se simplesmente do loteamento. O Estado ao construir habitações não vai ajudar o sector imobiliário a avançar e vai perder dinheiro. Esta realidade só vai mudar quando se separarem as questões económicas, ou sociais, das questões políticas.

Os agentes privados têm condições para assegurar as necessidades imobiliárias do país?

Sim. O grande constrangimento está relacionado com a regulamentação. Com mais ou menos esforços privados, tem terrenos, conseguem licenças. Não podemos esquecer que a grande desmotivação do investimento no sector imobiliário está também na questão do material de construção. Esse material é muito caro para execução de certos projectos, sem esquecer a mão-de-obra.

Quais são as soluções para o desenvolvimento do mercado imobiliário?

A primeira tem a ver com alteração de alguma legislação a começar pela Lei de Terras para se atender o princípio do aproveitamento efectivo. O princípio segundo o qual uma empresa ou cidadão tem um terreno, deve utilizar. Hoje não existe nenhum instrumento que responda à questão da não utilização destes terrenos. O Estado permite que as pessoas ou as empresas acedam aos terrenos que depois ficam fechados. Temos até situações em algumas localidades em que esses espaços se vão transformando em locais de delinquência, contribuído para a insegurança pública. Um outro desafio é regulamentação do mercado que deve ser feita pelo Instituto Nacional da Habitação e com o BNA e eventualmente a Comissão do Mercado de Capitais para que o sector imobiliário seja de facto mais um player do mercado financeiro. Matérias

reguladas sobre compliance na actividade de angariação e mediação imobiliária, para evitar que o mercado imobiliário seja usado como local de branqueamento de capitais.

Esta semana abriu o ano judicial. Enquanto jurista que avaliação faz ao sistema de justiça?

O sistema de justiça enquanto actividade judicial está em crise. O nosso sistema de justiça enquanto actividade forense é um sistema que transforma qualquer advogado em incompetente.

Porquê?

Porque a morosidade nos processos determina uma avaliação negativa do trabalho do advogado e não do trabalho do sector da justiça, quando de facto a lentidão processual é do sistema. Tenho que reconhecer que o Estado fez algum investimento com o pessoal. Antes havia poucos juizes e uma demanda judicial, mas os processos andavam, corriam. Hoje a situação não é bem assim. Por exemplo, trabalho com direito civil e posso dizer que cinco anos que não recebem nenhuma decisão de qualquer processo. E sou advogado. Acho que alguma coisa está falhar no processo de selecção, formação e colocação dos magistrados. O espectável é que com o aumento de magistrados passaremos a ter mais qualidade, mais velocidade, mais certeza e mais condições de esperança

E não está a acontecer?

O sistema de justiça a caminhar sem a celeridade que se espera, conduz também para o aumento da pobreza económico-social e aumenta os conflitos. Do ponto de vista económico conduz à 'desnecessidade' de realização de investimentos devido à insegurança jurídica e promove negócios de carácter ilegais.

Esta lentidão não está associada aos alegados aumentos de casos na justiça?

O aumento dos casos na justiça nestes últimos quatro anos conduziu ao aumento do número de magistrados, por isso não se justifica. Com o aumento de magistrados podemos reclamar de outras coisas mas não da celeridade. Podemos reclamar da falta de condições' falta dos mecanismos de trabalho mas de celeridade não. Não se entende que alguém que tem uma acção de despejo ao final de três anos não tenha uma decisão. Isto provoca um grande prejuízo a famílias, comunidades, que vivem do rendimento dos imóveis.

Olhando para este cenário que traça, de facto a justiça não está em condições de acompanhar o combate à corrupção em curso no País?

Temos que olhar para o modo como o nosso sistema jurídico foi construído. Não recebemos formação adequada de natureza económica, nem com essa sensibilidade. O nosso nível de formação é legalista e formalista, por isso é que vemos os nossos juristas e advogados sempre bem vestidos, com bons carros infelizmente, os nossos juristas não têm formação económica para perceber números, e as pessoas envolvidas nesses crimes têm uma mentalidade económica muito avançada. O combate à corrupção e o branqueamento de capitais tem muita racionalidade económica e muita matemática e não estamos preparados por conta da lacuna que temos na nossa formação e isso também toma os processos lentos.

Por isso é que estes casos estão a levar tanto tempo?

Sim. É preciso envolver especialistas para auxiliar estes processos e sejam alcançados os objectivos pretendidos. Este facto toma o combate à corrupção tão complexo e bastante sacrificante para as pessoas que estão envolvidas.

Apresentou recentemente em Luanda o livro "Direito Imobiliário Angolano-Real Estate. Qual é a base?

Direito imobiliário é a área do direito privado da economia que estuda as relações jurídicas sobre os imóveis. Todos os negócios de carácter económico que recaem sobre habitações, terrenos armazéns... Estas relações jurídicas são de direito imobiliários. Portanto, é isto que estuda o direito imobiliário.

O que que ainda perspectiva para o sector imobiliário?

O sector imobiliário é o futuro das economias. Os mercados vão circular cada vez mais em torno do imobiliário. Países como o nosso vão ter de olhar para o imobiliário como sendo também uma fonte de realização das necessidades económicas. O mercado imobiliário pode ser o ponto de partida para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Tem ainda o desafio dos mecanismos e instrumentos de financiamento imobiliário que devem ser melhorados. E por último, dinamizar o registo imobiliário para que se tenha mais segurança.

6.8 Promotores imobiliários querem mais fundos para financiar habitações

Jornal Economia e Finanças

8 De Abril de 2022

Texto: Adérito Veloso

O presidente interino da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Cleber Corrêa, defende a criação de um fundo de petróleo, no valor de mil milhões de dólares por ano, para financiar as habitações, uma medida que poderia atrair mais clientes.

Ao JEF, o gestor disse que o fundo seria operacionalizado pelos bancos comerciais, onde os clientes poderiam aceder, desde que tivessem capacidade financeira.

AAPIMA quer, igualmente, a criação de um fundo de garantia por tempo de serviço, dinheiro que ficaria numa conta do cidadão e que "seria usado também para financiar habitações e infra-estruturas".

Um outro caminho que poderia captar mais clientes para o sector imobiliária prende-se com a autorização por parte do Banco Nacional de Angola do uso de que os bancos comerciais.

Apontou, também, a criação de um imposto de 0,4 por cento sobre as movimentações financeiras, que injectaria 800 milhões de dólares ano no crédito habitacional, ou sistema financeiro da habitação.

A isenção de pagamento de imposto industrial por parte dos bancos, nos créditos a imóveis sociais é apontada, também, como uma das acções que poderia contribuir para a dinamização do sector.

Bonificação dos créditos

Quanto à cedência de créditos para habitação, avançou que os bancos não deixaram de conceder, mas houve um "abrandamento" já que o custo (juros) do dinheiro passou a ser alto, e as pessoas passaram a não aceder aos financiamentos".

"A inflação é a grande inimiga do imobiliário, pois os bancos precisam cobrar juros acima do seu índice para obterem ganhos reais. Em uma inflação de 25 por cento, temos juros de 27%, explicou

Para contornar estes constrangimentos, o gestor aponta a bonificação dos juros por parte do Estado, para que o "custo do dinheiro" seja acessível à população e à criação de um diploma que execute rapidamente os incumprimentos.

"Essa acção é necessária porque um incumprimento hoje em dia demora de cinco a sete anos para ser resolvido em tribunal, e isso assombra os bancos na operação", aponta.

Além disso, os bancos não possuem poupanças ou aplicações a longo prazo, que "possibilitem emprestar dinheiro a longo prazo".

"Um financiamento habitacional costuma ser de 20 a 30 anos e os clientes não deixam lá o dinheiro aplicado por esse tempo", destacou.

Quanto aos altos preços praticados pelos promotores imobiliários, que inibem principalmente camada jovem que procura a casa própria, Cleber Corrêa disse que o "grande problema" é o poder de compra dos trabalhadores, que foi dividido por cinco desde 2014.

"Tínhamos um câmbio de 100 e hoje temos um câmbio perto de 400. Só uma recuperação salarial fará os imóveis serem mais acessíveis, pois os construtores estão no seu limite. O crescimento económico deverá propiciar essa melhoria do ganho do trabalhador", avança, depois de precisar que além disso, os preços dos terrenos infra-estruturados estão muito caros, daí ser necessária uma intervenção do Estado nesse quesito.

Sector embrionário

Por outro lado, Cleber Corrêa precisou que o sector imobiliário nacional é ainda muito embrionário, já que poucas pessoas conseguem adquirir imóveis com capitais próprios, sendo que assim os imóveis de maior valor são pouco vendidos.

Devido à alta inflação, os juros do crédito imobiliário também são altos e assim as pessoas não conseguem aceder a financiamentos.

Os projectos passam por dificuldades, onde a falta de crédito acessível faz com que o promotor imobiliário financie ele mesmo o comprador, parcelando o recebimento da venda em vários anos.

Alguns promotores imobiliários, disse, não sabem lidar com a inflação e vendem os seus imóveis por renda resolúvel, sem correcção das parcelas.

Para o gestor, isso faz com que "ele venda com o preço de hoje, parcelado durante alguns anos, com parcelas fixas e devido à inflação os materiais vão subindo de preço e mais à frente ele não consegue entregar a obra"

Apesar de não possuir ainda dados estatísticos quanto aos imóveis vendidos no ano passado, o gestor garante que em grande parte foram imóveis até 25 milhões de kwanzas.

O presidente interino da APIMA destacou que Luanda continua a ser o principal centro de compra e venda de habitações, por possuir o maior número de pessoas, daí as promotoras imobiliárias terem o "maior ganho".

Noutras províncias o sector público (casas construídas pelo Estado) continua a dominar. Para ele, sem uma política de financiamento barato, os privados não conseguem se desenvolver.

Para se contornar esta tendência, precisa-se de uma política de Estado bem estruturada e acompanhada, onde haja acesso a financiamentos baratos, disponibilização de terrenos baratos e regularizados, processos céleres de aprovações e um aporte anual de dinheiro para o crédito habitacional de imóveis de baixo valor.

Facilidades

Quanto a recente medida anunciada pelo governador do Banco Nacional de Angola sobre a proposta de Aviso que estabelece a nova modalidade de crédito e que prevê empréstimos até 100 milhões de kwanzas por mutuário (tomador do crédito), devolvidos a uma taxa de 7 por cento no período de 25 anos, o promotor imobiliário, lacónico, achou o valor "alto, pois passam os 200 mil dólares".

Destacou que com esta medida, o BNA vai autorizar os bancos comerciais a usarem o dinheiro que está parado no Banco Central para o crédito habitacional.

"Há um dinheiro dos bancos que pertence aos clientes e que está parado no BNA sem rendimento. O BNA vai autorizar esses bancos a usarem esse dinheiro para crédito habitacional, explicou.

6.9 Vem aí um “Aviso 10” para financiar crédito à habitação

Jornal Expansão

1 De Abril de 2022

Texto: José Gongga

À semelhança do que acontece com o Aviso 10 do Banco Nacional de Angola (BNA), criado para financiar a economia, através do PRODESI, o banco central vai obrigar os bancos comerciais a concederem crédito aos clientes que pretendam adquirir casa própria, até um valor máximo de 100 milhões kz para casais e um máximo de 50 milhões kz, se for a título individual.

Mas, para isso, os clientes terão de apresentar uma "estrutura complementar de garantias" à banca, elemento que condiciona uma avaliação positiva, apesar de as "garantias poderem ser pessoais, através de fianças".

De acordo com o governador do BNA, José de Lima Massano, que falava na reunião da comissão económica do Conselho de ministros, este "Aviso permite que os bancos comerciais tenham um período de até 60 dias para se organizarem e criarem estruturas" para oferecerem o crédito à habitação ou à construção". Estes créditos terão maturidade máxima de 25 anos e taxas de juros não superiores a 7%. Um valor inferior ao que foi estabelecido, de 8,5%, nas negociações com a Associação Angolana de Bancos (ABANC), na altura em que se abordou a criação deste instrumento.

O instrutivo pode fazer com que as pessoas 'corram' para a banca comercial para acederem ao crédito à habitação pelo facto de as taxas juro estarem muito abaixo das taxas de juro praticadas tradicionalmente nas propostas que a banca apresenta aos clientes, como explica fonte do Expansão ligada à banca.

A mesma fonte receia, por outro lado, que esta medida tenha como efeito o acelerar dos preços no mercado imobiliário e, por questões estruturais, neste segmento da habitação, como as relacionadas com o registo predial, vai colocar em causa todo o processo, sobretudo para os clientes que têm menos posse. Por isso, os bancos vão restringir o crédito à aquisição de habitação e construção ao grupo de clientes da classe média, favorecendo os que são melhor remunerados e que trabalham nas melhores empresas de modo a reduzir os riscos ao crédito e terem melhores garantias.

A fonte também explica que as pessoas vão ficar ávidas por comprar imóveis, podendo desencadear um cenário em que a procura se sobreponha à oferta

e inflacionar o mercado no segmento imobiliário. Ou seja, os imóveis deixam de ter os valores que teriam nas condições normais de mercado. "Esta facilidade ao crédito para construção ou compra de casa própria pode gerar uma bolha imobiliária. Os promotores da construção para habitação terão espaço para especular devido à alta procura", afirma. A banca comercial não vê com bons olhos estas medidas de facilitação ao crédito por interferirem directamente na forma de operar do sector bancário, como confidenciou ao Expansão um dos executivos da banca comercial.

Tal como acontece com o Aviso 10, para financiar a economia, este financiamento não vai sair da liquidez dos bancos comerciais, Será dedutível do valor das reservas obrigatórias a constituir por cada instituição financeira bancária. A expectativa é, pois, que haja uma percentagem mínima do valor do crédito a ser contratualizado pelas instituições bancárias.

O instrutivo permite que as entidades "promotoras de projectos de construção para fins habitacionais possam também aceder a esta facilidade de crédito" para garantir uma maior oferta e facilitar a construção de novas habitações conforme referiu o governador do BNA Nestes casos, a taxa de juros é de 10%. Com a entrada das empresas de construção pode abrir-se espaço para as instituições financeiras escolherem o tipo de riscos

6.10 JMPLA constrói e entrega casa à idosa de 70 anos

Jornal de Angola

4 De Abril de 2022

A JMPLA na Huíla entregou este domingo, uma residência completamente reabilitada com a contribuição de seus membros a uma idosa de 70 anos de idade, no bairro Bula Matady, arredores da cidade do Lubango.

Solidarizados com a situação em que a beneficiária vivia, os jovens da JMPLA mobilizaram-se e lançaram-se ao desafio de construir uma casa nova para a septuagenária Carolina Mbacka, em saudação ao mês da mulher, no âmbito de um projecto denominado "Eu amo a avó da minha banda", conciliando com o "Lubango Tass - Também sou a solução", todos gizados pela organização.

O segundo secretário do comité municipal do MPLA do Lubango, Victor Pacheco, que entregou a chave da casa, fez saber que a mão-de-obra, os recursos técnicos e materiais são fruto da contribuição dos próprios militantes e amigos da organização.

O Projecto Lubango TASS, segundo o dirigente político, é de iniciativa do secretariado municipal da JMPLA do Lubango, que a par dos programas estruturantes está a identificar os problemas sociais no seio das comunidades, mobilizando jovens e, não só, mas buscar soluções localmente, ao invés do sentido único da crítica.

No acto de entrega da residência, familiares, vizinhos e amigos da beneficiária exaltaram a acção da JMPLA e encorajaram os jovens a olharem para outras pessoas da comunidade.

Para além da casa, a JMPLA entregou igualmente à idosa, na condição de viúva, bens alimentares e electrodomésticos.

6.11 Emitidas mais de nove mil licenças para a construção de edifícios em sete anos

Novo Jornal

8 De Abril de 2022

Texto: Dulcineia Lufua

Entre 2015 e 2021, foram aprovadas 9.218 licenças para construção de edifícios em todo o país, indicaram os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), consultados pelo Novo Jornal.

Os números do INE ressaltam que 2021 foi o ano com menos licenças emitidas (873), se comparado aos anos anteriores, onde os números de licenças estiveram acima dos 1.000 registos anuais.

De acordo com os dados, que constam de um relatório do INE intitulado Inquérito às Licenças Aprovadas para Construção de Edifícios 2021 (ILACE), divulgado essa semana, durante os sete anos, Luanda aprovou mais de 2.000 licenças, ao passo que a província do Cuanza Sul, 914. Já a província do Kuando Kubango foi a que menos licenças emitiu (59).

Quanto às categorias de licença, o documento de 17 páginas consultado pelo NJ descreve que, entre 2015 e 2021, foram emitidas 8.585 novas licenças, renovadas 449, ficando os pedidos de alterações com 187 registos.

Quanto à titularidade, o INE mostra que, por exemplo, no período em referência, foram emitidas 6.285 licenças para pessoas singulares, 1.181 para empresas privadas, 325 para instituições sem fins lucrativos e 47 para o Governo.

No que diz respeito às licenças aprovadas por destino da obra, destacam-se a habitação familiar, com 6.080 pedidos; seguida do comércio, com 1.707; igrejas, com 346; escolas ou colégios com 276, e escritórios públicos e privados com 260.

Para o INE, as licenças para construção são definidas como um instrumento de controlo administrativo público cujo propósito é "planificar e ordenar o crescimento das cidades, assim como velar pela manutenção das normas adoptadas na estrutura de construção, áreas de reserva, embelezamento e a construção de vias".

Num outro boletim, também divulgado recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística, denominado Inquérito de Avanço e Acompanhamento dos Edifícios em Processo de Construção (ITAEPC), referente ao quarto trimestre de 2021, diz-se que foram visitadas 15.975 obras, das quais 861 estão em processo de construção.

O INE refere que a maior parte das obras visitadas se encontra já em fase final. O relatório mostra ainda que as principais obras em processos de construção se encontram em Luanda, com 236; Huambo, com 74; Moxico, com 63, e Zaire, com 59.

Envolvidos mais de cinco mil trabalhadores

A recolha da força de trabalho envolvida na construção de edifícios do quarto trimestre de 2021 (Outubro, Novembro e Dezembro) esteve subdividida em três variáveis, nomeadamente: Permanente, sub-contratada e Não-Remunerada.

Durante a análise, estiveram envolvidos na construção de edifícios 5.045 trabalhadores, dos quais, 3.618 permanentes, 1.336 subcontratados e 91 não-remunerados. Quanto ao valor, declararam um custo médio mensal da mão-de-obra em kwanzas no valor de 331.135.074,00.

6.12 Mais de 30 projectos habitacionais construídos pelo Estado depois da Paz

Novo Jornal

8 De Abril de 2022

Até antes do alcance da Paz, quase não havia, em Angola, grandes projectos habitacionais erguidos com investimentos públicos. Em consequência desse quadro, muitos bairros nasceram desordenadamente. Depois da Paz, em 2002, o cenário foi alterado, e, em 20 anos dessa conquista, muitos foram os projectos

criados pelo Governo, no âmbito do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNUH).

Embora não se conheça o valor global do investimento público no sector imobiliário, sabe-se, entretanto, que o grau de execução está longe dos objectivos traçados. O Governo, no seu plano de fomento à habitação, criou, de 2002 para cá, mais de 30 projectos em toda a extensão do território nacional, entre centralidades, urbanizações e casas sociais. Entretanto, a problemática da moradia condigna, entre muitos angolanos, ainda continua a ser o "pão-nosso de cada dia".

A Centralidade do Kilamba, a Sul de Luanda, é, assim, a maior referência entre os projectos habitacionais do Estado que nasceram com a Paz. O investimento, que já conta com mais de 10 anos de existência, possui mais de 20 mil apartamentos.

Para além do Kilamba, o Executivo ergueu a Centralidade do Sequele, em Cacucaco, Vida pacífica, em Viana, e estão em construção três centralidades em Benguela, uma na Huíla e igual número no Kwanza-Sul, Namibe, Lunda-Norte, dentre outras.

Cento e vinte e dois mil habitações sociais estão a ser construídas pelo País, no âmbito do (PNUH), para o quadriénio 2018/2022, deu a conhecer, em Abril de 2009, o director nacional da Habitação, Adriano Silva.

Detalhou que, das 122 mil habitações em construção, 80 mil estarão sob gestão da Imogestim e 42 da empresa Kora-Angola, avançando que está em curso a construção das novas urbanizações (sete centralidades) de Malanje, Kwanza-Norte, Zaire, Lunda-sul, Kuando-Kubango, Bengo e Cunene, localidades que, segundo o responsável, não foram contempladas no passado por falta de verbas.

6.13 Primeiras casas do Bucula são comercializadas em Julho

Jornal de Angola

9 De Abril de 2022

Texto: Alfredo Ferreira

As primeiras 100 residências de um total de mil, em construção na Centralidade do Bucula, município do Dande, começam a ser vendidas, em Julho deste ano, aos cidadãos interessados, anunciou, sexta-feira (8), em Caxito, o ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território.

Manuel Tavares falava à imprensa após ter visitado as obras da nova urbanização e testemunhado a entrega

de 31 edifícios, com um total de 496 apartamentos, que compõem o bloco 8 da Centralidade do Capari, recentemente reabilitados, depois de terem sido vandalizadas.

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território manifestou-se satisfeito com o que viu na nova urbanização, e com as garantias que recebeu do director-geral da Kora Angola, empresa que executa os trabalhos.

"Os trabalhos já estão em 55 por cento de execução física. No geral, as obras da Urbanização do Bucula, que está a ser construída numa área de 20 hectares, decorrem a um nível de 13%", disse, para acrescentar que além dos apartamentos, a nova zona habitacional vai contar com lojas, quadras desportivas, unidade policial, escolas e outros equipamentos sociais.

O director-geral da Kora Angola, Rodrigues Manso, explicou que todos os apartamentos em construção na nova centralidade do Bucula terão 100 metros quadrados, e serão do tipo T3, em edifícios de 1,2,3 e 4 pisos.

Casas entregues no Capari

Os 31 edifícios com 496 apartamentos, ocupados ilegalmente pela população, no período entre 2018 e 2021, na Urbanização do Capari já foram reabilitados e entregues, ontem, ao Fundo Habitacional, pela empresa construtora Pan-China.

Segundo o presidente do Conselho de Administração do Fundo Habitacional, Hermenegildo Gaspar, os trabalhos de reabilitação do bloco 8 do Capari, que tiveram duração de nove meses, consubstanciaram-se em acções de reposição de janelas, portas, louça sanitária, tecto falso e pintura.

"Estão criadas as condições necessárias de habitabilidade para, nos próximos 20 dias, começarmos a fazer as entregas efectivas das habitações aos populares", disse o PCA do Fundo Habitacional, tendo acrescentado que a taxa de comercialização na Centralidade do Capari é de 85 por cento.

"Ainda faltam 15% para comercializar. Portanto, em toda a extensão do Capari falta um total de 650 residências por habitar. Os requisitos de candidatura são os mesmos, concernente à capacidade de pagamento mensal, durante 30 anos, em renda resolúvel, sendo que sobre o preço da casa deve-se incluir uma taxa de juros de 3%", esclareceu.

Para a governadora do Bengo, Mara Quiosa, tanto as obras do Bucula como a entrega do bloco 8 do

Capari são acções de grande valia para o melhoramento das condições de habitabilidade da população da província.

Mara Quiosa disse que, nesta altura, o Governo Provincial trabalha, em colaboração com o Fundo Habitacional, para que as residências do bloco 8 sejam entregues, no prazo de 20 dias, aos candidatos.

Quanto à Urbanização do Bucula, disse que está satisfeita com o andamento das obras que vão permitir que, em Julho, a mesma possa receber os primeiros habitantes e, desta forma, colmatar a falta de habitação para muitas famílias

6.14 Regime de Crédito à Habitação é bem recebido pelos bancos

Jornal de Angola

10 De Abril de 2022

Texto: Cristovão Neto

Os bancos receberam bem a perspectiva de rentabilizarem a parte das reservas obrigatórias para consagrarem ao Regime Especial de Crédito à Habitação, com o qual o BNA estabeleceu, na quinta-feira, mecanismos de financiamento à promoção de projectos e às aquisições no imobiliário habitacional, declarou, ontem, em Luanda, o presidente da Associação Angolana de Bancos (ABANC).

As reservas obrigatórias constituem-se pela manutenção compulsória e não remunerada, junto do Banco Nacional de Angola (BNA), de uma percentagem de cada depósito obtido dos clientes, sendo um instrumento de política monetária e de segurança do sistema que o banco central instituiu para retirar ou dar liquidez à economia, à luz do comportamento da inflação.

Mário Nascimento realçou, ao reagir, ao *Jornal de Angola*, à publicação do Aviso 9/2022, na quinta-feira emitido pelo banco central a regular o Regime Especial de Crédito à Habitação, que, com esta decisão, “o BNA permite que os bancos utilizem estes recursos, libertando liquidez à economia para a concessão de crédito sob condições definidas”.

O líder da ABANC afirmou que os operadores do sistema encaram o financiamento subjacente a essa normativa do banco central como uma forma de rentabilizar as reservas obrigatórias.

Apesar de ser uma aplicação de risco, sublinhou, esta facilidade de financiamento “tem várias vantagens, entre as quais, o fomento da actividade económica, a disponibilização de um produto bancário a um custo

mais baixo e a possibilidade de os bancos, com base no crédito à habitação, poderem oferecer outros produtos e serviços e, por via disso, rentabilizar melhor este cliente”.

Em duas palavras, disse Mário Nascimento para ilustrar a posição dos operadores, “é vantajoso para os bancos utilizarem as reservas obrigatórias para conceder crédito, mas a contrapartida desta utilização é o aumento do risco no balanço, que pode ou não ser compensada pelos 7,0 ou 10 por cento de juros” previstos para remunerar os empréstimos”.

Explicação para os juros negativos

De acordo com a fonte, a rentabilização dos depósitos não remunerados pelo banco central explica os juros negativos (situados abaixo da taxa de inflação esperada de 18 por cento este ano), mas, também, a expectativa de o BNA levar a inflação, a médio e a longo prazo, à volta dos 7,0 por cento.

“Logo perante este objectivo, o BNA sinaliza o objectivo de inflação e acredita que a liquidez libertada por via do aligeiramento ou abate das reservas obrigatórias não compromete este objectivo”, considerou o presidente da ABANC.

Mário Nascimento afirma que, para que seja uma operação robusta, é necessário um ambiente económico virtuoso, que combina a baixa inflação e o crescimento, com o qual os depósitos bancários se expandem, com as reservas obrigatórias e o valor a abater a seguirem o mesmo comportamento.

“Preços vão baixar”

Os bancos esperam um aquecimento da promoção e intermediação, bem como a queda dos preços no mercado imobiliário habitacional, sob a influência do Regime Especial de Crédito à Habitação.

Estas expectativas foram avançadas pelo presidente da ABANC, que considera que, com as taxas de juro mais baixas estabelecidas para reger o crédito, de 7,0 por cento para as aquisições e de 10 por cento para a promoção imobiliária, o Regime contribui para a diminuição do custo de construção, emergindo uma oferta de casas mais baratas a dinamizar o mercado.

Também, o facto de haver habitações mais baratas, associado ao custo de financiamento para as aquisições, de igual forma mais baixo, faz com que a procura aumente: “estes dois factores do lado da oferta e da procura, provocam um aumento da produção e do consumo”, prevê o presidente da ABANC.

A fonte considera que os termos impostos pelo BNA, como a análise de risco, afastam as ameaças à consecução da facilidade de crédito pelo tempo previsto, contado em cinco anos para a contratação junto dos bancos, e o máximo de 25 anos posteriores ao desembolso para a liquidação de empréstimo.

O risco só se coloca, admite a fonte, caso sejam autorizados “processos de crédito cuja análise do risco de clientes não seja feita cumprindo com as melhores práticas e os procedimentos instituídos” ou em resultado de eventual “alteração da situação financeira dos clientes (promotores e particulares) que comprometam a sua capacidade de cumprir com as suas responsabilidades creditícias”.

6.15 Habitações abandonadas

Jornal de Angola
12 De Abril de 2022

Parece irrelevante falar sobre casas abandonadas no casco urbano e na periferia das grandes cidades, num país em que escasseiam ainda residências condignas para a maioria da população e em que abundam, de alguma maneira, casas degradadas um pouco por todo o lado.

Ainda assim, vale sempre a pena abordar-se o caso dos edifícios e casas abandonados no casco urbano, na periferia que, se mantendo no estado em que se encontram, acabam por prejudicar mais do que beneficiar as populações e o meio à volta.

Há dias, gerou-se um debate nas redes sociais sobre os edifícios e as residências abandonados em pleno casco urbano, alguns há vários anos sem que haja da parte de quem de direito informação e medidas sobre os mesmos, pelo menos no imediato.

Em Luanda, são inúmeras as construções, sobretudo aquelas inicialmente projectadas para fins habitacionais, que acabaram abandonadas e continuam há vários anos na mesma condição.

Desde o prédio do Largo da Maianga, às antigas instalações do antigo terceiro cartório notarial, localizado no entroncamento entre a rua Rainha Ginga e a calçada da Robert Hudson, aos antigos Armazéns do Minho, entre a Rua Amílcar Cabral e a Major Kanhangulo, apenas para mencionar estas estruturas em pleno “coração de Luanda”, insistimos, são vários os edifícios e residências abandonados.

Dá até a ideia de não existir, aparentemente, um plano da parte da entidade que gere o parque imobiliário da cidade no sentido de medidas definitivas para com estas estruturas que, a

continuarem como estão, representam apenas risco e perigo para as pessoas que vivem e passam nas cercanias.

Além de servirem de “dormitórios” para os meliantes, alguns servem também como depositários de bens furtados e roubados, bem como espaços para o cometimento de várias outras ilegalidades. Há habitações abandonadas em plena cidade onde as pessoas passam por perto com muita dificuldade atendendo ao cheiro nauseabundo que de lá exalam, razão pela qual urge a tomada de medidas que passem eventualmente por serem leiloados, vendidos ou alienados às pessoas, empresas e famílias interessadas.

Afinal de contas, há anos que o Estado perde dinheiro com as referidas habitações não ocupadas, motivo pela qual os proprietários, nalguns casos, devem ser notificados para assumirem as suas responsabilidades sob pena de as autoridades competentes tomarem as medidas que se impõem.

De que é que se anda à espera para a tomada de medidas para com as estruturas abandonadas?

Há casos de edifícios que alguns especialistas defendem, desde há algum tempo, que deverão merecer apenas demolição completa, atendendo aos custos inoportáveis de uma eventual continuidade, acabamentos das suas obras e até mesmo da viabilidade.

Atendendo à nossa realidade, o caso de edifícios e habitações abandonados nem devia constar como tema de debate porque há muito que as autoridades competentes tinham que tomar medidas.

6.16 Players imobiliários «atacam» formação para alavancar sector

Novo Jornal
29 De Abril de 2022
Texto: Jorge Batalha

O presidente em exercício da Associação dos profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Cléber Correia, entende que a formação dos players do sector imobiliário é uma das principais estratégias para se alavancar o ramo em Angola.

Segundo o responsável, a falta de conhecimento das normas legais do sector, da parte de muitos operadores, dificulta o progresso deste importante campo da esfera económica. Face a isso, Cléber defende, no entanto, aposta na formação dos agentes que operam no ramo imobiliário. “A formação é o caminho”, adiantou, na 2.ª Edição do Fórum da

Lusofonia, decorrido em Luanda entre os dias 21 e 22 de Abril.

No mesmo diapasão, está o consultor imobiliário Emanuel Santos, que abordou o tema 'A situação actual dos pequenos e médios empresários imobiliários em Angola', tendo, na ocasião, realçado que, por desconhecimento das normas e parâmetros, as actividades acabam por criar traumas aos clientes, dificultando o crescimento do mercado imobiliário.

"Temos players que, infelizmente, não têm domínio ou conhecimento básico da actividade. Isso é um dado complicado para o nosso mercado. O mercado está a crescer muito rápido. Temo-nos deparado com situações desconfortáveis por parte de alguns consultores imobiliários em Angola", afirmou Emanuel Santos.

"Temos tido um trabalho muito difícil naquilo que é gerir alguns clientes, porque recebemos muitos clientes com muitos traumas e acabamos por ser consultores imobiliários e psicólogos. Estamos a falar de um jogo em que os jogadores ou a maior parte dos jogadores não conhecem as regras", lamentou o interlocutor.

Já a consultora imobiliária Judite Mateus, prelectora no fórum lusófono, defendeu o desenvolvimento de campanhas pelas instituições responsáveis, para se saber quem realmente "é o consultor".

A consultora reforça, no entanto, que o desconhecimento de algumas normas pelos players originou a falta de confiança dos clientes e veio a dificultar as acções do sector imobiliário.

APIMA «de olhos» na efectuação da alienação fiduciária

Cléber Correia declarou, no evento, que, para o sucesso do crédito à habitação lançado pelo Banco Nacional de Angola (BNA), deve haver como suporte a implementação da alienação fiduciária (processo que o devedor passa o bem ao credor, de forma com que ambos definam que o bem é a garantia de pagamento da dívida), para que se consiga atingir o objectivo preconizado.

"Você tem uma resolução de incumprimento a demorar de cinco a sete anos e não pode ser. Então, tem de haver um mecanismo, um diploma que resolva a questão do incumprimento sem o uso dos tribunais".

Acrescentou, entretanto, que os bancos, os fundos financeiros e os investimentos externos se abrem mais e ficam mais interessados em investir no país,

6.17 Falta de garantias condiciona crédito habitação as famílias

Jornal Expansão

15 De Abril de 2022

Texto: Faustino Diogo e José Gongga

A disponibilização de crédito à habitação anunciada pelo Banco Nacional de Angola (BNA), ao abrigo do Aviso 9, pode esbarrar nas garantias exigidas pela banca para a concessão de financiamento.

Lembrar que este normativo, tal como acontece no crédito à produção de bens essenciais contemplado no Aviso 10, permite aos bancos abaterem os valores concedidos às reservas obrigatórias, pelo que para as instituições funciona como um estímulo, pois evita que o dinheiro esteja parado sem qualquer rentabilidade.

Mesmo assim, especialistas defendem que a falta de escritura pública, direito de superfície e outros documentos que atestem a titularidade dos imóveis, têm sido um dos principais problemas para concessão de crédito e desta vez não será diferente.

"Independentes de ser uma imposição do banco central, os bancos têm que se proteger. E não vão dar crédito por dar, sem qualquer garantia. Não é segredo para ninguém que a falta de garantias reais é um dos grandes problemas do sector imobiliário", disse ao Expansão um promotor imobiliário.

O próprio BNA admite que a concessão do crédito pelos bancos comerciais está sempre dependente da capacidade financeira do requerente do crédito para cumprir as suas obrigações ao abrigo do contrato de financiamento, bem como do cumprimento de outras condições normalmente aplicáveis a créditos da respectiva natureza.

Dificuldades na obtenção de títulos de propriedade dos imóveis tornam o parque habitacional pouco atractivo para os bancos e inibidores para as famílias. Associado a isso está a demora na execução da hipoteca, que em muitos casos leva mais que 5 anos, como admitiu recentemente ao Expansão, o presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Cleber Corrêa.

"Os tribunais não podem demorar o tempo que levam para resolver uma hipoteca. Isto é um constrangimento para o desenvolvimento do sector", disse.

O homem forte da APIMA reconheceu também que a falta de garantias é outro entrave para a dinamização do crédito imobiliário e não só. "Não é

possível falarmos em imobiliário sem termos a questão dos registos resolvidos. As pessoas têm que ter documentos dos imóveis, e sem isso muito dificilmente há desenvolvimento", avançou.

Embora o banco central tenha chamado a si a questão do crédito habitação, não pode ser resolvido de forma isolada, no entender do jurista Alves Sebastião.

"A posição do BNA é boa. Mas isoladamente poderá não obter os resultados esperados. E preciso envolver de forma directa o sector da justiça, que é um dos grandes responsáveis pelo registo dos imóveis. Não se pode entender que hoje para se obter um registo de propriedade de um imóvel dão-se as voltas que dão, e gasta-se o que se gasta. E preciso simplificar de facto", considerou.

Para este homem das leis deveria haver descentralização no registo de imóveis. "As administrações municipais deveriam ter competência para resolver estas situações. Deveria haver mais conservatórias de registo predial, sobretudo fora de Luanda. É preciso dinamizar o processo de massificação de registo de imóvel e alargá-lo ao imobiliário privado", concluiu o jurista.

É neste ambiente que o BNA pela via dos bancos comerciais vai autorizar que os bancos comerciais utilizem, no total, 58 mil milhões Kz das suas reservas obrigatórias para financiar a aquisição da habitação própria e construção por parte de agentes imobiliários.

"É possível que do lado dos promotores de construção imobiliária este instrutivo venha a funcionar, mas será muito difícil que um cidadão comum aceda a este crédito, pela demora na obtenção dos documentos do imóvel e das garantias a apresentar junto da banca", disse ao Expansão o responsável de um dos principais bancos do mercado.

Bancos impedidos de financiarem funcionários com crédito do Aviso 10

O crédito à habitação criado pelo Banco Nacional de Angola (CBNA) para que os clientes bancários possam contratar financiamentos e promover a construção de imóveis para habitação própria no País, proíbe os bancos comerciais de usarem este mecanismo para a criação de um regime de crédito à habitação destinado exclusivamente aos trabalhadores das suas instituições.

De fora desta "facilidade de crédito" ficam também os cidadãos que já tenham outro tipo de crédito habitação, independentemente de ter sido concedido

por um outro banco comercial ou estar garantido por outro imóvel.

O banco central determina também que o valor do crédito a ser concedido varie entre 50 e 100 milhões Kz, tanto para quem pretende adquirir uma habitação, como para construtores, embora as condições de pagamento do empréstimo diferenciam de acordo com o perfil dos compradores.

O financiamento está dependente da capacidade financeira do requerente do crédito para cumprir as suas obrigações ao abrigo do contrato e cumprimento de outras condições normalmente aplicáveis a créditos desta natureza.

De acordo com o Aviso 9/2022 do BNA, o prazo máximo do crédito a conceder é de 25 anos, devendo os bancos comerciais assegurar também que na reestruturação de um crédito, o prazo total não excede 30 anos, que é o tempo máximo para o pagamento de qualquer crédito à habitação no País.

Independentemente do valor do imóvel, o crédito concedido ao abrigo do documento do banco central, deve ser o único crédito garantido para determinado imóvel, não sendo permitida a contratação de outros créditos bancários para o seu financiamento em qualquer circunstância. Para esta linha de financiamento de promoção do crédito habitação estão disponíveis 58 mil milhões Kz, para um período inicial de 5 anos e um conjunto de regras, que de acordo com a instituição liderada por José de Lima Massano, pode alterar a actual situação, que apenas contemplou até hoje um pouco mais de 6 mil clientes bancários.

Para os clientes particulares que pretendem recorrer a este financiamento, nos primeiros dez anos a taxa de juro será 7%. Depois será o mercado a ditar, salvo nova intervenção do banco central. Para o crédito à construção a taxa de juro será de 10%, nos primeiros 5 anos. (ver tabela).

Medida que segundo especialistas pode ser vista como prevenção uma vez que não se sabe como o mercado vai reagir este financiamento. "A taxa de juro não é má. E é preciso alguma cautela, porque se houver uma grande procura por este tipo de financiamento vai acabar rápido e os bancos ficam sem condições de poder responder à procura", disse o economista Silva Santos. Já o promotor de imóveis Miguel João, entende que este mecanismo de financiamento pode dinamizar a construção de casas que tem encontrado obstáculos na obtenção de crédito.

"Penso que todos podemos sair a ganhar. Pelo valor anunciado é possível construir-se boas casas, aliás já há projectos imobiliários de média e baixa renda, que os imóveis ficam abaixo de 50 milhões de kwanzas. É uma questão de opção", defendeu.

De acordo com o instrutivo do BNA, se o imóvel reunir as condições impostas pelo documento do banco central e valer menos de 50 milhões Kz, também pode ser financiado. Isto significa que os financiamentos podem ser feitos abaixo de 50 milhões. E aqui pode ser solicitado por uma pessoa diferente do valor máximo, onde terão que ser duas pessoas a solicitar. Por exemplo, um casal.

Este crédito começa a vigorar no mês de Junho e os bancos que disponibilizarem devem divulgar de forma visível a disponibilidade das modalidades de crédito abrangidas, bem como os requisitos de acesso aos mesmos.

6.18 Lei do arrendamento: Indexação ou não indexação

Jornal Expansão
15 De Abril de 2022

No mundo dos negócios jurídicos, o empréstimo e o arrendamento são figuras muito próximas; tal é o leque de pontos comuns que existem entre ambas. Tanto assim é que eles são, vezes sem conta, chamados também de locação imobiliária, quando se refere a imóveis e locação financeira quando se refere a uso de dinheiro de outrem.

Acontece, porém, que de um tempo para cá (isto é desde 12 de Agosto de 2015) o poder legislativo legislou sobre matérias relacionadas com essas duas figuras, proibindo de forma clara e peremptória que fossem cobradas rendas noutra moeda que não o kwanza, como se pode confirmar, pelo que vem estatuído no art.23 da Lei 26/15, de 23 de Outubro "Lei do Arrendamento Urbano".

Essa directiva legislativa vem expressa na nova lei do arrendamento urbano, que proíbe a cobrança de rendas em moeda estrangeira. Na verdade, diz a lei do arrendamento, no n.º2do artigo 23º, que "é nula a cláusula pela qual se convencione o pagamento da renda em moeda estrangeira". Porém, igual reacção do Estado não se verificou nas questões relacionadas com o outro tipo de locação, a financeira; nem do Estado, nem sequer da entidade reguladora da actividade bancária em Angola, no caso o Banco Nacional de Angola (CBNA), que deveria, a nosso ver, proibir que as prestações decorrentes dos

contratos de empréstimo bancário estivessem indexados ao dólar ou outra moeda estrangeira.

Como consequência disso, diz-se que os bancos têm os seus rendimentos protegidos contra a espiral depreciativa que recaiu sobre o Kwanza, a nossa moeda nacional.

O. Que alimenta a tese, por muitos defendida, que esta é uma das razões que faz dos bancos e da actividade bancária, uma actividade lucrativa, quando o resto do tecido empresarial, seja ele de serviços ou industrial, se vai confrontando com dificuldades de vária ordem, decorrentes sobretudo da depreciação da moeda nacional, o kwanza.

Famílias, empresas, trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem vão vendo os seus rendimentos a encolher por causa da perda do poder de compra da moeda nacional, quando do lado dos bancos, se assiste a resultados verdadeiramente diferentes.

Porque será?

Sem termos a veleidade de dar resposta à questão acima colocada e tendo em conta os nossos pacatos conhecimentos sobre a actividade financeira, restamos apenas convidar os especialistas na matéria a aprofundarem este tema.

De nossa parte, existe a firme convicção de que, tal como se legislou na questão da locação imobiliária, proibindo-se a indexação do arrendamento à moeda estrangeira, de igual modo se deveria proibir que as prestações devidas aos bancos, na sequência dos contratos de empréstimo bancário, estivessem indexadas à moeda estrangeira, como aconteceu até há bem pouco tempo.

6.19 Oito bancos elegíveis para conceder credo à habitação

Economia e Finanças
15 De Abril de 2022

Os bancos BPC, BFA, BAI, Sol, BIC, Económico, Standard BankAngola e o Millennium Atlântico são os oito operadores comerciais escolhidos para conceder crédito habitacional bonificado às pessoas singulares e colectivas (cidadãos e empresas), no âmbito do Aviso n.º 9/22, de 6 de Abril, do Banco Nacional de Angola (BNA).

A elegibilidade desses bancos é justificada, numa primeira fase, pela "robustez ou pujança" que as respectivas instituições detêm dentro do sistema financeiro angolano, segundo o economista Fernando

Vunge, que falava num debate a propósito do programa promovido pela Tv Zimbo.

O também bancário explicou que, embora seja facultativo para a banca conceder o "Crédito à Habitação" bonificado, o diploma do Banco Central obriga os bancos "sistémicos" (tradicionais) a estarem na linha da frente deste processo, por possuírem maior capacidade financeira.

"Entre os 26 bancos comerciais existentes em Angola, nem todos terão a capacidade para conceder crédito habitacional. Por isso, elegeram-se somente oito instituições financeiras para iniciar-se com o processo", argumentou.

Por sua vez, o presidente da Associação Angolana de Bancos (ABANC), Mário Nascimento, discorda da decisão e critérios apontados, acreditando numa adesão significativa dos bancos comerciais à iniciativa do BNA, por beneficiar o sector financeiro e a economia real do país.

Na ocasião, o responsável lembrou que boa parte dos bancos sistémicos já possuem o produto do crédito habitacional, em geral, sendo, contudo, a primeira vez que surge o regime especial com taxa de juros bonificado e um prazo mais alargado no pagamento.

Entretanto, citou a taxa de juros e a falta de capacidade de os clientes apresentarem uma determinada hipoteca como as principais condicionantes para a limitação na concessão de mais crédito habitacional em Angola.

Além das referidas individualidades, o debate contou também com o economista Daniel Sapateiro, assim como o presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Cleber Corrêa, que consideram valiosa a concessão do crédito habitacional.

Cedência do crédito habitacional

Segundo o Aviso do Banco Central, que estabelece o Regime Especial de Crédito à Habitação, o prazo de solicitação do financiamento vai de Junho de 2022 até final de Maio de 2027.

O documento informa que o crédito concedido ao abrigo deste regime deve ser o único garantido pelo imóvel, não sendo permitida a contratação de outros créditos bancários para o seu financiamento, mesmo em condições diferentes e noutros bancos comerciais.

O Aviso, que fixa um desconto de até 40 por cento do rendimento de cada beneficiário, estabelece a taxa de juros em 7,0 por cento, para empréstimos de até 100 milhões de kwanzas (quando existem dois

beneficiários do empréstimo ou um com garantias suficientes) e até 50 milhões (quando só existe um beneficiário).

Depois disso, na remuneração do crédito, é adoptada uma taxa variável constituída pelo juro de referência do mercado interbancário, revisto mensalmente, podendo ser acrescido de uma margem máxima de 1,0 por cento, sem exceder o limite de sete por cento ano. A maturidade do empréstimo é de 25 anos, não podendo exceder os 30 anos, em caso de reestruturação do crédito, de acordo com o documento. Para o caso dos promotores imobiliários de projectos habitacionais, o aviso mantém o prazo de reembolso em três anos e juros de 10 por cento.

As solicitações de Financiamento devem coincidir com os cinco anos de vigência desta facilidade de crédito, entre 2022 e 2027.

É exigido aos promotores, a construção de projectos que incluem casas de várias tipologias e valores, desde que inferiores ao máximo de 100 milhões de kwanzas, assim como serem sociedades constituídas ao abrigo da legislação comercial angolana, tendo a contabilidade organizada e a situação fiscal regular.

Ainda no quadro do referido Aviso, os imóveis elegíveis são apenas os construídos depois do ano 2012 e que sejam adquiridos directamente ao promotor de um projecto habitacional. O BNA declara ter elaborado o Aviso para promover a construção de imóveis para habitação e condições para que os clientes dos bancos possam obter créditos à habitação compatíveis com os rendimentos auferidos.

Acrescenta ter optado, como forma de compensar os bancos comerciais pelo subsídio da taxa de juros oferecida aos clientes, pela dedução dos valores financiados das reservas obrigatórias, possibilitando a rentabilização desses fundos.

O Jornal economia e Finanças (JEF) aguardam, contudo, resposta ao pedido de entrevista direccionado ao BNA para melhor responder a dúvidas ainda existentes e que são colocadas diariamente por profissionais nas redacções e através de cartas de leitores.

6.20 Construídas 12 Centralidades nos últimos quatro anos

Jornal Economia e Finanças
22 De Abril de 2022

Executivo angolano construiu nos últimos quatro anos, 12 centralidades, duas urbanizações, somando

um total de 39 mil 259 habitações e 5 mil e 15 casas sociais em diversas localidades do país com vista a atenuar a procura no mercado.

A informação foi avançada na passada terça-feira, em Luanda, pelo Ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares, durante a realização da 4ª Edição do "Café CIPRA" subordinada ao tema "A Construção das Grandes Infra-estruturas"--Diálogo sem mediação.

As centralidades foram erguidas nas províncias de Luanda com 10 mil 758 habitações, Benguela 5 mil, Bié 1.000, Cuanza-Sul 2 mil, Huambo 4 mil, Huíla 8 mil, Namibe 4 mil e o Uíge com 4 mil 500.

No mesmo período foram disponibilizados 887 lotes infra-estruturados, 1.708 lotes para a auto-construção dirigida. No domínio das infraestruturas rodoviárias foram reabilitados 1.470 quilómetros de estradas, 144 km da rede de vias urbanas.

E também foram conservados, 1.553 quilómetros de estradas, assim como concluídos 3 mil 799 metros lineares de pontes metálicas.

O ministro avançou que a operação abrangeu também a província de Benguela, onde foi reabilitada a estrada nacional, a ponte sobre o rio Culango/Lobito, Bié a reabilitação de 12 quilómetros das vias secundárias da cidade do Cuito, Cuando Cubango 280 quilómetros no troço Cuchil Cutato.

No Cuanza-Norte, as obras incidiram nos troços do Alto Dondo/Capanda, São Pedro da Quilenda/Alto Dondo, somando 48 quilómetros da EN 120, igual quantidade na EN 230, assim como o troço Maria Teresa/ Dondo, num percurso de 61 quilómetros.

Na província do Cuanza Sul, foram reabilitadas no mesmo período vários troços da EN 100, 110, 120 e a 240. Na EN 100 englobou o troço da ponte do rio Keve/Sumbe 65 km, Sumbe/ponte do rio Eva160, Gabela/Quilenda 35, desvio da Munega/pontão do rio Quimone 64 e pontão/São Mamede 52 km.

Naquela região o troço São Mamede/Waco Kungo com 58 km, Waco Kungo/ponte do rio Keve 32 km, Condé/Ébo com 27 e Quibala/Cariango/ Mussende com 39 km, todos da estrada/ao mereceram de igual modo trabalhos de melhoria.

Na província do Cunene no Sul de Angola, a intervenção atingiu a estrada/372 no troço Ondjiva/Cuamato com 60 km. Enquanto no Huambo a estrada Catchiungo/Chinama com 78 foram também reabilitados.

De igual modo, os trabalhos na província de Luanda as EN 100, no troço Cabo Ledo/ ponte sobre o rio Longa com 75 km e a reabilitação parcial da estrada Camama/Viana.

Em Malanje o acesso ao Instituto Agro Alimentar ficou facilitado com a reabilitação de três quilómetros, assim como o troço Talamungongo/Kambundi Katemo com 67, troço Mucari/Talamungongo 43, Mussolo/Dumba Cabango 43 quilómetros. O troço Lucala/ Cacusos e a intercessão com a estrada nacional 322 mereceram obras de reabilitação.

Já o troço Quitexe/Ambuila na província do Uíge com 76 km e a construção do auto estrada Luanda/Soyo. Fazem parte do pacote de obras levadas a cabo pelo Executivo.

Pontes

No referido período foram construídas pontes sobre o rio Coporolo, rio Cutembo, rio Calualua em Benguela, pontes sobre o rio Luachimo no troço Catata/Lôvua na Lunda Norte, Saurimo/Dala na Lunda-Sul.

Na província do Zaire foram construídas as pontes sobre o rio Mbridje, no troço Nzeto/ Soyo e as pontes na EN 100 troço Nzeto/Soyo.

Ravinas

Durante os quatro anos foram estabilizados 213 hectares de zonas com ravinas, maioritariamente nas províncias do Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Lunda-Norte, Luanda – Sul Malanje, Moxico, Uíge e Zaire.

PROJECTOS EM CURSO

Novas casas prontas a serem habitadas

Manuel Tavares avançou que no domínio do Ordenamento do Território e Habitação está em curso a construção da centralidade do Bengo com mil fogos, Cuito 318 fogos, Cabinda 3 mil e 200 apartamentos, centralidade do Cazengo no Cuanza-Norte com 212.

Consta ainda a construção da centralidade do Cuando Cubango com 212, Cunene mil, Bailundo (Huambo) 3 mil, Saurimo 212, centralidade de Malanje 212 e do Moxico com 425 casas. Consta ainda a construção do Campus Universitário de Cabinda, o centro administrativo da província de Cabinda.

No domínio das infra-estruturas rodoviárias está em implementação o programa denominado Salvação Nacional de Estradas (PSE), Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). E os troços da ponte do rio Eval e o rio Culango na estrada nacional 100, Lucossa/M'Pala e M'Pala/ Noqui na 120.

Consta também o troço Cunje/rio Buim no número EN-140, desvio Lucaça/Saurimo e Saurimo/Dala na 180, Catala/Lôvua na 225, troço Malanje/Saurimo e a Equimina/Lucira/entroncamento com a EN 280 e a conclusão das pontes.

O nó de ligação Samba/Avenida Pedro Vanduném (OGP), construção das infra-estruturas rodoviária da Marginal da Corimba e projectos correlatos fazem parte do programa.

O ministro da Administração do Território, Marcy Lopes, afirmou que o Executivo, procurou ao longo dos últimos anos, projectar, desenvolver e concretizar uma série de obras para garantir o relançamento do desenvolvimento da economia nacional.

Marcy Lopes disse que " a Construção das Grandes Infra-Estruturas tem como estratégia assegurar ao país competitividade económica.

Nessa perspectiva, foi adoptado o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), que, até ao momento, concebeu 2 mil projectos, contra as 800 iniciais.

Avançou que neste momento já estão concluídos mais 350 projectos, em todo o país.

Governo investe para implementar do PIMM

Nos últimos quatro anos, o Governo de Angola investiu mais de 500 milhões de dólares para a implementação do Plano Integrado nos Municípios (PIIM) para a reabilitação e conclusão de infra-estruturas sociais nos vários municípios.

A informação avançada pela ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, durante a realização da 4ª Edição do "Café CIPRA, assumiu o compromisso de investir em infra-estruturas, sem comprometer a sustentabilidade das finanças públicas e o futuro das gerações.

Avançou também que existem, neste momento, negociações contínuas com o Governo angolano junto de vários parceiros para abertura de novas linhas de financiamento a favor de projectos com impacto na vida das famílias.

Na qualidade de facilitadora do "CaféCIPRA"-Diálogo sem mediação, avançou que os projectos do

PIIM são financiados pelo Governo, e o montante deriva do desembolso de dinheiros provenientes do Fundo Soberano.

Explicou que outras iniciativas, inseridas no Programa de Investimentos Públicos (PIP), fazem recursos a outras linhas de financiamento.

6.21 Exposição imobiliária reanima mercado

Jornal Economia e Finanças

22 De Abril de 2022

Texto: Adérito Veloso

Perto de 30 pequenas, médias e grandes empresas ligadas ao sector imobiliário estão a expor os seus serviços numa feira de dois dias aberta ontem, em Luanda.

O evento, que é urna iniciativa da empresa Linear Comunica, antecede ao Fórum Imobiliário Lusófono, que arranca hoje, no mesmo lugar e por via virtual, onde empresas e especialistas pretendem estreitar parcerias para a retoma deste importante segmento socioeconómico.

Ao JE, o director-geral da firma responsável pelo certame, Alberto Domingos disse que a iniciativa que vai na sua 2ª edição do Fórum, pretende ajudar a dinamizar o mercado que regista um "ligeiro abrandamento",

As boas práticas para tornar o mercado imobiliário cada vez mais competitivo fazem parte dos grandes desafios do evento, numa altura em que o país é extenso e com potencialidades para serem exploradas.

No Fórum serão debatidos temas que enfermam o sector como, por exemplo, as burlas e a falta de regularização da actividade de algumas empresas. A edição lusófona do fórum visa a troca de experiência e know-how com os players de países como Portugal, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

"Com Portugal, queremos abordar a grande experiência que têm no combate à intermediação ilegal. Com o Brasil, vamos abordar o crescimento do sector imobiliário, já que naquele país o mercado está muito avançado e desenvolvido. Com Cabo Verde e Guiné-Bissau queremos saber o estado actual do sector as oportunidades que podem oferecer, de modo a atrair empresários angolanos a investirem nestes países", descreveu.

O presidente interino da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Cleber Corrêa, destacou a importância da bonificação na taxa de

juros de 2,5 por cento para a aquisição de terrenos que custem até cinco milhões de kwanzas.

Ainda assim, dá nota positiva aos 7 por cento que o Banco Nacional de Angola apresentou recentemente, como taxa de juros aos clientes que recorrem ao crédito habitacional.

Por outro lado, o empresário defende a facilitação da escritura dos imóveis, com realce para o Título de Direito de Superfície, desanexação e inscrição dos imóveis na Conservatória do Registo Predial, além da eliminação da burocracia, podem concorrer para a atracção de clientes e investidores para o sector imobiliário.

"A facilidade de acesso ao crédito, permite que as actividades do sector imobiliário voltem ao normal, e haja mais compradores", aponta, depois de frisar que a partir de agora o sector será mais dinâmico.

Mostrou-se satisfeito com a realização da exposição, bem como o fórum, que vai permitir comparar realidades diferentes de outros países da lusofonia, para poder ajudar a melhorar a nível do mercado interno.

O assessor da Direcção da empresa BROIMA, Rui Jorge, que nos últimos meses o mercado tem registado uma procura considerável, tendo apontado os projectos imobiliários que estão em forja, principalmente para Luanda.

"Felizmente depois do momento menos bom que atravessamos devido a pandemia da Covid-19, parece que entre este ano e o próximo haverá já uma retoma", augura.

No próximo mês, a BROIMA prevê lançar junto da centralidade do Kilamba, em Luanda, um projecto imobiliário dirigido à classe média alta, composto por moradias de tipologia T3 e T4.

As T3 poderão ser comercializadas por 85 milhões de kwanzas, e as T4 poderão atingir as 95 milhões.

"As casas poderão ser adquiridas através do crédito bancário. Na fase inicial, o cliente deverá pagar uma taxa que deverá ser concluída no acto da entrega da chave", anunciou, antes de salientar que todo o capital a ser investido é "fundo próprio".

Por sua vez, o director-geral da IMOPAULO'S (empresa ligada à mediação imobiliária), Mário Paulo, apontou que dentro de alguns meses o mercado vai voltar a ser bastante dinâmico.

"Dentro de alguns meses vamos voltar a ter o bom do sector imobiliário. Os sinais que temos vindo a

registar não só a nível de Luanda, onde estamos instalados, mas também em outras províncias onde temos feito duas a três avaliações por mês", avança o gestor da empresa que está no mercado há sete anos.

6.22 Mediadores e promotores mais optimistas com a concessão do crédito à habitação

Jornal Expansão
22 De Abril de 2022

O anúncio da concessão de crédito à habitação, ao abrigo do Aviso 9 do Banco Nacional de Angola (BNA), veio animar os mediadores e promotores imobiliários que operam no mercado, embora estes alertem para a necessidade da bonificação dos juros para que haja mais consumo e mais investimentos no sector imobiliário.

O presidente interino da Associação dos Promotores Imobiliários de Angola (APIMA), Cléber Corrêa, diz que o que contribuiu para um fraco consumo do imobiliário são os juros altos, por isso, é importante a sua bonificação. "Com esta medida do Estado, veremos a economia crescer e a classe média, que é quem consome, surgir", disse o empresário do imobiliário, Cléber Corrêa.

Os especialistas do mercado imobiliário lembram que é a primeira vez, desde o início da crise financeira, agravada pela pandemia da Covid-19, que os mediadores e promotores imobiliários se mostram optimistas quanto à evolução do mercado imobiliário, volume de vendas e os preços que, deverão subir nos próximos tempos.

O índice de confiança, segundo fontes do Expansão, projecta as expectativas dos operadores quanto à actividade futura de vendas e preços da habitação, tendo em conta que o mercado está estagnado desde 2014, com o início da crise financeira em Angola.

Neste momento, segundo especialistas, a avaliação do mercado já espreita o terreno positivo, apesar da conjuntura económica na construção ainda estar no negativo, tendo em conta a falta de investimentos e a burocracia na concessão de crédito no sector.

"O mercado começa a apresentar uma certa resiliência quanto ao mercado residencial, a confiança dos operadores já está mais alta, embora se mantenham dúvidas quanto ao projecto do BNA de obrigar os bancos comerciais a financiar a compra de habitação e a construção", lembra uma fonte ligada à mediação e promoção imobiliária. Explicou que as

expectativas ainda não subiram e podem ser goradas com a excessiva burocracia e pedidos de garantia na concessão de crédito.

No entanto, a confiança no curto prazo é uma realidade, já que os agentes olham para a iniciativa do Governo e antecipam um aumento nas vendas.

Outra fonte entende que os indicadores macroeconómicos previstos para este ano, com a recuperação da economia no centro das atenções, está a ganhar força e é certo que este ambiente pode impulsionar o mercado imobiliário e aumentar a procura por imóveis novos, tanto no segmento residencial como no de escritórios.

Lembra, por outro lado, que o colapso da economia, que levou à saída de um número elevado de estrangeiros, provocou o recuo do negócio imobiliário, pelo que é preciso atrair investimentos que gerem negócios e atraiam mais consumidores. De recordar que, nos segmentos em avaliação, os preços das vendas estagnaram e os arrendamentos estão a subir nos apartamentos novos e usados.

6.23 Venda de imóveis estagna e arrendamento 'aquece' mercado imobiliário na capital Luanda

Jornal Expansão

22 De Abril de 2022

Texto: Martins Chambassuco

O mercado imobiliário em Angola, à semelhança dos últimos sete anos, esteve parado em 2021, sobretudo no que toca às vendas em todos os segmentos imobiliários e em todas as zonas da capital, Luanda. Já o arrendamento está a animar o mercado, indicam os dados do relatório imobiliário da consultora Abacus, referente ao ano de 2021, publicado recentemente.

A estagnação do mercado de vendas é justificada com a falta de financiamentos, limitações financeiras dos utilizadores e a falta de investimento directo estrangeiro, sobretudo no sector petrolífero, que tem gerado um fluxo de utilizadores das tipologias T1 e T2, sobretudo na grande Luanda.

Os preços em dólares de apartamentos e escritórios, quer nas vendas ou arrendamentos, no centro da capital, continuam em queda desde 2017, de acordo com cálculos do Expansão com base nos dados do relatório sobre o mercado imobiliário angolano, publicado pela Abacus, um estudo que analisa três zonas de referência, concretamente Luanda (centro), Talatona e Zona Norte.

O centro de Luanda continua com os preços de venda altos, ou seja, um apartamento T3 com 300 metros quadrados, na grande Luanda, como é denominada a área nobre da cidade capital, nomeadamente a marginal, Maianga e Ingombota, chega a custar, em média, 1.500.000 USD, em 2021, enquanto no ano anterior, a mesma tipologia valia em média 1.260.000 USD (ver infografia),

Enquanto as vendas estagnaram, os arrendamentos estão a 'aquecer' o mercado, avança Cléber Correa, presidente da API- MA De acordo com as contas do Expansão, embora os arrendamentos sejam mensais, há uma valorização de 40%, por metro quadrado, nos apartamentos novos da tipologia T3.

Os consultores indicam no relatório que, com a actual realidade no mundo, e enquanto não se verificar a vacinação massiva da população, bem como um importante investimento directo estrangeiro (Ide), não são esperadas alterações significativas. Tudo poderá mudar confirmando-se o esperado Investimento Petrolífero, o que poderá trazer mais expatriados que muitas vezes procuram o segmento prime nas tipologias T1 e T2.

A Abacus garante que a procura residencial que existia por novos edifícios e projectos na cidade de Luanda e Talatona era composta essencialmente por utilizadores finais, ou seja o mercado local, no caso das tipologias maiores, T3 a T5, e o mercado de investidores privado, para responder essencialmente ao emergente mercado de arrendamento de expatriados, no caso das tipologias mais pequenas, T1 e T2.

Olhando para o actual ambiente económico e político, os utilizadores finais ou os investidores privados não se querem expor, o que denota muito pessimismo no sector do imobiliário, em particular. Os investidores privados, indica a consultora, também foram fortemente afectados nos retornos que esperavam, em especial aqueles que possam ter recorrido a financiamento bancário, em resultado de uma significativa redução da procura especialmente nas Tipologias T1 e T2, provocando assim significativas reduções nas rendas.

Esta avaliação faz crer que o mercado imobiliário está parado e só com o aumento do investimento petrolífero haverá procura pelos segmentos acima indicados.

Apesar deste quadro pouco animador' causado pela crise financeira e agravada pela pandemia da Covid-19, o ano de 2021, segundo os especialistas do mercado imobiliário angolano, trouxe uma nova

realidade, com a continuada descida dos preços ao longo destes anos.

Estas descidas dos preços permitiram cotar alguns activos em valores que levam a que quadros expatriados, que viveriam em edifícios coloniais, possam agora contratar edifícios mais recentes. Esta situação e a entrada de muito novos colaboradores de sectores que não do petróleo, como as telecomunicações e a distribuição, veio revelar falta de produto no mercado.

Os consultores acreditam que não haverá oferta de apartamentos de tipologias T1 e T2, na cidade de Luanda, especialmente com serviços incluídos, para responder ao mercado que se espera que surja. Estas são boas notícias para os proprietários e investidores, que irão ver assim os seus activos valorizar.

6.24 Apenas 2, 3% dos imóveis registados em 2021 foram de privados

Jornal Expansão
22 De Abril de 2022
Texto: José Gongá

Durante o ano de 2021, apenas 1.889 títulos de direito de propriedade, o que corresponde a 2,3%, foram a favor de privados, enquanto o Estado obteve 80.174 de títulos de direito de propriedade e em termos de direito de superfície foram atribuídos 2.210. Números que podiam ser muito maiores não fosse a "burocracia nas administrações municipais, que continua a inibir a concretização da obtenção do título de direito de propriedade ao cidadão comum", apurou Expansão junto de fonte do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (Minjusdh) e operadores do sector imobiliário

Números residuais" por se tratar, na sua maioria, de imóveis que foram transmitidos das central idades do Estado para titulares particulares. Em termos globais, foram emitidos 82.063 títulos de direito de propriedade (80.174 a favor do Estado e os 1.889 a particulares). Na prática, primeiro passaram para a esfera do Estado para garantir a segurança jurídica dos imóveis e depois foram transmitidos aos particulares, no âmbito do programa de massificação de registo predial do Minjusdh.

Yara de Carvalho, coordenadora do programa do ministério, garantiu ao Expansão que a "máquina do Ministério da Justiça está afinada, com 22 conservatórias de Registo Predial informatizadas no País", bastando apenas que as administrações locais, que são os órgãos que têm obrigação de ser céleres

no processo da concessão dos direitos, despachem os processos para que estes possam ser registados nas conservatórias.

"O problema já não está no Ministério da Justiça. Nós baixámos, inclusive os emolumentos, que passaram de 400 mil kz para 50 mil kz no caso dos privados. Falta as administrações locais onde os imóveis estão situados, começarem a conceder os direitos. Estas entidades passam apenas documentos provisórios, o que não dá acesso ao registo da titularidade do imóvel na justiça", explica a fonte.

Assim como as administrações, que devem ser mais activas no processo documental, o Ministério das Finanças deve encontrar soluções eficazes para diminuir o impacto dos impostos nos bolsos do cidadão.

"O ministério das Finanças cobra o SISA, imposto de transmissão de propriedade calculado sobre o valor da venda do imóvel, o que é natural. Contudo, faz negociação do Imposto Predial (IP) em 24 meses para quem não tenha pago o IP dos anos anteriores. E, a meu ver, dois anos é muito tempo para o cidadão ter a titularidade do imóvel", lamenta.

Pode aquecer o mercado imobiliário?

De acordo com Kleber Corrêa da APIMA, estes números são residuais e reflectem a pouca importância que se dá ao registo de propriedade, reforçando que o mercado imobiliário não vai crescer se não houver emissão de direitos de superfície, documento que serve para hipotecar imóveis como garantia para poderem receber financiamento. E refere que as administrações locais devem ser mais ágeis no processo.

"A questão que se coloca nem é a dos emolumentos, que são altos, mas sim a morosidade no processo em si. Posso garantir que os cidadãos pagariam o dobro se o processo durasse não mais que três meses", afirma.

Kleber explica que o registo de imóveis pode aquecer o mercado imobiliário e fazer mover a economia, porque quando o cidadão tem a titularidade do terreno investimento, compra mate de construção e gera emprego

O que se assiste é que o governo, através das administrações emite o direito de superfície propriedade, e que só depois de ser registado no Ministério da Justiça para ser atribuída a titularidade. Kleber Corrêa questiona porque não ser feito tudo ao mesmo tempo?

Mais do que nos últimos 10 anos?

Apesar de os números de 2021 (82.063 títulos de direito de propriedade privada estarem muito longe das expectativas" operadores do sector imobiliário, ainda assim represen1 um crescimento global de 72 em relação aos últimos 10 ai De 2010 até 2020, foram atribuídas apenas 22.809 direito: propriedade, uma média ar de 2.281 (ver gráfico).

Este crescimento foi verificado a partir Março de 2021, altura em que foi lançada a campanha de massificação de registo predial promovida pelo Ministério da Justiça, que privilegia as centralidades do País, mas não fecha a porta aos particulares para o registo dos imóveis.

Para que o mercado imobiliário possa funcionar, promover mais valias para os intervenientes, é necessário que os proprietários tenham os títulos de propriedade e os possam entregar na venda.

Ninguém compra uma casa a um particular se não tiver a oportunidade de registar a sua titularidade

Na prática, os 80.174 títulos direito de propriedades passados durante o ano passado, são fundamentalmente casas e apartamentos existentes nas várias centralidades do País.

Depois de serem registadas pelo Estado, a titularidade é transmitida aos compradores, aos cidadãos que já tenham pago ou estejam a concluir a renda resolúvel das residências.

Os que estão modalidade de renda resolúvel têm um registo provisório, sendo que o registo definitivo, que concede a titularidade, é fornecido apenas com o pagamento da última parcela da renda.

6.25 Verba para habitação social é baixa e vai para classe média em vez de mais necessitados

Jornal Expansão

22 De Abril de 2022

Texto: Isabel de Costa Bordalo

A habitação social cresceu 85%, em termos reais, no Orçamento Geral do Estado de 2022, como "cresce sempre" em vésperas de eleições, mas a fatia que lhe cabe é muito pequena e não pode ser vista como despesa social. Já que se destina a habitações para a classe média e funcionários públicos, não tendo, por isso, impacto na vida de quem mais precisa. Isso mesmo constata o Centro de Investigação

Económica da Universidade Lusíada (Cinvestec), no Relatório Económico do 3.

O Trimestre de 2021, que defende uma fatia maior do OGE para habitação social, em vez do 1,7% do PIB não-petrolífero, que foi reservado no orçamento deste ano.

Nenhuma da "actual despesa em habitação é despesa social", já que a verba alocada destina-se a "habitações para a classe média e para os funcionários públicos que deviam ter o seu problema resolvido pelo mercado", refere o relatório, assinado pelo director Cinvestec, Heitor Carvalho, e pelos investigadores Agostinho Mateus, António Estote e Cecelmo Joaquim.

"Como o Estado não permite o acesso a terrenos e a livre actuação dos promotores e demais agentes imobiliários, não existem habitações a preço de mercado para as classes intermédias", explica o Cinvestec. O Estado acaba por fazer esse papel. Só que, ao promover uma solução para a classe média, o Executivo descarta os mais necessitados, que deviam ser os principais beneficiários das verbas inscritas no OGE para habitação social, ficando desta forma "desprovidos de condições dignas de habitação".

Contas feitas pelo Cinvestec, revelam que a verba para habitação social cresceu de 1,0% em 2021 para 1,7% do PIB não-petrolífero, no OGE de 2022, o que traduz um aumento de 3,3% para 5,7% da despesa, ainda assim insuficiente. O Cinvestec defende, no relatório, que "deveria passar dos actuais 6% para 10% da despesa".

Também a protecção social devia crescer, ao invés de baixar 3,5%, em termos reais, representando menos de 2% do PIB não petrolífero, descendo de 6% para 5,3% da despesa e de 14% para 11% da receita não petrolífera, defende o Centro de Investigação Económica da Universidade Lusíada, que baseia os seus relatórios trimestrais na informação oficial publicada pelos organismos do Estado (INE, BNA, Minfin, etc.) e internacionais (FMI, OPEP, etc.).

"Este é o principal problema do nosso Estado: tenta subsidiar e tratar de tudo em vez de transferir rendimentos para os mais necessitados", conclui Heitor Carvalho, que compara os 7% reservados a protecção social com a despesa com burocracia do Estado, que "corresponde a 30% da despesa por função, sem juros".

"Deveremos aumentar o peso da despesa com educação, saúde, segurança pública e economia; mas, sobretudo, teremos de transferir a gigantesca despesa burocrática para o apoio aos mais necessitados",

defende o director do Cinvestec, evidenciando a degradação social que se vem assistindo. Desde final de 2019 até ao 3.º trimestre de 2021, "perderam-se 500 mil postos de trabalho formais e foram 'criados' 1 milhão e 200 mil 'postos de trabalho' informais. "Na ausência de empregos e rendimentos a população viu-se obrigada a "desenrascar-se", desabafa.

6.26 APIMA pede adopção de lei de alienação fiduciária

Jornal de Angola

23 De Abril de 2022

Texto: Joaquim Suami

A Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA) está a preparar uma proposta de legislação para apresentar ao Governo, a definir regras transparentes que favoreçam promotores e investidores e susceptível de resultar na edificação de infra-estruturas de alto padrão arquitectónico.

A construção da unidade fabril, visitada esta terça-feira pelo embaixador de Angola na Argentina, Fidelino Peliganga, é resultado de uma parceria entre os grupos empresarial argentino Arcor e o angolano Webcor, num investimento de cerca de 45 milhões de dólares.

O diplomata foi informado que o objectivo da Dulceria Nacional é reduzir as importações de biscoitos e chocolates da marca "Bon o Bon", a partir do mercado sul-americano, particularmente da Argentina.

A Dulceria Nacional é a primeira unidade fabril do grupo Arcor fora da América Latina, sendo parte de uma estratégia para atender o mercado da região da África Austral, numa primeira fase, refere a ANGOP.

7. TERRA

7.1 Autoridades travam infracções administrativas

Novo Jornal

4 De Abril de 2022

Texto: João Pedro

A venda em pontes pedonais, remoção de cabines "Telo" e Rouletes de locais inadequados e construções anárquicas são apontadas como as principais' infracções administrativas regista das pela Fiscalização no Distrito Urbano da Samba.

O chefe da Fiscalização do Distrito Urbano da Samba, Jorge Magalhães, confirma a ocorrência d tais infracções e demonstrou preocupação pelo facto de os munícipes insistirem em construir em zonas proibidas, como a orla marítima no bairro do "Bagda".

" Depois de recebermos uma denúncia de um cidadão, constatamos a construção, em zona do mar, depois que a área foi entulha da por populares, na calada da noite. Eles fazem as obras em tempo record", disse Jorge Magalhães, apontando que construções feitas nestas circunstâncias são demolidas e os materiais No mês de Março do corrente ano, foram notificadas 30 infracções diversas, desde a obstrução na via pública, obras ilegais de edificação urbana e a recolha de obstáculos na via pública.

Jorge Magalhães afirmou que os munícipes que praticam estes actos incorrem no crime de desobediência à Lei Penal e das Transgressões Administrativas, ambas puníveis.

O chefe da Fiscalização sublinhou que, em alguns casos, tais infracções são punidas com multa que pode chegar até um milhão de kwanzas. Acrescentou que na praia Amélia, alguns ocupantes de espaços comerciais estão a fazer construções para posteriormente arrendar por 5 e 10 mil Kwanzas.

" Para desincentivar estas práticas ilegais, foram fazendo demolições de barracas e os infractores foram notificados a responderem junto da administração", adiantou Jorge Magalhães que advertiu os munícipes que queiram exercer actividades comerciais a recorrerem à administração solicitar um espaço e fazer o pagamento dos emolumentos ao Estado.

VENDA ILEGAL

A venda ambulante nas pontes pedonais na avenida Pedro de Castro Van-Dunem" Loy" deixava os automobilistas preocupados com o excesso de peões em movimentação ao longo da estrada. Nos últimos dias, o cenário é diferente, a desorganização desapareceu, depois de uma operação realizada pelos agentes da fiscalização do Distrito Urbano da Samba.

7.2 Temos de conviver também com insectos, com cheiro nauseabundo e com animais

Novo Jornal

8 De Abril de 2022

Texto: Victória Maviluka

Acabado de dar entrevista à nossa reportagem, senhor Jacinto Manuel Bizerra dirige-se à porta que dá acesso ao seu desprotegido quintal. Não o faz sem que, intencionalmente, mexa nas folhas da mangueira que está defronte ao seu quintal.

Desperta uma ruidosa legião de moscas.

"É assim dentro de casa, moscas e mosquitos por todo o lado. Além das ravinas, temos de conviver com insectos, com cheiro nauseabundo e com animais. Já tivemos casos de mortes de crianças arrastadas pelas ravinas. Recentemente, avistei um lagarto grande sobre a minha cama. Isso é humilhante!", desabafa o pai de oito filhos, todos eles nascidos no Sambizanga.

Joana Francisco José, também desalojada da sua casa no Sambizanga, em Janeiro de 2017, exhibe a indumentária da OMA (Organização da Mulher Angolana), braço feminino do partido no poder, para pedir a sensibilidade das suas camaradas de fileira.

"Não é este o partido que Agostinho Neto e outros antigos combatentes do MPLA idealizaram para governar o nosso País. Como podem fazer-nos isso, tirar-nos do Sambizanga, das casas que nós construímos, onde vimos os nossos filhos nascerem, para nos colocarem nessas casas inacabadas, sem quintais? Como podem mandar-nos num bairro distante de centros de saúde e de escolas? Sinto-me traída pelo meu próprio partido. Mas nós temos a certeza de que o presidente João Lourenço não sabe disso", afirma a reformada na cervejeira Nocal.

Sempre com um discurso revoltante, lembra da sua residência destruída em 2017 para supostamente dar lugar à reabilitação da estrada 12 de Julho, no Sambizanga: "O meu marido, que agora depende de cadeiras de roda para se locomover, construiu-me uma casa grande, nem isso tiveram em conta na hora de nos alojarem. Como gostávamos de regressar ao Sambizanga! Dói voltar ao Sambizanga e ver que, no lugar das nossas casas, construíram outras coisas e nada de estrada. É duro ter de suportar, dia e noite, este mau cheiro que vem dos buracos. Não temos contentores de lixo, e é nos buracos que as pessoas põem o lixo todo. Quando cai chuva, isso é um caos".

7.3 No limiar da ravinas, na legião de moscas onde falta quase tudo

Novo Jornal

8 De Abril de 2022

Texto: Victória Maviluka e Adjali

Paulo

Tentando aliviar o calor e afugentar, com fúria escancarada, as moscas que lhe perseguem o rosto sem trégua, Jacinto Manuel Bizerra amarrota, em tão poucos minutos, os papéis que tem na mão. Os documentos guardam a história de um longo vai e vem entre o Governo Provincial de Luanda (GPL), a Administração Municipal de Viana e a Administração Distrital do zango, tendo como saldo destas viagens: frustrações. Não é para menos: senhor Bizerra viu, num ápice, tudo quanto tinha construído, em mais de 30 anos, no mítico bairro do Sambizanga, desmoronar-se, por conta de um programa de reabilitação da estrada 12 de Julho, faz cinco anos.

"No Sambizanga, tinha um estabelecimento e alguns anexos. Eu era dono do famoso Bar Kizombo, que existe desde o tempo colonial. Aquela casa foi comprada em 1979. Perdi quase tudo ao ser forçado a vir viver aqui. Fomos enganados por quem tem o dever de nos proteger", descreve.

Bizerra e outras dezenas de vizinhos viram a linha do traçado para a colocação do tapete asfáltico passar sobre as suas residências. É esta sentença que ditou o início de um período de infortúnio no bairro do Kitondo no, interior do Zango m, onde a sua casa, um apertado T3, chama atenção por estar no limiar de uma ravina que já lhe consumiu parte do muro do quintal.

A cedência da parte principal da casa está por um triz. Basta uma chuva forte para os destroços irem abaixo e seguirem o caminho para a bacia de retenção,

localizada a escassos metros da zona residencial. Aliás, esta bacia de retenção é apontada por Bizerra e vizinhos como a origem dos deslizamentos de terra iniciados em 2018, um ano após terem chegado ao bairro, sem margens para contrapor um processo de desalojamento que teve a acção repressiva de efectivos da polícia Nacional, denunciaram.

Senhor Bizerra conta que as negligências das autoridades em resolver o problema das ravinas são antigas. De lá para cá, cartas protocoladas pelas autoridades governativas da província e do município, às quais o Novo Jornal teve acesso, testemunham o silêncio da falta de intervenção que pudesse travar o avanço das ravinas.

"A ravina era uma coisa pequena, ainda tinha passagem asfáltica pelo bairro. Quando ela" começou, informámos a Administração Municipal de Viana, isto em 2018. Prometeram aparecer. Passado um ano, veio a Casa Militar [do Presidente da República], os técnicos fizeram levantamentos, mas nunca fizeram a desejada intervenção. Mas nós não parámos. Como não havia resposta da Administração e da Casa Militar, fomos ao Governo provincial de Luanda, escrevemos para governadora Ana Paula [de Carvalho]. O GPL enviou o documento para a área técnica do nosso município, mas até hoje nunca resolveram este problema, até ficar no estado em que está", conta, agastado, o cidadão de 60 anos, que chegou a Luanda, vindo do Cuanza Norte, em 1979, fixando residência no bairro Sambizanga.

Recorda, com nostalgia, uma das noites de Novembro do ano passado, em que viu parte do seu quintal engolido pelas ravinas:

"Eu já perdi parte do muro do meu quintal. O pior só não aconteceu porque ele cedeu para fora. Aquilo aconteceu à noite, com os miúdos a dormir. Diabo que seja surdo: imaginam vocês se o muro tivesse caído para dentro de casa! Tem sido um inferno durante as chuvas. Dá medo".

Os estragos do fenómeno são bastante ilustrativos na descontinuada estrada asfaltada que atravessava o bairro e que viu parte significativa consumida pelos deslizamentos de terra. Perfilado como a próxima vítima do fenómeno não está apenas o tapete asfáltico, tampouco a casa de Bizerra.

Dona Carlota Sebastião tem a casa pequena - T3 suspensa numa porção de terra isolada, junto a um posto de iluminação, que também corre o risco de ser consumido pelas ravinas. O perigo de desabamento forçou a que um dos inquilinos abandonasse a casa, estando outro arrendatário igualmente em vias de fugir do risco de uma fatalidade.

Nascida no Sambizanga há 61 anos, a reformada do Instituto Nacional de Estradas de Angola não esconde o desconforto de, numa conversa com jornalista, lhe ser desafiada a fazer um percurso histórico do seu passado no Sambizanga e o actual cenário por que passa no Kitondo 11.

"Meu filho, vou falar o quê, vou começar de onde? Perdi tudo, minha casa construída de raiz, negócios. tudo , para me virem colocar aqui neste inferno. Isto é pecado grande", atira Dona Carlota, que procura proteger-se do sol amarrando um pano na cabeça. Mas não evita o rosto molhado de suor.

7.4 Direitos fundiários são atribuídos a camponeses

Jornal de Angola

11 De Abril de 2022

Quarenta e cinco camponeses do município de Ombadja, província do Cunene, beneficiam, no decurso deste mês, de "Título de Propriedade de Terra", no âmbito do programa "Minha Terra".

O processo de atribuição de títulos de direito fundiário teve início no dia 4 de Abril, com a entrega dos primeiros três títulos aos camponeses da localidade de Lyepombo.

Em entrevista à Angop, sábado, o director-geral do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), José Januário, informou que o programa "Minha Terra", no Cunene, abrange, numa primeira fase, os camponeses que residem ao longo do perímetro do Canal do Cafu, onde já foram catalogadas 598 famílias.

José Januário adiantou que o grupo técnico, composto por todas as instituições que participam nesse processo de concessão de terras, está a trabalhar nas comunidades para o levantamento de dados dos terrenos e para a atribuição dos títulos, num prazo inferior a 60 dias.

A prioridade do projecto, adiantou, recai aos pequenos camponeses detentores de parcelas até cinco hectares, cujo objectivo é dotá-los de segurança jurídica. "O objectivo deste programa é fazer com que os camponeses adquiram os direitos fundiários, via direito costumeiro, respeitando a tradição que se transmite de geração a geração, obtendo a titularidade delas, para que não possam ser desapossadas ou expropriadas por alguém", sublinhou.

Com o programa "Minha Terra", o Executivo está a criar bases, dinamizando a emissão de títulos de terra, um processo que antes durava meses, por questões

burocráticas. Fez saber que, durante a fase piloto, serão atribuídos 3.600 títulos nas 18 províncias, num processo que será extensivo aos 167 municípios do país.

Sob iniciativa do Presidente da República, João Lourenço, o programa "Minha Terra", lançado em 2018, já atribuiu mais de 800 documentos às famílias camponesas das províncias de Benguela, Bié, Huambo, Namibe e Luanda.

7.5 Casebres De Chapa De Zinco

Jornal Luanda

18 De Abril de 2022

OS SUPOSTOS ocupantes do espaço e proprietários das lavras colocam a disposição dos camponeses os meios de trabalho: enxada, motobomba, mangueiras e sementes.

O trabalho não pára. Vê-se um homem a regar vários metros com uma mangueira nas mãos. Vê-se outro homem com enxada. Vêem-se mulheres debaixo da sombra a cuidar de crianças.que não frequentam escola. Uma mulher. cuja idade não ultrapassa os 50 anos. limpa a lavra e. ao mesmo tempo. lança o capim para o fogo O sol escaldante não afugente a camponesa que. ao ser interpelada. deixou claro que para ter uma boa colheita. o espaço deve estar limpo.

"Todo ano. temos comida. porque não dependemos só das chuvas. Temos uma lagoa ali", aponta a mulher.

As compradoras dos produtos afluem principalmente. o local no período da manhã e revendem as hortaliças nos mercados paralelos.

Junto à estrada. em direcção ao campo multiuso. um homem adulto gesticula as mãos. Vai à frente. à esquerda. à direita .. Meia volta volver. Manuel. 40 anos. é um dos que viu a sua improvisada barraca queimada. Não pode vender no local.

"Fui comprar gasosa. e assim que voltei encontrei a sombra em cinzas" avança.

"Isso não se faz: reclama em voz alta. Mal vê o repórter. Manuel quase não para de falar. nem quer deixar que as pessoas o abandonem sozinho no local. sem que termine o desabafo.

No local. os camponeses nunca foram impedidos de trabalhar a terra. Os casebres crescem e não espanta que. no futuro haja um bairro de lata que vai ligar a centralidade do Kilamba.

7.6 Apenas 2, 3% dos imóveis registados em 2021 foram de privados

Jornal Expansão

22 De Abril de 2022

Texto: José Gongga

Durante o ano de 2021, apenas 1.889 títulos de direito de propriedade, o que corresponde a 2,3%, foram a favor de privados, enquanto o Estado obteve 80.174 de títulos de direito de propriedade e em termos de direito de superfície foram atribuídos 2.210. Números que podiam ser muito maiores não fosse a "burocracia nas administrações municipais, que continua a inibir a concretização da obtenção do título de direito de propriedade ao cidadão comum", apurou Expansão junto de fonte do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (Minjusdh) e operadores do sector imobiliário

Números residuais" por se tratar, na sua maioria, de imóveis que foram transmitidos das centralidades do Estado para titulares particulares. Em termos globais, foram emitidos 82.063 títulos de direito de propriedade (80.174 a favor do Estado e os 1.889 a particulares). Na prática, primeiro passaram para a esfera do Estado para garantir a segurança jurídica dos imóveis e depois foram transmitidos aos particulares, no âmbito do programa de massificação de registo predial do Minjusdh.

Yara de Carvalho, coordenadora do programa do ministério, garantiu ao Expansão que a "máquina do Ministério da Justiça está afinada, com 22 conservatórias de Registo Predial informatizadas no País", bastando apenas que as administrações locais, que são os órgãos que têm obrigação de ser céleres no processo da concessão dos direitos, despachem os processos para que estes possam ser registados nas conservatórias.

"O problema já não está no Ministério da Justiça. Nós baixámos, inclusive os emolumentos, que passaram de 400 mil kz para 50 mil kz no caso dos privados. Falta as administrações locais onde os imóveis estão situados, começarem a conceder os direitos. Estas entidades passam apenas documentos provisórios, o que não dá acesso ao registo da titularidade do imóvel na justiça", explica a fonte.

Assim como as administrações, que devem ser mais activas no processo documental, o Ministério das Finanças devem encontrar soluções eficazes para diminuir o impacto dos impostos nos bolsos do cidadão.

"O ministério das Finanças cobra o SISA, imposto de transmissão de propriedade calculado sobre o valor da venda do imóvel, o que é natural. Contudo, faz negociação do Imposto Predial (IP) em 24 meses para quem não tenha pago o IP dos anos anteriores. E, a meu ver, dois anos é muito tempo para o cidadão ter a titularidade do imóvel", lamenta.

Pode aquecer o mercado imobiliário?

De acordo com Kleber Corrêa da APIMA, estes números são residuais e reflectem a pouca importância que se dá ao registo de propriedade, reforçando que o mercado imobiliário não vai crescer se não houver emissão de direitos de superfície, documento que serve para hipotecar imóveis como garantia para poderem receber financiamento. E refere que as administrações locais devem ser mais ágeis no processo.

"A questão que se coloca nem é a dos emolumentos, que são altos, mas sim a morosidade no processo em si. Posso garantir que os cidadãos pagariam o dobro se o processo durasse não mais que três meses", afirma.

Kleber explica que o registo de imóveis pode aquecer o mercado imobiliário e fazer mover a economia, porque quando o cidadão tem a titularidade do terreno investimento, compra mate de construção e gera emprego

O que se assiste é que o governo, através das administrações emite o direito de superfície propriedade, e que só depois de ser registado no Ministério da Justiça para ser atribuída a titularidade. Kleber Corrêa questiona porque não ser feito tudo ao mesmo tempo?

Mais do que nos últimos 10 anos?

Apesar de os números de 2021 (82.063 títulos de direito de propriedade privada estarem muito longe das expectativas" operadores do sector imobiliário, ainda assim represen1 um crescimento global de 72 em relação aos últimos 10 ai De 2010 até 2020, foram atribuídas apenas 22.809 direito: propriedade, uma média ar de 2.281 (ver gráfico).

Este crescimento foi verificado a partir Março de 2021, altura em que foi lançada a campanha de massificação de registo predial promovida pelo Ministério da Justiça, que privilegia as centralidades do País, mas não fecha a porta aos particulares para o registo dos imóveis.

Para que o mercado imobiliário possa funcionar, promover mais valia para os intervenientes, é

necessário que os proprietários tenham os títulos de propriedade e os possam entregar na venda.

Ninguém compra uma casa a um particular se não tiver a oportunidade de registar a sua titularidade

Na prática, os 80.174 títulos direito de propriedades passados durante o ano passado, são fundamentalmente casas e apartamentos existentes nas várias centralidades do País.

Depois de serem registadas pelo Estado, a titularidade é transmitida aos compradores, aos cidadãos que já tenham pago ou estejam a concluir a renda resolúvel das residências.

Os que estão modalidade de renda resolúvel têm um registo provisório, sendo que o registo definitivo, que concede a titularidade, é fornecido apenas com o pagamento da última parcela da renda.

7.7 Demolições Tudo abaixam: uma varredura sem distinção

Novo Jornal

22 De Abril de 2022

Texto: Vitória Maviluka

Pelo corredor da Estrada Nacional N.º 230, a escassos quilómetros da entrada principal do Novo Aeroporto Internacional de Luanda, os vestígios de chapas, madeiras e blocos proliferados pelo chão, bem na berma do troço para quem olha para Catete, não escondem os estragos provocados pelas máquinas do Governo Provincial de Luanda (GPL), colocadas no terreno, desde quarta-feira antepassada, 13, para derrubar casas que terão sido construídas após a sinalização do perímetro como reserva do NAIL. O 'martelo demolidor' parece indiferente à distinção: casebres, casas bem estruturas, condomínio, lojas, CAPs do MPLA, nada que escape ao cadastramento.

O semblante dos moradores revela ira.

Dizem-se sem alternativas para encontrar um novo tecto para morar. É por cima dos escombros que improvisam pequenas estruturas para passarem a noite e esperar do GPL uma informação sobre o programa de alojamento.

É dominante o discurso de vitimização.

Todos falam em injustiça, reivindicam a legalidade dos espaços e das construções. Afirmam que o novo aeroporto os encontrou no local e que nunca foram alvo de indemnização. Politizam o discurso,

ameaçando de se vingarem do Governo nas eleições que se avizinham.

"Vim para aqui ainda adolescente, à procura de melhores condições de vida. A primeira casa da minha vida eu construí aqui, uma casa de barro. Foi cá que arranjei o meu marido e fiz quase todos os meus filhos. Hoje, estou com 89 anos, já sem idade para trabalhar, e o Estado resolve deixar-me nesta desgraça", atira, revoltada, e ainda com algum vigor, a anciã Domingas Francisco, natural do Golungo Alto.

Entre as zonas Km 44 até ao bairro do Coxe, chama atenção a proliferação de avisos, timbrados com 'impressões digitais' do GPL, de que há casas e projecto imobiliários com dias contados. Entre moradores destas paragens, o sentimento é de elevada preocupação. Há escassez: de informações sobre o programa de desalojamento. Depois de assistirem a efectivar das demolições nas zonas vizinhas, já não têm dívidas da seriedade da 'notificações'.

"Estamos a escutar que a intenção d Governo é de nos tirar daqui e nos mandar para o Caculo Cahango. Não sabemos como vai ser, estamos preocupados. Dizem que lá no Caculo Cahango tem 200 casas para nós, mas que terão de retirar os natos de lá dessas casas. Mas nós sabemos que, se formos lá, poderemos ver as nossas cabeças cortadas por ira dos natos", refere João Ferreira, coordenador do bairro Coxe.

O ancião, de 67 anos, informa que nasceu no bairro e que este foi criado no longínquo ano de 1813: "Eu próprio nasci aqui. Hoje somos mais de 2000 moradores. Não podemos impedir os nossos filhos de procriarem ou de construírem as suas casas só porque alguém decidiu colocar aqui um aeroporto. Esta terra é nossa. Se nos quiserem tirar daqui, devem colocar-nos prontamente num lugar melhor", avisa.

A reportagem do NJ avistou o bairro Km 44 após a conclusão de uma concorrida reunião de moradores, na tarde de terça-feira, 19. Aqui, os moradores queixam-se igualmente de falta de informação sobre o programa de desalojamento.

"A única coisa que sabemos são de nos terem dito, a 15 de Abril, para abandonarmos as nossas casas em 72 horas. Tentámos ir à Administração pedir explicação, detiveram quatro moradores. Não sabemos o que fazer. Não sei o motivo pelo qual vão destruir a casa dos meus pais, onde eu nasci", narra Panzo Ferraz, 34 anos.

Amália Vicente, 52 anos, é empresária, e teme que, depois de investimentos feitos, perca tudo quanto construiu "com suor":

"Quem nos autoriza a construir é o Governo, através da Administração Municipal. Como pode agora o mesmo Governo dizer que as nossas casas são ilegais? Tenho empreendimentos aqui no bairro, emprego pessoas, assim como fica a minha situação?", indaga a moradora.

7.8 Estado sem tréguas, tudo em nome do resgate da autoridade da certificação do NAIL

Novo Jornal

22 De Abril de 2022

Victória Maviluka

"Em época eleitoral, não é normal o Governo arriscar-se a fazer uma investida destas: partir casas e deixar dezenas de famílias ao relento?". Este reparo do activista Adão Quintas é replicado por tantos outros cidadãos, quando reagem às demolições em massa de casas, desde a semana transacta, nos bairros adjacentes ao Novo Aeroporto Internacional de Luanda, na zona do Bom Jesus, município de Icolo e Bengo. Nada, entretanto, "anormal" para quem olhe para o martelo demolidor do Governo Provincial de Luanda (GPL) como resposta

à "banalização do poder do Estado", justificam fontes governamentais, afirmando tratar-se da reposição da autoridade do Estado ante à ocupação de um extenso espaço que coloca em risco a certificação do NAIL junto da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO).

As fontes confidenciam que a 'mão pesada' do Estado surgiu durante a última visita do Presidente da República ao novo aeroporto, na qual João Lourenço foi informado dos riscos que a expansão de bairros adjacentes à infra-estrutura representa para o processo de certificação do NAIL, evitando o que sucedeu com o Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, cuja certificação internacional até aqui não foi concedida por "não se ter conservado a integridade da reserva que possuía".

O cenário de expansão de casas e outros projectos imobiliários no perímetro do novo aeroporto, contam as fontes, foi testemunhado pelo próprio PR, que, apreensivo com o quadro, questionara a ausência da autoridade do Estado, que permitiu que a situação chegasse àquele estágio: "O PR não poupou nas palavras que dirigiu aos seus auxiliares. Deu sete dias para que se repusesse a autoridade do Estado e não

se condicionasse o processo de certificação do novo aeroporto, que começa já em Junho. Podia ter dado esta orientação só depois das eleições, mas teve a coragem de o fazer agora, pois não se pode colocar em causa a autoridade do Estado", reportam.

Em defesa dos interesses e alegada legitimidade na acção pesada do Estado, consubstanciadas nas demolições em massa de casas nas zonas adjacentes ao NAIL, as fontes recordam que, em 2006, tão logo a área foi cadastrada como reserva fundiária para dar lugar à construção do Novo Aeroporto de Luanda, o Estado partiu para um processo de cadastramento de moradores, a que se seguiu o desalojamento e a subsequente indemnização.

"Com a constituição da reserva fundiária, deixou de ser legítima qualquer ocupação ou exercício de actividade económica no interior do perímetro da reserva. O Estado efectuou um cadastramento e chegou a indemnizar residentes na reserva.

Muitos deles retomaram e reocuparam a reserva, num tremendo enfrentamento às autoridades, pelo que qualquer ocupação efectuada a partir de 2006 é ilegal e, sendo assim, deverá ser demolida. O que aconteceu nas zonas adjacentes ao novo aeroporto é a banalização do Estado", referem as fontes, afirmando que os avisos 'GPL p/demolir', estampados nas paredes de dezenas de casas e projectos imobiliários, são para executar.

Fontes admitem «precipitação»

Entre os alvos da mão pesada do Estado, há quem jure, a pés juntos, não ter sido indemnizado por altura da transformação do perímetro em reserva fundiária. As fontes governamentais admitem tal imprecisão na acção das autoridades, mas atribuem a "precipitação" às dificuldades no apuramento de números reais de moradores justamente a indemnizar.

"Hoje, quem indica quem estava na reserva antes de 2006 são os coordenadores de bairro, precisamente, quem assistiu à ocupação, permitindo que ela acontecesse sem informar os ocupantes da ilegalidade da ocupação ou mesmo informando às autoridades competentes. A título de exemplo, no último recadastramento de ocupantes da vila Coxe [uma das zonas a serem demolidas], os coordenadores indicam cerca de 100 famílias residentes antes de 2006 e 200 famílias após 2006. No entanto, numa consulta ao Google Earth, podemos verificar que, em 2003, existiam na Vila Coxe duas casas, e, em 2011, apenas 40 casas, sendo grande a disparidade para o número de casas indicadas pelos coordenadores. Isto dificulta o processo. Era urgente a reposição da autoridade do

Estado por forma a estancar a invasão. O resto há-de se ver depois", comentam as fontes.

E acrescentam: "Não negando que possam existir ocupantes anteriores a 2006, para além dos já indemnizados os e dos que não são visíveis através das fotografias aéreas, existem ainda aqueles que foram repetidamente avisados por via de notificações emitidas pelas respectivas administrações municipais (notificações essas não acatadas) e outros que, apesar de serem detentores de uma construção, não conseguem fazer qualquer prova de atitude lícita perante a lei, ou seja, não possuem titularidade do terreno, licença de construção, licença de habitabilidade ou pagamento do Imposto Predial".

7.9 Camponeses recebem Títulos de Direito de Superfície

Jornal de Angola

23 De Abril de 2022

Texto: Pedro Suculate

O ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, procedeu, ontem, em Cabinda, à entrega dos primeiros Títulos de Concessão de Direitos de Superfície a camponeses da comunidade do Nto, no âmbito do programa Minha Terra.

O acto formal teve lugar na localidade da Fortaleza, a 18 quilómetros a Sul da cidade de Cabinda, e contou com a presença da população das 16 aldeias da regedoria do Nto.

Adão de Almeida destacou que a disponibilização de Títulos de Concessão de Direitos de Superfície é um programa que o Executivo está a desenvolver para identificar as terras dos camponeses, registá-las e entregá-las às comunidades, de modo a que possam trabalhar, livremente, sem que alguém as retire de forma fraudulenta.

"O programa Minha Terra visa, exactamente, resolver o problema do conflito de terras entre as comunidades, identificando a terra de cada um dos camponeses e pessoas que trabalham ao nível das comunidades, registá-la e dar a garantia a cada um dos cidadãos de forma que ninguém de forma fraudulenta possa retirar a propriedade", reiterou.

Segundo o ministro de Estado, é de extrema importância a cedência de posse de terreno às comunidades para que os camponeses possam trabalhar e se juntarem aos esforços do Executivo no aumento da produção agrícola nacional para combater a fome.

"Esse é um passo muito importante para dar a garantia final que cada um precisa, para continuar a trabalhar a terra, associando-se aos esforços do Executivo de aumentar a produção agrícola nacional", reforçou.

O governante apelou aos beneficiários no sentido de se esforçarem mais para produzir o suficiente para si e a família, de modo que cada um consiga criar o excedente para comercializar no intuito de aumentar a renda familiar, combater a pobreza e melhorar as condições de vida de todos.

"Vamos trabalhar para que todos tenham terras e trabalhem nelas, desde que reúnam os requisitos que possam ver garantida a sua terra titulada", acrescentou.

Cabinda é a sétima província a beneficiar de Títulos de Direitos de Superfície a par de Benguela, Huíla, Bié, Huambo, Luanda e Cunene. Este programa irá disponibilizar a cada município do país 200 Títulos de Direitos de Superfície.

O regedor Joaquim Cadeça disse, na ocasião, que a cedência de Títulos de Direito de Superfície às famílias camponesas representa uma mais-valia, pois vai permitir que as comunidades possam trabalhar a terra à vontade e sem desconfiança de que alguém as irá retirar.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Águas de Benguela e do Lobito foram extintas e fundidas numa empresa

Novo Jornal

1 De Abril de 2022

O Governo Provincial de Benguela criou, através do Decreto Executivo Conjunto nº 171/22 de 25 de Março, a Empresa Provincial de Águas e Saneamento de Benguela e, em substituição das empresas de Água e Saneamento do Lobito e de Benguela. O objectivo é de tornar o sector mais rentável e eficiente.

A província de Benguela dispõe actualmente de um sistema integrado de abastecimento público de água que abrange apenas os municípios de Benguela, Lobito, Catumbela e Baia-Farta, deixando os restantes seis municípios de fora. A fusão das duas empresas, segundo o Decreto, tem como principal objectivo a inclusão dos demais municípios.

No último relatório financeiro disponibilizado pela Empresa de Águas e Saneamento do Lobito (EASL), publicado em 2019, a dívida dos clientes estava avaliada em mais de 3,7 mil milhões kz.

Entretanto, a extinta Empresa de Água e Saneamento de Benguela (EASB) teve em 2019 um resultado líquido positivo de 2,2 mil milhões kz. Os dividendos foram usados para cobrir os prejuízos de 2017 e 2018, avaliados em 1,2 mil milhões Kz e 154 milhões Kz, respectivamente.

Já a dívida dos clientes à EASB está avaliada em mais de 3,6 mil milhões Kz, o que demonstra a falta de capacidade de cobrança das empresas que prestam serviços públicos e as dificuldades financeiras que apresentam.

8.2 Também é bom recordar que a província de Benguela tem há anos vários problemas de abastecimento

Água para o Cunene

Jornal de Angola

3 De Abril de 2022

A água se ensina pela sede. A frase de uma poetisa americana faz todo o sentido para a população do Sul de Angola, que tem, hoje, motivos de sobra para valorizar o líquido da vida. Triste ironia, a província

que até tem o nome e é banhado por um dos principais rios do país sofre, há décadas, dos efeitos da seca. Uma realidade com impactos negativos no desenvolvimento da província, que já teve um dos maiores efectivos bovinos do país e produzia massango e massambala em quantidades para exportar para a Namíbia, por exemplo. A seca mudou a cara do Cunene. Distantes do rio, há localidades, como o Curoca, onde não chove há cinco ou seis anos. A escassez de chuvas afectou mais de meio milhão de pessoas e matou milhares de animais.

Segundo as autoridades, regressaram, recentemente, 1.800 pessoas que se tinham refugiado na vizinha Namíbia. Uns ainda lá estão à espera de melhores condições nas terras de origem. Outrora habituados a cultivar a terra, a população do Cunene passou a viver de ajuda alimentar.

Contas feitas, foram já mais de 850 toneladas de alimentos e outros bens doados à população deste território. Hoje, há razão para festa no Cunene. O primeiro dos três projectos estruturantes de combate aos efeitos da seca está concluído. O Sistema de Transferência de Água a partir do rio Cunene, na zona de Cafu, está pronto para abastecer Ombandja e Namacunde. Desde a Independência Nacional, que a província não recebe uma obra do género, estruturante, para atacar, de uma vez por todas, um problema que resiste há vários anos. O problema da seca sempre foi combatido com furos de água. Os mais de 700 abertos pela província, são incapazes de atenuar o sofrimento da população.

Com a água, as autoridades querem, agora, incentivar os que vivem ao longo do canal para voltarem a cultivar. O vice-governador Apolo Ndinoulenga revelou que já começaram a surgir algumas lavras. Os proprietários estão a ser treinados para produzirem hortícolas. Que não falem apoios para estes angolanos que, além da oportunidade para voltar a produzir os próprios alimentos, vêem chegar ao fim os transtornos de ter de percorrer longas distâncias para alimentar o gado.

Para se ter uma ideia da dimensão do projecto, vale a pena deixar aqui alguns dados. O Sistema de Transferência de Água a partir do rio Cunene é apenas o primeiro projecto. Iniciado em 2019, vai beneficiar, directamente, as populações de Ombalayo-Mungo (Ombadja), Namacunde e Dombondola. O primeiro lote inclui, também, 10 chimpacas (reservatórios). O segundo lote vai abranger um canal adutor, a partir de Cuamato, para Ndombondola e Namacunde, e mais 20 chimpacas. Os outros dois projectos são a construção da barragem de Calucuve e o seu canal associado, com uma extensão de 111 quilómetros, entre as localidades da Mupa e de

Ondjiva, com 44 chimpacas. Outra parte desta empreitada é a construção da barragem do Ndúe e seu canal associado, numa extensão de 75 quilómetros, entre o Ndue e Embundo, e 15 chimpacas.

A população do Cunene tem razões de sobra para se sentir importante e mais feliz. Não só pelo projecto de água, mas, também, por ser a escolhida para acolher, amanhã, o acto do Dia da Paz e da Reconciliação Nacional. É escusado lembrar o valor da paz para os angolanos, cujas vidas se vêem transformando desde aquele 4 de Abril de 2002, quando as armas se calaram para sempre e decidiram caminhar juntos para desenvolver o país. Hoje, 20 anos depois, é chegada a altura de os angolanos reflectirem sobre este bem precioso, os progressos e as oportunidades que proporcionou na vida de cada um e jamais permitir o retorno à guerra. O civismo, a tolerância e respeito ao próximo devem ser as bandeiras a erguer para a contínua consolidação da jovem democracia angolana. O povo do Cunene conhece bem o sofrimento da guerra. Por isso, tem razões para, hoje, comemorar a paz, na presença do Presidente da República. E com água, muita água.

8.3 Municípios pedem abertura de hospital e água potável

Jornal Luanda

4 De Abril de 2022

Texto: Fula Martins

Os moradores do distrito urbano do gola Kiluanje pediram melhorias no fornecimento de água potável, das vias secundárias, terciárias e a conclusão das obras de construção do centro de saúde de São Pedro da Barra.

Estas preocupações foram apresentadas durante o primeiro encontro de auscultação de moradores que também reclamaram da falta de escolas de formação profissional e das lojas comunitárias, do saneamento básico e da criminalidade.

O encontro, realizado no passado dia 30 de Março, foi orientado pelo administrador do distrito, Nelson Muhongo e as preocupações dos municípios foram apresentadas por Gabriel Santana que pediu, entre outras questões, a conclusão urgente do Hospital do São Pedro da Barra, cujas obras estão paralisadas há mais de sete anos e a reabilitação da estrada da Pabimor e do São Pedro da Barra e das ruas terciárias.

Na ocasião, os municípios sugeriram que a administração trabalhasse com outras instituições

locais com sentido de reduzirem a delinquência que se verifica naquela circunscrição.

Os municípios apelaram igualmente à administração a tomar medidas severas contra aqueles que insistem em cometer crimes de transgressão administrativa.

"Há muita gente a cometer crimes que lesam as regras do Estado. Queremos que sejam sancionados de acordo com a lei, para servir de exemplo aos demais" alertaram os moradores.

Por sua vez, o administrador do distrito urbano do Ngola Kiluanje, Nelson Muhongo, depois de ter escutado as preocupações dos municípios, disse que tomou boa nota e prometeu levar todas as preocupações às autoridades competentes.

"O momento serviu para a recolha de reclamações, sugestões e opiniões dos municípios, assim tomamos boa nota e prometemos dar solução aos vários problemas apresentados", disse, Nelson Muhongo, sublinhando que o distrito do gola Kiluanje beneficiou de vários projectos inseridos no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), e do Programa de Combate à pobreza.

Segundo o administrador no que toca ao PIIM, foi construída e já inaugurada uma quadra poliesportiva e estão em construção duas escolas, uma situada no Sector do Ndala Muleba, outra do tipo T7 no Farol das Lagosta. Depois de concluídas, vão contribuir para a inserção de mais crianças no sistema de ensino.

No que se refere ao programa de Combate à pobreza, disse que foi construído um Jango Comunitário e uma chocadeira para incubar 150 pintos, por mês.

A reunião do Conselho de Auscultação contou com a presença de mais de 100 participantes e com a gestão do orçamento participativo, a criminalidade, o fornecimento de água potável e saneamento básico.

8.4 Presidente da República inaugura sistema de transferência de água

Jornal de Angola

4 De Abril de 2024

Texto: César Esteves

O Presidente da República, que se faz acompanhar da Primeira-Dama e de membros do seu gabinete, cumpre, hoje, uma jornada importante na agenda da sua visita de trabalho ao Cunene, com a inauguração do sistema de transferência de água de Cafu, marcando o início de uma nova era na vida das populações de Om-bala-yo-Mungo, Namacunde e Ndombondola, horrorizadas, durante anos, pela seca

severa que deixou um historial de dor, onde aldeões e o gado não foram poupados

João Lourenço, que está desde ontem no Cunene, à chegada, foi recebido com grande manifestação de alegria. No aeroporto, o cenário foi marcado por um número incalculável de pessoas empunhando cartazes com mensagens de carinho. Num dos dizeres, carregado por habitantes de Oncócuá, uma das zonas mais fustigadas pelos efeitos da seca, podia se ler: "Cunene deseja boas vindas à sua excelência Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço". A manifestação de carinho descreve, de forma linear, a gratidão de um povo que sabe bem o que é o sofrimento.

A ansiedade da população que se encontrava no interior do aeroporto para receber o Presidente e a Primeira-Dama começou a subir de tom à medida que se aproximava a hora de chegada. Finalmente, às 16h20, a aeronave que transportava o Chefe de Estado fazia-se à pista do Aeroporto 11 de Novembro, para o júbilo da população que se encontrava no local. Era possível ouvir, entre a multidão, de forma repetitiva, a palavra "obrigado".

Depois de o Presidente da República descer da aeronave, acompanhado da Primeira-Dama da República, Ana Dias Lourenço, um facto curioso se dá no momento e surpreende a todos. Enquanto João Lourenço se dirigia à população que o aguardava no aeroporto para o saudar, o céu começou a ficar nublado e, de seguida, começou a chover. A cidade de Ondjiva não recebia chuva há uma semana.

O rei de Oukwanhama, Jerónimo Haleinge, de sua experiência, disse que o facto representa bênção. "Significa que ele (o Presidente) é bem-vindo aqui na província do Cunene. É um sinal de que veio justamente para resolver os problemas das comunidades, sobretudo no que diz respeito à questão da água", realçou. A partir das 6h00 da manhã, a cidade de Ondjiva começou a registar os primeiros movimentos de pessoas, na sua maioria jovens, vindos de várias partes da província.

O motivo que os movia era o mesmo: receber o Presidente, que se desloca à província pela terceira vez, sendo as duas últimas em menos de um ano. A movimentação foi ganhando força de minuto a minuto, até se registar o ponto mais alto, perto do cair da tarde, por se estar próximo, na altura, da hora da chegada do Chefe de Estado.

As principais ruas de Ondjiva foram incapazes de acolher a imensidão de gente que chegava, de tempo em tempo, proveniente dos quatro cantos da província. Na Avenida 11 de Novembro, que dá

acesso ao aeroporto com o mesmo nome, foi formado, de uma ponta a outra, um corredor humano para receber o Presidente da República.

Depois deste momento, abençoado pela chuva, nas palavras do rei Jerónimo Ha-leinge, o Presidente seguiu para o Palácio do Governo, onde manteve um breve encontro com a governadora da província Gerdina Didalelwa. A seguir, rumou para as obras da centralidade Ekuma II, na cidade de Ondjiva, onde se inteirou do seu andamento. Esta centralidade, cujas obras se encontram muito avançadas, possui mil casas, sete equipamentos sociais e está a ser construída por fases. A primeira, constituída por 500 casas, possui um posto de saúde, um jardim-de-infância, uma escola primária com 24 salas, uma secundária com 12 salas e outras compartimentações, um campo para prática de futebol, um posto policial e um centro infantil. A nível das infra-estruturas externas, a centralidade vai dispor de um centro de distribuição de água, com capacidade para armazenar mil metros cúbicos, um sistema de tratamento de águas residuais. Todas as habitações têm 100 metros quadrados e a mesma arquitectura interior. A entrega das primeiras casas começa em Junho deste ano, segundo o empreiteiro.

8.5 Sistema de transferência de água põe fim ao martírio da seca no Cunene

Jornal de Angola

4 De Abril de 2022

Texto: César Esteves

O som do batuque acompanhado de canções de agradecimento na língua local chama atenção da nossa equipa de reportagem logo à chegada à povoação de Cafu, a 135 quilómetros da cidade de Ondjiva, província do Cunene. A intenção é constatar o sistema de transferência de água, a partir do rio Cunene, para as localidades de Ombala-Yo-Mungo (município de Ombadja), Namacunde e Ndombondola. A percussão é executada por uma mulher de aparente 38 anos, que, com mestria, produz sons melódicos e contagiantes, levando os seus pares a executar vários toques de danças tradicionais. O motivo da festa é a inauguração, hoje, do referido projecto que surge para combater os efeitos da seca na província.

"Aproxima-se o fim de um período negro, que, durante vários anos, aterrorizou a vida das populações do Cunene, razão pela qual eles festejam", descreve o administrador da povoação, Constantino António Chetekela, que parou de fazer a

manutenção na sua viatura para nos atender. O responsável lembra, com melancolia, que, antes da construção do sistema de transferência de água, eram obrigados a caminhar entre 20 e 30 quilómetros à procura do líquido, para o consumo e para dar de beber ao gado. "Não foi fácil. Foram momentos muito difíceis. Durante a caminhada, à procura de água, muitos animais morriam pelo caminho", recorda.

Constantino António Chetekela salientou que o momento mais difícil foi o ano de 2019, altura em que se dá a seca severa na parte Sul do país, com destaque para o Cunene. Estima terem morrido, nessa altura, só no município de Ombanja, por falta de água, cerca de dez mil cabeças de gado.

Sebastião Vicente, uma das vítimas dos efeitos da seca, disse ter perdido 50 cabeças de gado. "Foi muito revoltante ver os animais a morrer, sem poder fazer nada", frisou.

O administrador da povoação de Cafu, localidade onde está a central de bombagem do sistema de transferência de água - praticamente o coração do projecto - contou que o anúncio e o arranque da construção do sistema de transferência de água deixaram as populações muito alegres.

"Ao vê-lo concluído, hoje, posso afirmar que chegou o tempo de trocar as lágrimas pelos sorrisos. A água, que era encontrada a quilómetros de distância, agora está a escassos metros das nossas casas!", destacou, com um sorriso nos lábios.

Sistema de transferência

O sistema de transferência de água, a partir do rio Cunene, para as localidades de Ombala-Yo-Mungo, Namacunde e Ndombondola, tem o coração na povoação de Cafu, comuna de Xangongo, município de Ombanja. É das primeiras respostas concretas ao problema da seca na província do Cunene, desde a independência de Angola, ou seja, há 45 anos.

Até antes da sua existência, o problema da seca na província do Cunene era combatida à base de furos de água. Chegaram a ser abertos, em toda a província, mais de 700 furos, que foram incapazes de atenuar o sofrimento da população, por, na sua maioria, serem negativos.

"Estas perfurações têm sido feitas de forma empírica e só estão a gastar dinheiro", desabafou a governadora do Cunene, Gerdina Didalelwa, durante a visita do Presidente à província, em Julho do ano passado.

O sistema de transferência de água faz parte de um leque de três primeiros projectos estruturantes de combate aos efeitos da seca, aprovados para a província do Cunene, e arrancou em 2019. Tem como principais componentes a estação de bombagem, que, numa primeira fase, vai captar e bombear dois metros cúbicos de água por segundo, ou seja, dois mil litros. Dispõe de uma tubagem pressurizada, com extensão aproximada de dez quilómetros, um canal condutor geral, com uma extensão de 47 quilómetros, e, logo a seguir, no lote 1, uma bifurcação com dois canais, sendo o Leste e o Oeste.

O canal Leste, que vai levar a água a Namacunde, conta com uma extensão aproximada de 55 quilómetros. Já o Oeste, que segue em direcção à povoação de Ndombondola, possui uma extensão aproximada do primeiro. Além dos canais, o sistema de transferência de água conta, igualmente, com 30 chimpacas (reservatórios de água) e 93 bebedouros para as pessoas e para os gados. Cada uma das chimpacas mede 100 metros de comprimento, 50 de largura, cinco a seis de profundidade e uma capacidade de armazenamento de água a variar entre 25 mil metros cúbicos e 30 mil metros cúbicos. Orçado em cerca de 136 milhões de dólares, o projecto vai beneficiar 235 mil pessoas, 250 mil cabeças de gado e reserva uma área aproximada de 5 mil hectares, para a prática da agricultura irrigada.

O director do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos do Ministério da Energia e Águas, Manuel Quintino, referiu, durante a participação na terceira edição do Café CIPRA, estarem, ainda, em construção, na província do Cunene, outros projectos com o mesmo fim. Disse estar em construção, na Bacia Hidrográfica do Cuvelai, o projecto estruturante número 2, que consiste na construção da barragem do Calucuve, associado a um canal e cerca de 44 chimpacas.

"A barragem, em si, tem uma altura de 19 metros, terá um desenvolvimento de cerca de 1829 metros e comportará um reservatório com a capacidade de 100 milhões de metros cúbicos", aclarou.

Manuel Quintino salientou que, na mesma bacia do Cuvelai, arrancou a construção do projecto estruturante número 3, que é a construção da barragem do Ndoe, também associado a um canal que vai levar água da localidade de Ndue até Embundo. Este canal terá uma extensão aproximada de 81 quilómetros e associado a 15 chimpacas.

"Todos estes projectos que mencionei estão localizados na margem esquerda do rio Cunene",

frisou Manuel Quintino, dando a conhecer o arranque de outras acções também na margem direita.

"Estamos a falar de uma intervenção a nível dos municípios da Cahama e do Curoca", explicou. Na Cahama, prosseguiu, prevê-se a reabilitação de uma pequena barragem na secção da Cova do Leão, que vai permitir, depois, o aproveitamento desta água para abastecer algumas sedes comunais. Disse que esta empreitada denomina-se "Projecto Cunene 8", comporta três lotes e está orçado em cerca de 260 milhões de dólares.

Uma previsão a concretizar-se

Quando da sua segunda visita de trabalho ao Cunene, no ano passado, o Presidente da República garantiu que, com a entrada em funcionamento desses projectos, os efeitos da seca na província seriam reduzidos de forma significativa.

"Isto significa que o sofrimento das populações e dos animais aqui da província do Cunene vai mudar, de forma radical, nos próximos anos. Estimamos que seja a partir de 2023 em diante, na medida em que estes projectos forem sendo concluídos", vaticinou, na altura.

A província do Cunene conta com um sistema convencional de captação, tratamento e distribuição de água potável desde 2014, com uma extensão de 172 quilómetros e capacidade de 1024 metros cúbicos de água por hora, a partir de Ombadja, propriamente na vila de Xangongo. Conta, ainda, com um sistema de distribuição de água de OmbalaYo Mungo, inaugurado o ano passado, que beneficia 2200 pessoas. A província tem, igualmente, sete mil e 100 ligações domiciliárias.

8.6 Banco Mundial injecta 300 milhões de dólares para projecto em Angola

Jornal de Angola
6 De Abril de 2022

O Banco Mundial (BM) aprovou um financiamento de 300 milhões de dólares, que vão permitir ao Governo angolano melhorar o abastecimento de água e reforçar a gestão dos recursos hídricos, para uma maior resiliência climática em áreas seleccionadas do país. As alterações climáticas ameaçam a segurança da água e os meios de subsistência em Angola, mas o elevado grau de exposição do país a eventos climáticos extremos ameaçam, ainda mais, a sua estabilidade económica e a segurança e bem-estar da sua população, observou, em comunicado, o BM, ao

admitir que "a seca mais recente, que atingiu o país entre Novembro de 2020 e Janeiro de 2021, foi registada como sendo a pior seca dos últimos 40 anos".

O Projecto de Resiliência Climática e Segurança da Água em Angola (RECLIMA) vai financiar investimentos físicos em áreas urbanas e rurais, bem como actividades de desenvolvimento institucional para aumentar a segurança da água e ajudar a gerir os efeitos climáticos extremos, desde o nível nacional e da bacia até ao nível municipal.

O projecto será implementado nas províncias do Zaire, Benguela, Huíla, Cuanza-Sul, Cuando Cubango, Cunene, Namibe e Luanda, para beneficiar cerca de 1,2 milhões de pessoas.

"As alterações climáticas são uma realidade que já não pode ser ignorada e Angola é um dos países da região que mais sofre com as suas consequências", disse Jean-Christophe Carret, director do BM para Angola, para quem o Banco Mundial tem o prazer de apoiar Angola, pondo em prática medidas de adaptação sustentáveis que atenuem o impacto das alterações climáticas nas pessoas e nos seus meios de subsistência".

O projecto RECLIMA tem três componentes e a primeira inclui a reabilitação e expansão dos serviços de abastecimento de água em áreas urbanas e peri-urbanas, bem como a manutenção e reparação dos sistemas de abastecimento de água rurais. A terceira componente consiste em apoiar a gestão de projectos e a coordenação interinstitucional.

Já a segunda vai apoiar províncias seleccionadas e os seus municípios com investimentos no desenvolvimento de recursos hídricos que incluem investimentos em infra-estruturas a nível comunitário, para aumentar o acesso fiável aos recursos hídricos através da reabilitação e construção de represas de areia, cisternas, pequenos reservatórios, abastecimento de água canalizada, furos, poços protegidos e medidas de conservação do solo e da água em bacias hidrográficas seleccionadas.

O RECLIMA será co-financiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), através de um empréstimo denominado em euros, equivalente a 150 milhões de dólares.

8.7 Benguela mergulhada em crise de água sem precedentes

Novo Jornal

8 De Abril de 2022

Texto: João Marcos

Previsões da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que o mundo está a três décadas da chamada crise hídrica, motivada, entre vários factores, por desigualdades sociais, crescimento demográfico e mau uso dos recursos naturais, mas a província de Benguela parece ter chegado já à era de escassez de água em proporções alarmantes, com centenas de bairros sem abastecimento há mais de duas semanas, conforme ilustram depoimentos colhidos pelo NJ nas principais cidades.

O casco urbano, com moradores de edifícios com até seis andares num «verdadeiro calvário», não é poupado por esta situação que, segundo a versão oficial, encontra justificação na falta de investimentos para manutenção de um sistema de distribuição que absorveu cerca de 600 milhões de dólares norte-americanos.

O montante foi aplicado entre 2004 e 2013, período em que foi construído, no quadro do PAB, Projecto de Águas de Benguela, o sistema de captação, tratamento e distribuição do Luhongo, para suportar Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta. Delineada em resposta ao aumento da demanda, nos planos demográficos e industrial, a terceira fase, no valor de 265 milhões de dólares norte-americanos, não saiu do papel.

"Não houve ampliação do sistema, estivemos dez anos sem investimentos no sector das águas", disse o vice-governador para a esfera económica, técnica e de infra-estruturas, Adilson Gonçalves, numa mesa redonda que serviu para dar a conhecer à opinião pública o essencial do programa de obras de emergência em curso desde Janeiro.

Estas obras, financiadas pela empresa ASGC, do Reino Unido, reservam 80 milhões de euros para as águas, apenas para "repor" a capacidade perdida ao longo dos anos sem investimentos.

"vamos repor a capacidade perdida, de 1,5 metros cúbicos por segundo, quando o ideal, tendo em conta a terceira fase do PAB, era aumentar a produção, servir mais cidadãos", resume o governante"

O Projecto de Águas de Benguela continua à espera de recursos, vincou o vice-governador, num fórum em que o arquitecto Felisberto Amado, professor universitário, reafirmou que, mesmo sem a terceira e

última fase, o montante investido deveria estar a produzir, hoje, resultados satisfatórios. "Sistemas como o que temos já não são usados, faltou, como tenho dito, uma barragem no rio Catumbela, o manancial do projecto", salientou.

Amado considera que milhares e milhares de metros cúbicos de água saem dos rios e acabam perdidos no Oceano Atlântico, numa demonstração de que "o potencial hídrico continua a ser desperdiçado".

O arquitecto lamenta que 80 milhões de euros, parte dos 415 milhões que conformam o orçamento total do programa integrado de obras, sirvam apenas para "minimizar" o quadro actual.

O mau uso dos recursos naturais, uma das preocupações de Felisberto Amado, está, vale lembrar, entre as razões que levam a ONU a apontar para uma crise hídrica no mundo, com previsões de biliões de pessoas afectadas.

Para já, afectadas estão as jovens Tucha Sampaio e Ducha, que dizem estar a "subir montanhas" para conseguir o precioso líquido.

"As torneiras em casa deixaram de funcionar, estamos a sofrer bastante, pagando 100 kwanzas por cada balde de água", sublinharam as moradoras dos bairros Vimbalmi e Taka, arredores de Benguela.

Segundo Ducha, 22 anos de idade, a falta de água vem "atrapalhar ainda mais a vida das pessoas, uma vez que as famílias continuam com o problema da fome".

Antevendo um "crescente" cenário de garimpo, o camponês Augusto Manuel Camboa, ouvido pelo NJ no mesmo perímetro, revela que a água de condutas públicas já está a ser vendida, alertando para a necessidade de uma rápida intervenção das autoridades.

"Isso é muito sério, é gravíssimo, porque muitas pessoas quererão tirar lucros, quando as condutas são públicas, pertencem a todos os cidadãos", avisa o produtor.

Na cidade do Lobito, este problema, visível sobretudo nas zonas altas, incluindo a centralidade, foi motivo de uma manifestação no passado dia 04, no vigésimo aniversário da paz e reconciliação nacional, com activistas a sugerir a necessidade de uma "verdadeira paz". As Empresas de Águas e Saneamento de Benguela e do Lobito, transformadas numa única, a Empresa Provincial, já em Diário da República, fez saber que o mercado nacional não oferece os equipamentos de que o sistema de distribuição necessita para atenuar o problema.

As «barragens imaginárias» do PR e os perigos da falta de auscultação

Da província do Cunene, o ponto mais alto das celebrações do Dia da Paz e Reconciliação Nacional, 04 de Abril, chegou, com referências ao combate à corrupção pelo meio, um exemplo de "interesse" do Governo angolano na solução de problemas no domínio das águas.

João Lourenço, enquanto Presidente do MPLA, partido no poder, destacou a barragem do Cafu, avaliada em 137 milhões de dólares norte-americanos, e assinalou que "o dinheiro roubado por uma só pessoa" seria suficiente para quatro ou cinco empreendimentos similares.

As palavras do PR, resumidas na importância de barragens numa Angola com o potencial hídrico conhecido, encaixam-se como uma luva nas posições do arquitecto Felisberto Amado e do empresário Cristóvão Tofo, avançadas pelo Novo Jornal na perspectiva do aproveitamento hidroeléctrico.

Esta dupla, que até nem olha tanto para o dinheiro "roubado", tem vindo a alertar para os perigos dos chamados projectos de subordinação central, sem qualquer parecer dos beneficiários, os técnicos locais, e da academia. Amado e Tofo, o «engenheiro do povo», conhecido por estar a reabilitar minihídricas em Benguela, acham que os montantes disponíveis em "grandes projectos" no País podem ter, se forem inclusivos, um aproveitamento bem melhor e sustentável.

Por isso, a título de exemplo, Felisberto não percebe que não exista uma barragem no projecto de Águas de Benguela, que oscila em tempos de estiagem (falta de chuva).

Estas observações coincidem com perspectivas de investimentos do Banco Mundial (BM), num total de 300 milhões de dólares para apoiar o Governo a melhorar o fornecimento de água e a reforçar a gestão dos recursos hídricos em várias províncias, entre as quais Benguela e Cunene.

Internamente, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, abordado recentemente em Benguela, fez saber que as empresas do sector esperam receber dívidas de largos biliões de kwanzas decorrentes da prestação de serviços, chegando a lamentar a presença de inúmeras entidades públicas (empresas, ministérios e forças de segurança) entre os devedores.

8.8 Cunene ganha imponente canal de transferência de água em 20 anos

Novo Jornal

8 De Abril de 2022

A província do Cunene, que há anos tem sido «fustigada» pela seca, que deixa uma significativa devastação florestal e morte, conta desde o dia 04, Dia da Paz, com um sistema de transferência de águas cujo funcionamento deverá reduzir o impacto do referido fenómeno na região.

O projecto, denominado «Canal do Cafu», faz parte de uma serie de investimentos que as autoridades angolanas se comprometeram a realizar desde 2019, visando combater a seca que assola as províncias do Sul do País, que segundo um relatório de Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (PDNA) teve início em 2011.

De acordo com ainda com o referido relatório, face ao agudizar do fenómeno, a província do Cunene registou um significativo aumento no número de casos de subnutrição, que de 1.357 casos em 2011, «disparou» para 9.999, em 2015.

Já em 2019, segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNI- CEF), nas províncias de Namibe, Huíla, Bié e Cunene, a seca afectou cerca de 2,3 milhões de pessoas, das quais quase 500 mil foram crianças.

No mesmo período, só no Cunene, mais de 72 mil bovinos morreram, entre os meses de Abril e Dezembro por falta de água. Houve também relatos de mortes de pessoas, cujo número nunca foi determinado oficialmente. Face ao «flagelo» muitas famílias refugiaram-se na vizinha República da Namíbia.

Entretanto, com a inauguração do «Canal do caiu», realizada pelo Presidente da República, a realidade poderá vir a ser alterada. O Canal vai transferir água a partir do rio Cunene para a povoação do Cafu, e para as localidades como a om - bala Yo Mungo, Namacunde e Ndombondola.

O referido sistema tem como principais componentes a estação de bombagem que, numa primeira fase, vai captar e bombear dois metros cúbicos de água por segundo. E dispõe de uma tubagem que manda dez quilómetros, um canal condutor geral de 47 quilómetros e, logo a seguir, no lote 1, uma bifurcação com dois canais, sendo o Leste e o Oeste.

O canal Leste, que vai levar a água a Namacunde, conta com uma extensão aproximada de 55 quilómetros. Já o Oeste, que segue em direcção à povoação de Ndombondola, possui uma extensão aproximada do primeiro. Para além dos canais, o sistema de transferência de água conta, igualmente, com 30 chimpacas (reservatórios de água) e 93 bebedouros para as pessoas e para o gado.

Cada uma das chimpacas mede 100 metros de comprimento, 50 de largura, cinco a seis de profundidade e uma capacidade de armazenamento de água a variar entre 25 mil metros cúbicos e 30 mil metros cúbicos. O projecto foi orçado em 136 milhões de dólares.

A República Federativa do Brasil, através da sua embaixada, já felicitou, em nota, o Governo angolano pela construção do canal, e fez saber que, brevemente, uma missão técnica brasileira, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação, vai realizar visitas a Luanda e ao Cunene, para aprofundar a troca de experiência e explorar novas oportunidades de cooperação na área de combate à seca e desenvolvimento de áreas irrigadas.

8.9 Água chega a “conta-gotas” às habitações do Capari

Jornal de Angola

9 De Abril de 2022

Texto: Alfredo Ferreira

Com o bebé às costas, Maria Fernandes, que vive há três anos num dos apartamentos do segundo piso, no bloco-6 da Urbanização do Capari, no Bengo, sobe os degraus transportando uma bacia com água à cabeça. Há meses que a mulher, de 33 anos, faz o mesmo exercício todos os dias.

"É muito cansativo. Mas, fazer o quê se não tem água em casa. Nós que vivemos nos apartamentos de cima estamos a sofrer muito. A água, ou sai a conta-gotas ou ficamos muitos dias sem ela", avançou.

Segundo a moradora, nos últimos tempos, "a Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) só sabe fazer cobranças e cortes. Já não se importa com a qualidade dos serviços prestados. Tomar banho agora é por meio de jarras, bacias ou baldes. A água já não sai no chuveiro, porque chega aqui sem a força necessária para subir até ao segundo piso desses edifícios".

Outra moradora do bloco-6, Emília Pascoal, 32 anos, informou que quando a água sobe, chega turva e sai das torneiras com pouca pressão. "O melhor mesmo

é descermos todos para lutar no jardim, onde há uma torneira de serviço", explicou, para de seguida apelar à EPAL no sentido de melhorar os serviços de abastecimento à Urbanização do Capari.

Visivelmente cansada, Marília Dembo trabalha numa das residências do bloco-9 e quer ver o problema rapidamente resolvido. A empregada doméstica, além de realizar diversos serviços é, também, obrigada a transportar muita água para o consumo e a higiene corporal.

"Desde que começou esse problema, estou a chegar aqui muito cedo para esticar a mangueira até à torneira, e encher as bacias e bidões", disse Marília, que de segunda a sábado sai, às 5h00 da manhã, da sua casa, no Panguila, para trabalhar no Capari.

Irritada com a situação, Lemba Pascoal, que vive numa residência do segundo piso, não entende porquê, muitas vezes, a água sai apenas depois das 8h00, período em que a maior parte dos funcionários marca presença nos seus locais de trabalho.

Na Centralidade do Capari, o Jornal de Angola constatou que a água "corre" apenas no período entre às 7h00 e 12h00. Nas residências do rés-do-chão sai com muito pouca pressão e, por esse motivo, já não chega aos apartamentos de cima.

Como consequência disso, os moradores descem em busca da água nas torneiras de serviço, que funcionam nos espaços reservados para o jardim, onde, logo às primeiras horas, observam-se filas de pessoas com bidões, baldes e banheiras. Invadem as calçadas. A maioria, depois de encher os recipientes, deixa a torneira aberta. A água verte-se pelo asfalto.

Causas identificadas

"Avaria do diafragma e dos fusíveis das bombas, além de tanques sujos, são as principais causas que estão na base da fraca pressão e da má qualidade da água que chega às residências da Urbanização do Capari", disse uma fonte do Jornal de Angola junto da direcção da EPAL.

Segundo a fonte, a Estação de Tratamento de Água (ETA) do Capari é composta por quatro bombas, duas das quais para bombear a água do rio Dande até aos reservatórios da urbe, e outras duas para garantir a distribuição.

"O que acontece é que, nesta altura, apenas uma das bombas está a levar a água aos apartamentos do Capari, e outra para a localidade do Panguila. Portanto, das quatro bombas, apenas uma trabalha a 100 por cento, uma encontra-se avariada e as restantes funcionam a 50%", revelou.

Acrescentou que o reservatório da urbanização possui uma capacidade para apenas cinco metros cúbicos de água, e metade disso (2,5 metros cúbicos) vai para o Panguila.

"Este é outro problema que faz com que a distribuição da água seja deficiente, nesta urbanização, onde os moradores dos blocos 1,2, 7 e 8 são os únicos sem motivos de queixas", aclarou.

Actualmente, a Urbanização do Capari possui mais de 17 mil moradores. A urbe, erguida numa área de 90,5 hectares, foi concebida para quatro mil apartamentos e albergar cerca de 24 mil habitantes.

8.10 População dos Cinco Fios clama por água e luz eléctrica

Jornal de Angola

9 De Abril de 2022

Texto: Pedro Bica

A população do bairro Cinco Fios, localizado nas imediações da Urbanização do KK-5000, município de Belas em Luanda está a clamar por serviços de água potável e de energia eléctrica.

Numa ronda efectuada ao bairro, o *Jornal de Angola* constatou que a situação de falta de água e energia eléctrica na zona é antiga e, apesar das promessas feitas pelas autoridades, os referidos serviços ainda não estão disponíveis nos Cinco Fios.

Paulino Adão, 45 anos, morador no bairro, há uma década, diz que, diariamente, é obrigado a recorrer aos tanques da vizinhança e no projecto habitacional KK-5000, para acarretar água.

"É uma situação difícil de aceitar, quando a conduta que abastece a água à Cidade do Kilamba passa pelo bairro, tal como é inadmissível a questão da energia eléctrica", lamentou.

O morador espera que, numa primeira fase, a Administração do Distrito Urbano do Kilamba possa levar a cabo um projecto de instalação de chafarizes, para, depois, avançar com as ligações domiciliárias no bairro.

Com um semblante triste, dona Josefa da Piedade, outra moradora, realça que o bairro é antigo e nasceu muitos anos da Cidade do Kilamba, daí apelar para a necessidade de se instalar os serviços de água potável e luz eléctrica.

"Nós já fomos vítima de demolições em massa e muitas famílias tinham perdido tudo. Hoje, a zona está a crescer e mais organizada, por isso, ser hora de

ter os serviços básicos como nos outros bairros de Luanda"

Habitado, maioritariamente, por naturais do Uíge, Cuanza-Norte, Malanje, Bié e Huambo, o bairro dos Cinco Fios tem uma população que se dedica ao campo e a pequenos negócios em cantinas e bancadas de rua. As casas da zona são, grande parte delas, precárias, feitas a base de chapas de zinco, pequenos pedaços de madeira e adobe.

Nas próximas edições, o *Jornal de Angola* vai tentar, mais uma vez, procurar ouvir responsáveis da Administração do Distrito Urbano do Kilamba, com vista a abordar os projectos que existem para aquela zona do município de Belas. No primeiro contacto, a Administração mostrou-se indisponível para uma entrevista ao nosso diário.

8.11 Consumo de água imprópria preocupa Comissão da Justiça

Jornal de Angola

16 De Abril de 2022

Texto: Kayila Silvina

O consumo de água imprópria pelos reclusos da unidade penitenciária do Kivanda, na comuna de Mangue Grande, cerca de 65 quilómetros da cidade do Soyo, na província do Zaire, preocupa a Comissão Provincial de Coordenação da Justiça local.

A preocupação consta entre as conclusões e recomendações da I Reunião da Comissão Provincial de Coordenação da Justiça no Zaire, realizada quinta-feira, em Mbanza Kongo.

Os participantes ao encontro concluíram que a situação de consumo de água não tratada, associada à carência logística para o asseguramento da dieta alimentar dos detentos, tem resultado no surgimento de várias doenças no seio da população penal daquele estabelecimento prisional.

O estado de degradação das infra-estruturas da unidade penitenciária do Kivanda e do Nkiende (em Mbanza Kongo), assim como a superlotação constitui outra preocupação da Coordenação da Justiça, por colocar em risco a integridade física dos reclusos e dos agentes prisionais.

Para mudar o quadro, a Comissão solicita ao Gabinete Provincial da Saúde, para orientar as repartições municipais a destacarem equipas médicas às referidas unidades prisionais com vista a efectuarem consultas de rotinas e medicar os reclusos diagnosticados com certas patologias.

A falta de um centro de reeducação de menores em conflito com a lei a nível da província do Zaire, que tem resultado na ineficácia das medidas de prevenção criminal aplicadas a crianças, constitui outra preocupação da referida Comissão, pelo que solicita ao Governo Provincial para construir um Centro de Observação e Internamento e criar a comissão tutelar para o acompanhamento dos mesmos.

O fenómeno do contrabando de combustível foi, também, discutido na I Reunião Ordinária da referida Comissão, tendo-se recomendado a responsabilização criminal dos trabalhadores dos postos de abastecimentos, por facilitarem essa actividade ilegal.

8.12 País elabora Carta Hidrogeológica de águas subterrâneas para a seca

Jornal de Angola

19 De Abril de 2022

Texto: Xavier António

O Executivo elaborou uma Carta Hidrogeológica no plano das águas subterrâneas, com base num banco de dados de poços perfurados e fontes hídricas, com o objectivo de sugerir medidas e acções a curto, médio e longos prazos, para mitigar as consequências da seca na região Sul de Angola.

A informação foi prestada, segunda-feira, em Luanda, pelo presidente do Conselho de Administração (PCA) do Instituto Geológico de Angola (IGEO), Canga Xiaquivuila, que discursava na abertura do primeiro workshop nacional de Águas Subterrâneas nas bacias do Cunene, Cuvelai e Cubango, com o apoio do Banco Mundial.

De acordo com Canga Xiaquivuila, a elaboração de uma Carta Hidrogeológica está inserida no Plano Nacional de Geologia (PNG). Outro aspecto importante, informou, é o trabalho conjunto que está a ser realizado entre o Instituto Federal de Geociências e Recursos Naturais da Alemanha (BGR) e uma equipa do IGEO, que realizou trabalhos de campo desde o perfil da Chibemba, província da Huíla, até ao Cuvelai (Cunene).

Na sua intervenção, disse que Angola tem uma secular história de serviços geológicos, para quem, ao longo desse percurso, vem sendo aperfeiçoada a capacitação técnica do capital humano, o apetrechamento em equipamento e, sobretudo, o melhoramento do conhecimento geocientífico do território nacional.

Segundo o responsável, o percurso da institucionalização da actividade geológica e mineira em Angola, depois da independência, começou com a recuperação da Direcção Provincial de Geologia e Minas, fundada em 1974, ainda na era colonial. "Esta instituição perdurou até 1977, dando lugar à Direcção Nacional de Geologia e Indústria Mineira", recordou.

Em 1989, acrescentou, foi institucionalizada a Comissão Nacional de Reestruturação de Geologia e Indústria Mineira. A estrutura deu lugar à Secretária de Estado da Geologia e Minas, que existiu de 1992 a 1994.

Também, Canga Xiaquivuila referiu que o IGEO surge numa época em que a legislação sobre a actividade geológico-mineira estava dispersa, o conhecimento geológico era produzido por métodos antigos e o país possuía poucos quadros formados em geociências. "Mais de uma década depois da criação do IGEO, em 2009, foi aprovado o Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO), cuja implementação arrancou em 2013", sublinhou.

Avanços

O PCA do IGEO destacou ainda que o capital humano da instituição dotou-se de mais competências técnicas, com sede apetrechada, tal como a qualidade da informação geológica melhorou e foram construídos três laboratórios de apoio à investigação geológica, dois dos quais já inaugurados em Luanda e no Lubango e o terceiro com inauguração programada para o Dia do Trabalhador Mineiro.

Para o gestor, o IGEO ganhou visibilidade a nível internacional, com participações em conferências internacionais, tendo criado, igualmente, oportunidade de formação aos técnicos, através da cooperação com instituições congéneres, e desenvolveu um grande potencial de prestação de serviços.

Catologação, tratamento e criação da base de dados de poços de águas subterrâneas das províncias do Namibe, Cunene e Cuando Cubango, capacidade técnica do IGEO para a prospecção de águas subterrâneas, caracterização geológica e sísmica passiva da Bacia Hidrográfica do Cuvelai-Cuando Cubango, destacam-se entre os assuntos abordados no encontro que acolheu, também, uma mesa redonda sobre "As águas subterrâneas: elemento chave para a resiliência climática e o desenvolvimento".

8.13 Banco Mundial injecta 300 milhões de dólares para projecto em Angola

Jornal de Angola

6 De Abril de 2022

O Banco Mundial (BM) aprovou um financiamento de 300 milhões de dólares, que vão permitir ao Governo angolano melhorar o abastecimento de água e reforçar a gestão dos recursos hídricos, para uma maior resiliência climática em áreas seleccionadas do país. As alterações climáticas ameaçam a segurança da água e os meios de subsistência em Angola, mas o elevado grau de exposição do país a eventos climáticos extremos ameaçam, ainda mais, a sua estabilidade económica e a segurança e bem-estar da sua população, observou, em comunicado, o BM, ao admitir que "a seca mais recente, que atingiu o país entre Novembro de 2020 e Janeiro de 2021, foi registada como sendo a pior seca dos últimos 40 anos".

O Projecto de Resiliência Climática e Segurança da Água em Angola (RECLIMA) vai financiar investimentos físicos em áreas urbanas e rurais, bem como actividades de desenvolvimento institucional para aumentar a segurança da água e ajudar a gerir os efeitos climáticos extremos, desde o nível nacional e da bacia até ao nível municipal.

O projecto será implementado nas províncias do Zaire, Benguela, Huíla, Cuanza-Sul, Cuando Cubango, Cunene, Namibe e Luanda, para beneficiar cerca de 1,2 milhões de pessoas.

"As alterações climáticas são uma realidade que já não pode ser ignorada e Angola é um dos países da região que mais sofre com as suas consequências", disse Jean-Christophe Carret, director do BM para Angola, para quem o Banco Mundial tem o prazer de apoiar Angola, pondo em prática medidas de adaptação sustentáveis que atenuem o impacto das alterações climáticas nas pessoas e nos seus meios de subsistência".

O projecto RECLIMA tem três componentes e a primeira inclui a reabilitação e expansão dos serviços de abastecimento de água em áreas urbanas e peri-urbanas, bem como a manutenção e reparação dos sistemas de abastecimento de água rurais. A terceira componente consiste em apoiar a gestão de projectos e a coordenação interinstitucional.

Já a segunda vai apoiar províncias seleccionadas e os seus municípios com investimentos no desenvolvimento de recursos hídricos que incluem investimentos em infra-estruturas a nível

comunitário, para aumentar o acesso fiável aos recursos hídricos através da reabilitação e construção de represas de areia, cisternas, pequenos reservatórios, abastecimento de água canalizada, furos, poços protegidos e medidas de conservação do solo e da água em bacias hidrográficas seleccionadas.

O RECLIMA será co-financiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), através de um empréstimo denominado em euros, equivalente a 150 milhões de dólares.

8.14 Banco mundial financia Luena com 10 milhões de USD

Jornal Expansão

8 De Abril de 2022

Texto. Graciete Xavier

Dez milhões de dólares norte-americanos são o valor disponibilizado pelo Banco Mundial (EM) para financiar o Plano Director de Saneamento (PDS) da cidade do Luena, capital da província do Moxico.

O PDS da cidade do Luena prevê, entre outras acções, a melhoria das condições de habitabilidade nas zonas periféricas urbanas, abastecimento de água, saneamento, drenagem e resíduos sólidos, em todos os bairros da cidade.

O PDS, que será trabalhado durante 12 meses antes de ser implementado, vai avaliar e identificar as melhores soluções de saneamento, incluindo instalações sanitárias, gestão de resíduos de água e dejectos fecais, rede de esgotos, entre outros.

O PDS do Luena foi apresentado ao governador provincial do Moxico, Gonçalves Muandumba, que elogiou a iniciativa por ser importante para o bem-estar das comunidades.

Em declarações à imprensa, a coordenadora, Suzana Soares, avançou que o projecto será implementado em três fases, nomeadamente, levantamento da situação actual de saneamento, elaboração do plano estratégico e do plano de acção.

Durante o projecto, serão realizados 500 inquéritos, visitas de campo a todos os bairros, consultas públicas às comunidades com grupos focais, entre outros.

Segundo Suzana Soares "para sucesso do PDS será necessário obter informações relacionadas aos sectores da saúde, educação, gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, Ministério da Acção Social, da Família e Promoção da Mulher bem como

o gabinete provincial para o Desenvolvimento Económico".

Serão implementados ainda vários planos directores de saneamento nas cidades de N'Dalatan- do (Cuanza Norte), Kuito (Bié) e Huambo, com um valor total de investimento avaliado em 40 milhões USD para cada cidade.

A iniciativa visa melhorar as estratégias de acesso ao saneamento básico. A cidade do Luena é a capital da província de Moxico e tem mais de 320 mil habitantes.

8.15 Cazenga e Elisal assinam contrato de seis mil milhões kz

Jornal Expansão
8 De Abril de 2022

A Administração Municipal do Cazenga e a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal) assinaram um contrato para prestação de serviços de limpeza e gestão de resíduos sólidos urbanos.

O contrato, com duração de 36 meses, está avaliado em cerca de seis mil milhões kz para serviços de varredura de ruas, limpeza de feiras e locais de eventos, recolha contentorizada, transporte e transferência dos resíduos até ao aterro sanitário dos Munlensos, bem como a pré-recolha e limpeza de valas e colectores. A operadora Elisal foi a vencedora do concurso público simplificado promovido pela administração do Cazenga no âmbito da desconcentração dos serviços administrativos dos órgãos centrais.

O acto, que aconteceu no Marco Histórico dos Heróis do 4 de Fevereiro, resulta igualmente da municipalização dos serviços de limpeza e gestão de resíduos.

Na ocasião, a governadora da província de Luanda, Ana Paula de Carvalho, disse que a gestão integrada, em vigor desde Abril de 2021, é um modelo que privilegia a participação activa e pontual das autoridades locais e adiantou que a fiscalização dos serviços de limpeza pública e gestão dos resíduos sólidos tem sido um dos maiores desafios que a província de Luanda enfrenta nos últimos anos.

A assinatura do contrato entre vai permitir a intervenção imediata, sobretudo nas áreas de maior produção de resíduos sólidos urbanos. Segundo a governadora, a gestão eficiente da limpeza nos municípios vai garantir uma melhoria dos indicadores em termos de saúde pública, redução da poluição ambiental.

Entretanto, o PCA da Elisal, Gonçalves Imperial, disse que o município será reforçado com 16 camiões compactadores, 50 contentores, pás carregadoras e giratória para a recolha do lixo numa extensão territorial de 46.832 quilómetros quadrados e uma população estimada em um milhão 470 mil e 398 habitantes.

Há sensivelmente um ano a administração municipal do Cazenga contratou algumas cooperativas comunitárias para a recolha de lixo nas áreas de difícil acesso, que eram supervisionadas pela Elisal, mas ao que parece os resultados não foram eficazes.

8.16 Acordo com o Unicef propõe melhoria do saneamento básico

Jornal de Angola
12 De Abril de 2022
Texto: Edna Mussalo

Um acordo para o melhoramento do saneamento nas comunidades do município de Viana, na província de Luanda, foi esta segunda-feira assinado, entre o Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Eugénio Laborinho fez o pedido durante a abertura do 7º Conselho Consultivo Alargado do Serviço de Investigação Criminal, que decorre até sábado, na sede da corporação, situada no município de Cacuaço.

No acto, o ministro disse que, o ano passado, o SIC registou 10.873 crimes de homicídio voluntário, menos 617 casos se comparado ao igual período do ano de 2020. Na maioria dos casos, explicou, os crimes foram praticados por pessoas conhecidas ou familiares, por motivos passionais, crença no feiticismo e desentendimentos.

O encontro, destacou, é, também, o mais adequado para analisar o desempenho do SIC e melhorar o controlo do potencial delituoso, incluindo os condenados, detidos ou soltos, e os sujeitos a apresentação periódica.

O ministro, que reconhece as dificuldades financeiras do SIC, causadoras do desgaste dos meios e equipamentos durante as acções, pediu à estes efectivos da corporação para estarem melhor preparados, tecnologicamente, para elevar o grau de eficiência e eficácia.

O ano passado, sublinhou, o SIC registou uma redução de 1.438 crimes de natureza diversa, dos quais 62 por cento foram esclarecidos, devido as

medidas de prevenção criminal e o trabalho operacional, com realce ao combate do tráfico de drogas e os crimes económicos. "Nesta fase em que o país se prepara para as eleições é preciso uma especial atenção a segurança pública, através de acções de prevenção", disse.

A melhoria da qualidade dos serviços prestados à população é outro assunto essencial, para Eugénio Laborinho, para quem é fundamental os órgãos afectos à defesa continuarem a ter respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos e garantir a sua liberdade. "É preciso mais acções preventivas e repressivas de combate a criminalidade, em essencial neste período que se registam muitos casos de vandalismo aos bens públicos", acrescentou.

O director do SIC, Paulo Bendje, disse, durante o Conselho Consultivo, que o órgão vai dar especial atenção aos quadros jovens e as mulheres, por serem o garante da continuidade, mas pediu destes maior humildade e respeito aos veteranos, para a transição geracional ocorrer na normalidade.

Nos primeiros cinco meses do ano, destacou, foram registadas certas ocorrências que envolveram efectivos do SIC e mancharam a imagem da corporação, por isso pediu aos efectivos uma postura diferente, "que salvaguarda o bom nome da instituição".

O 7º Conselho Consultivo Alargado, do Serviço de Investigação Criminal vai analisar a vida interna do órgão e a tipicidade de alguns crimes ocorridos pelo país. Os crimes de natureza económica e financeiro, como os de peculato e corrupção, constam igualmente entre as prioridades.

8.17 Elisal reforçada com meios para a limpeza de Luanda

Jornal de Angola

12 De Abril de 2022

Texto: Edivaldo Cristóvão

O lixo e os amontoados de resíduos sólidos que criam transtornos aos moradores da cidade de Luanda podem ter os dias contados. Esta possibilidade foi levantada esta segunda-feira, durante a celebração de um contrato entre a Comissão Administrativa de Luanda e a Elisal.

De acordo com a presidente da Comissão Administrativa de Luanda, Antónia Nelumba, o contrato com empresa de saneamento está avaliado em mais de 14 mil milhões de Kwanzas, para atender toda a extensão do município, concretamente, os

distritos do Rangel, Ingombota, Sambizanga, Maianga, Kilamba Kiaxi, Samba e Luanda.

A presidente explicou que a Elisal ganhou o concurso público, no âmbito da aquisição de serviços de limpeza, com um processo iniciado há já algum tempo, pelo Governo Provincial de Luanda, tendo este ano iniciado a desconcentração, passando o serviço de limpeza sob responsabilidade dos municípios.

Os serviços da Elisal, referiu, incluem limpeza, saneamento básico e poda de árvores. Antónia Nelumba pediu à operadora para cumprir com a recolha e aos munícipes a darem melhor tratamento ao lixo, fazendo fundamentalmente a separação.

A governante lembrou que a Elisal já é uma empresa conhecida e tem mostrado um trabalho satisfatório. E espera, por isso, que, com este contrato, a situação melhore cada vez mais.

Mais contentores

O presidente do Conselho de Administração da Elisal, Gonçalves Imperial, garantiu que a empresa dispõe dos equipamentos necessários para dar uma outra dinâmica à limpeza a nível da cidade de Luanda, incluindo as zonas de difícil acesso.

A Elisal, disse, reforçou o seu equipamento, com 1.300 contentores, 35 camiões compactadores, camiões para varrer e lavar as ruas, bem como outros meios que permitem a limpeza de valas de drenagem.

Além de Luanda, a Elisal também opera no município do Cazenga.

8.18 Elisal desconhece como cobrar taxa de limpeza e não tem condições para separar lixo

Jornal Expansão

15 De Abril de 2022

A Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), que nas últimas duas semanas venceu os concursos realizados pelos municípios de Luanda e Cazenga (onde já prestava serviços de limpeza), reconhece que ainda não sabe como será cobrada a taxa prevista no novo modelo de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). Fonte do Governo Provincial de Luanda (GPL) acredita que a Elisal está bem posicionada para vencer os restantes concursos municipais.

O novo modelo, que já está a ser implementado, entrega boa parte das responsabilidades às administrações locais, com o Governo Provincial de Luanda e GPL) a assumir o papel de fiscalizador do processo. Para além da taxa de limpeza, o novo modelo também prevê a separação de resíduos, funções que a Elisal ainda desconhece como poderão funcionar.

Segundo Nelson Pascoal, porta-voz da Elisal, a empresa pública apenas venceu dois concursos nos municípios de Luanda e Cazenga. A actividade que mantém nos municípios de Belas e Cacuaco resulta das rescisões de contrato anunciadas durante o ano passado. "Para continuar a operar nessas áreas é necessário concorrer aos concursos públicos, que ainda não foram realizados", explica.

"Podemos afirmar que a Elisal tem a intenção de concorrer aos restantes municípios mas neste momento é apenas isso: uma intenção. Só as administrações municipais poderão dizer quem está bem colocado. Do nosso lado, nem sabemos quais são as empresas concorrentes", garante Nelson Pascoal em conversa como Expansão.

Sobre a cobrança da taxa de limpeza, a Elisal reconhece que está prevista na lei e que deve ser implementada, mas afirma desconhecer quando e como isso poderá acontecer. "Na verdade, estas questões ultrapassam-nos, são as administrações que lideram o processo. Enquanto operadora não temos grandes comentários a fazer sobre a taxa de limpeza", explica o porta-voz da empresa pública, que ainda sublinha que "neste momento não há condições para fazer separação de resíduos".

"Mas é um tema que nos preocupa, seguramente. Temos de avançar neste sentido e na Elisal estamos conscientes dessa necessidade", assegura Nelson Pascal.

A lei nº 107j16 indica que os valores previstos para a taxa de limpeza vão dos 1.500 a 2.500 kz para as famílias e de 12.500 a 164.000 kz para as empresas, com a cobrança a ser feita na factura da energia eléctrica. Quem não possui contrato de fornecimento de energia poderá ser cobrado directamente pelas operadoras ou empresas cobradoras, segundo a lei.

Também o Plano de Gestão de Resíduos do Cazenga, consultado pelo Expansão, avança especificamente com uma Taxa de Limpeza Pública (TLP) "fixa por escalões, devida por todos os utilizadores do Sistema Público de Gestão de Resíduos da Província de Luanda e cobrado através da factura da energia". Segundo aquela administração municipal, o pagamento da TLP permite "cobrir os encargos com

a limpeza urbana, que compreende os serviços de varredura manual de ruas e passeios, varredura mecânica de ruas, varredura de feiras e locais de eventos e a recolha de resíduos sólidos".

Para o sector empresarial, o Cazenga propôs a cobrança de uma Taxa de Recolha Comercial (TRC) devida "pelas pessoas colectivas, cujo valor varia em função da classificação do estabelecimento".

Contrato avaliado em 14 mil milhões kz

De acordo com a presidente da comissão Administrativa de Luanda, Antónia Nelumba, o contrato com a empresa de saneamento está avaliado em mais de 14 mil milhões Kz (cerca de 33 milhões USD) para atender toda a extensão do município, incluindo os distritos do Rangel, Ingombota, Sambizanga, Maianga e Samba.

Os serviços da Elisal, referiu Antónia Nelumba, incluem a limpeza, saneamento básico e poda de árvores e pediu à operadora para cumprir também com a separação de resíduos.

O presidente do Conselho de Administração da Elisal, Gonçalves Imperial, garantiu que a empresa reforçou a quantidade de equipamentos, com destaque para novos 1.300 contentores, 35 camiões compactadores, camiões para varrer e lavar as ruas, bem como outros meios que permitem a limpeza de valas de drenagem.

Neste momento, ainda falta concretizar mais sete concursos municipais para a recolha de RSU:

Belas, Cacuaco, Talatona, Viana, Icolo e Bengo, Quiçama e Kilamba Kiaxi. Em 2016, a recolha de resíduos na província de Luanda estava avaliada em 365,5 milhões USD, segundo cálculos do Expansão baseados no Diário da República.

M.G.

8.19 Administrações municipais assinam contratos com operadoras

Novo Jornal
22 De Abril de 2022

As administrações municipais começaram, este mês, a assinar os contratos de prestação de serviço com as operadoras de limpeza, no âmbito da desconcentração dos serviços administrativos dos órgãos centrais para os locais do Estado. O procedimento cumpre o Despacho Presidencial de 9 de Fevereiro de 2022, que autoriza a abertura de

concurso público limitado por prévia qualificação para a aquisição de serviços de limpeza e recolha de resíduos sólidos na província de Luanda. Cabe ao Governo provincial de Luanda (GPL) autorizar e aprovar as peças do concurso, nomear as comissões de avaliação e verificar a legalidade dos referidos actos.

Com a descentralização dos serviços de limpeza, o GPL vai passar apenas a supervisionar e fiscalizar o processo, cabendo às administrações municipais a selecção e o pagamento dos operadores. As empresas contratadas devem realizar serviços de varredura de ruas, limpeza de feiras e locais de eventos, recolha contentorizada, transporte e transferência dos resíduos até ao aterro sanitário dos Mulenvos, bem como a pré-recolha e limpeza de valas e colectores.

Actualmente, apenas o Cazenga e a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) celebraram os contratos. Arribas assinaram com a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), empresa pública que recentemente foi reforçada pelo GPL com meios técnicos, como contentores e camiões. No caso do Cazenga, o contrato com a ELISAL está avaliado em cerca de seis mil milhões Kz e tem a duração de 36 meses. Já com a CACL, o contrato de prestação de limpeza tem a validade de um ano e vai custar mais de 14 mil milhões Kz.

Outros municípios, como o Kilamba-Kiixi e o Icolo e Bengo, aguardam pelo resultado do concurso realizado em Fevereiro. No caso do Kilamba-Kiixi, segundo o director do Saneamento e Ambiente, Fernando Soba, à ANGOP, o processo teve a participação de sete empresas e encontra-se em fase de averiguação das capacidades técnicas, financeiras e de pessoal, pelo que brevemente o vencedor será anunciado. Em Icolo e Bengo, estavam inscritas três empresas, mas foram aceites apenas duas, porquanto uma das concorrentes não reunia os critérios exigidos pela Lei de Contratação Pública.

O plano de municipalização dos serviços de limpeza estava previsto para ter arranque em Janeiro deste ano, mas, devido à falta de condições técnicas, teve de ser arrastado para Abril, obrigando a que o GPL prorrogasse para mais três meses os contratos com as operadoras de limpeza cujos prazos terminaram em Dezembro do ano passado.

8.20 Chuva destapa "velhos" problemas de macro-drenagem

Novo Jornal

22 De Abril de 2022

A chuva que caiu na capital do País, na última quarta-feira, 20, provocou os habituais estragos o aumento do nível de água em bacias de retenção, a progressão de ravinas em alguns municípios, as inundações de habitações, ruas alagadas e intransitáveis.

Os danos provocados pelo grande "fiscalizador" das obras no País fizeram-se sentir com mais veemência nos municípios de Viana, Cacucaco, Luanda, Kilamba Kiixi e Talatona, segundo dados avançados pelo porta-voz do comando provincial de Luanda do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Minguês.

Os vídeos que circulam nas redes sociais mostram, no entanto, as inúmeras vias que ficaram intransitáveis, como é o caso da inundação da rotunda do Zango-I, no município de Viana, que deixou automobilistas e pedestres submersos no trajecto.

À semelhança do que ocorreu no Zango, os moradores do bairro paraíso, em Cacucaco, também estiveram impedidos de se locomoverem em consequência das últimas chuvas, tendo sido, deste modo, bloqueada a ponte que liga aquela circunscrição à vila sede daquele município.

Igualmente, circulam nas redes sociais vídeos que reportam as consequências das chuvas no município de Luanda, mostrando as dificuldades para locomoção de pessoas e viaturas, estradas principais e secundárias alagadas e instituições públicas e privadas submersas.

Lixo e macro-drenagem nas prioridades da governadora

A governadora da província de Luanda, Ana Paulo de Carvalho, aquando da tomada de posse, em Julho do ano passado, definiu como prioridades a curto, médio e longo prazo o problema dos resíduos sólidos e da macro-drenagem da capital.

Com propósito de cumprir este desiderato, a "número um" da província de Luanda e o ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares de Almeida, realizaram, a 11 de Outubro, visitas de constatação para avaliar os trabalhos de limpeza nas principais valas de drenagem da capital do País.

O trabalho de constatação dos dirigentes cingiu-se em mais de 10 valas de drenagem e bacias de retenção enquadradas no programa de saneamento básico de Luanda, cuja limpeza começou em Setembro último, com previsão de conclusão para dentro do primeiro trimestre de 2022.

Os responsáveis percorreram as valas e bacias das localidades de Belas, Talatona, Viana Tacula, Viana Comarca, Cacuaco, Cazenga, rio Cambamba e canais de Luanda. Entretanto, apesar de a situação da macro-drenagem ter sido definida como prioritária pela governadora de Luanda, a última chuva que caiu, na última quarta-feira, causou vários danos, de acordo com os vídeos a circular nas redes sociais, e, entretanto, veio apresentar o real estado do saneamento na capital do País.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Patrulhamento e campanhas de sensibilização baixam índice de criminalidade

Jornal Luanda

4 De Abril de 2022

Texto: Fula Martins

As noites longas e dramáticas dos moradores do projecto Nandó, Distrito Urbano Cidade Universitária, mude Talatona, devido à onda de criminalidade, começam, aos poucos, a fazer parte do passado, com a presença constante da Polícia Nacional e a realização de campanhas de sensibilização

Num passado recente, assaltos às residências, na via pública, violações sexuais e rixas entre grupos rivais eram uma constante. Os conflitos entre os jovens deixavam as mães com o coração na mão, com receio de perderem os filhos por causa dessas rixas.

O Jornal Metropolitano de Luanda apurou que o bairro já foi palco de várias execuções sumárias de marginais. Umhas fontes foram justiça por mãos próprias, realizadas pelos moradores. Hoje, o cenário é diferente. Os crimes estavam a ser demais, por isso, muitos moradores começaram a fazer justiça por mãos próprias, disseram os moradores, reconhecendo que os casos de delinquência baixaram de forma considerável, comparado com os anos anteriores em que eram registadas entre 10 e 15 crimes

Há 16 anos no Projecto Nandó, Teresa Martins apontou o patrulhamento regular da Polícia Nacional e as campanhas de sensibilização como factores determinantes para a redução do índice de criminalidade naquele bairro. "Já não verificámos mais muitos casos de delinquência como no passado, garantiu acrescentando que os bairros adjacentes são os mais afectados com assaltos à mão armada

Fernando Francisco, outro morador, louvou o apoio de muitas igrejas que, durante as campanhas de sensibilização contra a delinquência, exortaram os jovens a optarem por um comportamento mais cívico na comunidade. Por incrível que pareça, garantiu, muitos ouviram o conselho e hoje são um exemplo para muitas crianças do bairro.

"A união faz a força e está a surtir efeitos positivos, porque a comunidade ganhou tranquilidade e

segurança", afirmou, lamentando a ocorrência de rixas entre grupos rivais no Calemba 11, com recurso a facas, catanas e paus.

9.2 Crimes em Luanda

Jornal de Angola

22 De Abril de 2022

Texto: Sousa Jamba

A gravação a circular nas redes sociais é horrível: um jovem armado, que foi atirando ao seu alvo, é imobilizado pelo público, espancado e queimado.

Nas redes sociais, muitos cidadãos vão insistindo que o público tinha razão — os gatunos devem ser queimados, ponto final. A lei não funciona assim; mesmo um ladrão cruel deve ser julgado com base no que está estipulado na lei; quando a justiça passa para as mãos do público, muitas injustiças podem ser cometidas.

O que foi horrível é ver pessoas bem alegres a ver alguém a ser queimado. Será que o nosso povo é assim tão desprovido de sensibilidade?

No Sul dos Estados Unidos, nos tempos de discriminação racial, multidões de brancos linchavam negros suspeitos de terem cometido crimes. O jovem em Luanda disparou tiros contra quem ele pretendia roubar; algumas semanas atrás vimos um agente a disparar contra um suspeito que já tinha sido imobilizado e que morreu num instante.

Isso tudo deve fazer-nos pensar sobre as formas de acabar com o crime em Luanda. Não é através de slogans bombásticos que o crime será superado; é preciso muita disciplina e criatividade. O crime em Luanda vai ter que ser confrontado de várias frentes; a ideia de que há figuras superdotadas que vão poder transformar tudo não vai dar.

Vejamos, por exemplo, o uso de armas nos ataques. Quem são estes jovens que praticam este tipo de crime?

A estratégia aqui é intervir muito antes destes pegarem em armas. Há bairros em Luanda onde aquelas redes importantíssimas de socialização são fracas ou inexistentes. Alguns anos atrás, eu estava numa zona muito humilde de Viana; passei toda a tarde debaixo de uma árvore em casa de um parente. Na altura, a minha irmã era professora numa das escolas na área. Lembro-me de que as senhoras mudavam as fraldas de crianças cujas mães tinham ido para a cidade trabalhar. Tal área é muito fértil para o surgimento de gangues. Normalmente, há uma figura um pouco mais velha com algum dinheiro que

vai recrutando os jovens; é esta figura que consegue obter as armas.

Estas figuras são altamente bem organizadas e passam a ser uma espécie de modelo a seguir no bairro. Eles moldam as mentes dos jovens de uma forma tal que os seus valores passam a ser perversos; o uso de droga também ajuda neste niilismo. As autoridades deveriam identificar estes ninhos que eventualmente produzem criminosos violentos. Uma das soluções seria a criação de uma espécie de jangos nos bairros, que incluiriam os mais velhos e as autoridades da Polícia.

Algumas semanas atrás vi uma gravação de uma secção nos Ramiros onde havia muito crime. As pessoas estavam a ser aterrorizadas por jovens que esfaqueavam quem os desafiassem.

A comunidade chamou a Polícia, que meteu dois agentes na localidade; estes também tinham medo dos gangues. Em certos casos, os malfeitores eram apreendidos mas saíam logo depois. O pessoal naquela parte dos Ramiros também temia falar com a imprensa, porque as represálias dos chefões dos gangues iam ser bastante severas.

Temos aqui, também, a questão da própria Polícia. A Polícia deve ser composta por criminologistas sérios e não apenas de caenches com músculos. Deve haver um sector de assuntos sociais que deve trabalhar muito próximo dos serviços correcionais. Naturalmente, que isto significa tratar os quadros intelectuais que entram nestas instituições de uma forma digna. Conheci alguém com um mestrado em Criminologia de Londres que veio para Angola e acabou vendendo cimento no Panguila, antes de regressar para a Inglaterra onde trabalha agora em Assuntos Sociais. Depois há também o receio que este é o sector de indivíduos que sociologicamente e politicamente têm um perfil aceitável pelas altas figuras das instituições.

Luanda tem uma população de oito milhões de habitantes — quase o dobro da população da República do Congo. Uma capital como Londres, que também tem oito milhões de habitantes, tem muitos sectores para animar a sua economia: turismo, serviços de finanças, indústria, entretenimento, educação, etc. Devido à guerra, a população de Luanda cresceu sem estruturas paralelas para o seu sustento económico. Há gerações que nasceram em Luanda e consideram-se luandenses, que não vão abandonar a capital (mesmo a viver em bairros pobres da periferia) facilmente. A solução vai ter que ser bem radical. Sim, há gente que nasceu em Luanda, que se sente profundamente ligada à capital, mas que não resistiria à oportunidade de ir viver em Lisboa ou

Londres. Eles vão às capitais europeias à procura de uma boa vida.

Alguns meses atrás, eu estive no Namibe. Um amigo mostrou-me uma área onde o preço dos terrenos estava a subir rapidamente; era uma área perto do aeroporto. Imaginemos só o Namibe como um dos portos principais na Costa Africana. Existe o Caminho de Ferro que vai do Namibe a Menongue; imagine um cenário em que produtos (agrícolas ou minerais) do Oeste da Zâmbia e do Cuando Cubango passem pelo Porto do Namibe. A cidade teria muita actividade e economia que resultaria em construção de condomínios, escolas, hospitais, centros comerciais, stand de venda de viaturas, etc. Muita gente que hoje está naqueles bairros pobres à volta de Luanda iria seguramente para o Namibe. O esvaziamento populacional de Luanda faria com que muita coisa ficasse mais tratável. Tudo isto seria possível com a devida vontade política.

10. AMBIENTE

10.1 Banco Mundial concede 300 milhões. de dólares para apoiar resiliência climática

Jornal Economia e Finanças
8 De Abril de 2022

O Conselho de Administração do Banco Mundial aprovou, em Washington, EUA, um financiamento de usd 300 milhões, para apoiar o Governo de Angola a melhorar o abastecimento de água e reforçar a gestão dos recursos hídricos para maior resiliência climática em áreas seleccionadas do país.

O financiamento vai suportar o projecto denominado Resiliência Climática e Segurança da Água em Angola ou RECLIMA, que será co - financiada pela Agência Francesa de vês de um empréstimo denominado em euros, equivalente a 150 milhões de dólares.

Para o Banco Mundial, as alterações climáticas ameaçam a segurança da água e os meios de subsistência em Angola, de acordo com uma nota enviada à ANGOP.

O projecto será implementado nas províncias do Zaire, Benguela, Huíla, Cuanza-Sul, Cuando Cubango, Cunene, Namibe e Luanda, beneficiando cerca de 1,2 milhões de pessoas.

O projecto de resiliência Climática e Segurança da Água em Angola ou RECLIMA irá financiar investimentos físicos em áreas urbanas e rurais, bem como actividades de desenvolvimento institucional para aumentar a segurança da água e ajudar a gerir os efeitos climáticos extremos, desde o nível nacional e da bacia até ao nível municipal.

No entender desta instituição financeira internacional, o elevado grau de exposição do país a eventos climáticos extremos ameaça ainda mais a sua estabilidade económica e a segurança e bem-estar da população

10.2 Falta de chuva compromete colheita na cooperativa kassame

Jornal Economia e Finanças
8 De Abril de 2022

Dez toneladas de cereais diversos poderão se perder, no presente ano agrícola 2021/2022, na cooperativa Kassame, na localidade do Muculo, município do

Dande, província do Bengo, devido às fracas chuvas que se registam este mês.

A cooperativa previa colher 500 toneladas de milho, 300 de feijão, 200 de massango e 50 de soja, mas com a falta de chuva a plantação está secar, disse o presidente da agremiação, Faustino Canganjo.

A estiagem vai ainda dificultar o reembolso de cerca de dois por cento de 500 quilogramas sementes de milho, 200 de feijão, 100 de massango e 25 de soja adquiridas no Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA). Com uma área de 435 hectares, 200 dos quais em produção, a cooperativa colheu na campanha agrícola anterior, 23 toneladas de produtos diversos, entre os quais, 485 toneladas de milho, 320 de feijão, 835 de limão, 20 toneladas de laranja, 230 de tomate, 283 de cebola e 123 de beringela.

Em perspectiva está o aumento da área de cultivo, de 200 para 215 hectares, para diversificar a produção.

Devido à época de cacimbo que se avizinha, os filiados estão neste momento a organizar os viveiros de hortícolas para o cultivo de tomate, cebola, repolho, couve, cenoura e alface.

As 48 fazendas que compõem a cooperativa trabalham de forma manual e, para além da agricultura, dedicam-se a criação de caprinos, suínos e a actividade avícola.

A degradação das vias de acesso e o escoamento da produção constituem os principais problemas da cooperativa. Criada em 2006, a cooperativa Kassame tem 48 associados, dos quais 38 homens, 10 mulheres, e gerou 75 novos empregos.

10.3 No limiar da ravinas, na legião de moscas onde falta quase tudo

Novo Jornal
8 De Abril de 2022
Texto: *Victória Maviluka e Adjali Paulo*

Tentando aliviar o calor e afugentar, com fúria escancarada, as moscas que lhe perseguem o rosto sem trégua, Jacinto Manuel Bizerra amarrota, em tão poucos minutos, os papéis que tem na mão. Os documentos guardam a história de um longo vai e vem entre o Governo Provincial de Luanda (GPL), a Administração Municipal de Viana e a Administração Distrital do zango, tendo como saldo destas viagens: frustrações. Não é para menos: senhor Bizerra viu, num ápice, tudo quanto tinha construído, em mais de 30 anos, no mítico bairro do Sambizanga,

desmoronar-se, por conta de um programa de reabilitação da estrada 12 de Julho, faz cinco anos.

"No Sambizanga, tinha um estabelecimento e alguns anexos. Eu era dono do famoso Bar Kizombo, que existe desde o tempo colonial. Aquela casa foi comprada em 1979. Perdi quase tudo ao ser forçado a vir viver aqui. Fomos enganados por quem tem o dever de nos proteger", descreve.

Bizerra e outras dezenas de vizinhos viram a linha do traçado para a colocação do tapete asfáltico passar sobre as suas residências. É esta sentença que ditou o início de um período de infortúnio no bairro do Kitondo no, interior do Zango m, onde a sua casa, um apertado T3, chama atenção por estar no limiar de uma ravina que já lhe consumiu parte do muro do quintal.

A cedência da parte principal da casa está por um triz. Basta uma chuva forte para os destroços irem abaixo e seguirem o caminho para a bacia de retenção, localizada a escassos metros da zona residencial. Aliás, esta bacia de retenção é apontada por Bizerra e vizinhos como a origem dos deslizamentos de terra iniciados em 2018, um ano após terem chegado ao bairro, sem margens para contrapor um processo de desalojamento que teve a acção repressiva de efectivos da polícia Nacional, denunciam.

Senhor Bizerra conta que as negligências das autoridades em resolver o problema das ravinas são antigas. De lá para cá, cartas protocoladas pelas autoridades governativas da província e do município, às quais o Novo Jornal teve acesso, testemunham o silêncio da falta de intervenção que pudesse travar o avanço das ravinas.

"A ravina era uma coisa pequena, ainda tinha passagem asfáltica pelo bairro. Quando ela" começou, informámos a Administração Municipal de Viana, isto em 2018. Prometeram aparecer. Passado um ano, veio a Casa Militar [do Presidente da República], os técnicos fizeram levantamentos, mas nunca fizeram a desejada intervenção. Mas nós não parámos. Como não havia resposta da Administração e da Casa Militar, fomos ao Governo provincial de Luanda, escrevemos para governadora Ana Paula [de Carvalho]. O GPL enviou o documento para a área técnica do nosso município, mas até hoje nunca resolveram este problema, até ficar no estado em que está", conta, agastado, o cidadão de 60 anos, que chegou a Luanda, vindo do Cuanza Norte, em 1979, fixando residência no bairro Sambizanga.

Recorda, com nostalgia, uma das noites de Novembro do ano passado, em que viu parte do seu quintal engolido pelas ravinas:

"Eu já perdi parte do muro do meu quintal. O pior só não aconteceu porque ele cedeu para fora. Aquilo aconteceu à noite, com os miúdos a dormir. Diabo que seja surdo: imaginam vocês se o muro tivesse caído para dentro de casa! Tem sido um inferno durante as chuvas. Dá medo".

Os estragos do fenómeno são bastante ilustrativos na descontinuada estrada asfaltada que atravessava o bairro e que viu parte significativa consumida pelos deslizamentos de terra. Perfilado como a próxima vítima do fenómeno não está apenas o tapete asfáltico, tampouco a casa de Bizerra.

Dona Carlota Sebastião tem a casa pequena - T3 suspensa numa porção de terra isolada, junto a um posto de iluminação, que também corre o risco de ser consumido pelas ravinas. O perigo de desabamento forçou a que um dos inquilinos abandonasse a casa, estando outro arrendatário igualmente em vias de fugir do risco de uma fatalidade.

Nascida no Sambizanga há 61 anos, a reformada do Instituto Nacional de Estradas de Angola não esconde o desconforto de, numa conversa com jornalista, lhe ser desafiada a fazer um percurso histórico do seu passado no Sambizanga e o actual cenário por que passa no Kitondo 11.

"Meu filho, vou falar o quê, vou começar de onde? Perdi tudo, minha casa construída de raiz, negócios. Tudo, para me virem colocar aqui neste inferno. Isto é pecado grande", atira Dona Carlota, que procura proteger-se do sol amarrando um pano na cabeça. Mas não evita o rosto molhado de suor.

10.4 Progresso de ravina tira o sono aos moradores

Jornal Luanda

4 De Abril de 2022

Texto: Fátima Quífica

Há três anos, a progressão de uma ravina, provocada pelas chuvas, tem tirado o sono aos moradores da rua 3, travessa da Antena, no bairro Nova Esperança, no Calemba II, interditando a mesma no sentido descendente.

Marcelina Inácio vive próximo da ravina, e teme pela sua vida, principalmente nos últimos dias, em que tem chovido com alguma intensidade em Luanda. Segundo a moradora, a situação é do conhecimento da Administração, que fez uma pequena intervenção com a colocação de areia, mas que não resolveu o problema.

"Ficaram de regressar para estancar a ravina, mas até hoje nada acontece. Solicitamos a intervenção da Administração, porque tememos pelas nossas vidas, pois, com as chuvas do mês de Abril, a ravina pode progredir ainda mais pelo bairro", disse.

Ela também está preocupada com o facto de a ravina ter sido transformada em depósito de lixo, causando mau cheiro e excesso de moscas." Às vezes, para evitar esse cenário, ateamos fogo, embora seja penoso suportar o fumo, o que fazer? É a forma menos dispendiosa que encontramos para minimizar a situação", disse.

Edvaldo Ramos, outro morador, disse que o buraco era mais fundo, mas, graças à intervenção de um vizinho, foi possível entulhar a ravina para permitir a passagem de viaturas no sentido ascendente, dando acesso ao Balcão Único de Atendimento ao Público.

A interdição da parte descendente da rua 3 tem provocado muitos constrangimentos a Engraça Faria, principalmente quando regressa das compras. "Normalmente, fico numa rua antes e com isso, tenho de levar o peso para chegar a casa", queixa-se, acrescentando que o local já tem servido de moradia para malucos, devido à existência de uma casa inacabada, que se encontra próximo à ravina, cujo quintal corre o risco de desabar.

10.5 Temos de conviver também com insectos, com cheiro nauseabundo e com animais

Novo Jornal

8 De Abril de 2022

Texto: Victória Maviluka

Acabado de dar entrevista à nossa reportagem, senhor Jacinto Manuel Bizerra dirige-se à porta que dá acesso ao seu desprotegido quintal. Não o faz sem que, intencionalmente, mexa nas folhas da mangueira que está defronte ao seu quintal.

Desperta uma ruidosa legião de moscas.

"É assim dentro de casa, moscas e mosquitos por todo o lado. Além das ravinas, temos de conviver com insectos, com cheiro nauseabundo e com animais. Já tivemos casos de mortes de crianças arrastadas pelas ravinas. Recentemente, avistei um lagarto grande sobre a minha cama. Isso é humilhante!", desabafa o pai de oito filhos, todos eles nascidos no Sambizanga.

Joana Francisco José, também desalojada da sua casa no Sambizanga, em Janeiro de 2017, exhibe a

indumentária da OMA (Organização da Mulher Angolana), braço feminino do partido no poder, para pedir a sensibilidade das suas camaradas de fileira.

"Não é este o partido que Agostinho Neto e outros antigos combatentes do MPLA idealizaram para governar o nosso País. Como podem fazer-nos isso, tirar-nos do Sambizanga, das casas que nós construímos, onde vimos os nossos filhos nascerem, para nos colocarem nessas casas inacabadas, sem quintais? Como podem mandar-nos num bairro distante de centros de saúde e de escolas? Sinto-me traída pelo meu próprio partido. Mas nós temos a certeza de que o presidente João Lourenço não sabe disso", afirma a reformada na cervejeira Nocal.

Sempre com um discurso revoltante, lembra da sua residência destruída em 2017 para supostamente dar lugar à reabilitação da estrada 12 de Julho, no Sambizanga: "O meu marido, que agora depende de cadeiras de roda para se locomover, construiu-me uma casa grande, nem isso tiveram em conta na hora de nos alojarem. Como gostávamos de regressar ao Sambizanga! Dói voltar ao Sambizanga e ver que, no lugar das nossas casas, construíram outras coisas e nada de estrada. É duro ter de suportar, dia e noite, este mau cheiro que vem dos buracos. Não temos contentores de lixo, e é nos buracos que as pessoas põem o lixo todo. Quando cai chuva, isso é um caos".

10.6 Estado pode arrecadar 150 milhões kz com venda de madeira

Jornal Expansão

22 De Abril de 2022

O Estado deverá arrecadar mais de 150 milhões kz, com a venda de mais de 1.256 metros cúbicos de madeira apreendida na província do Moxico, na cidade do Luena. A madeira foi apreendida por ter sido explorada ilegalmente por algumas empresas do sector, no último ano florestal.

O processo de venda da madeira está a ser coordenado pela Empresa Pública Florestal de Madeira, constituída fiel depositária pelo Ministério da Agricultura e Pescas. De acordo com um documento divulgado pelo ministério, o preço de venda está fixado em 135 mil kz por metros cúbico para a espécie *Mussive* e 110 mil kz para a *Girassonde*.

Em declarações à Imprensa local, o chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Moxico, Paulo Muacazanga, disse que

apenas sete empresas se candidataram ao processo, lamentando assim a ausência de candidaturas de empresas responsáveis pela exploração ilegal da referida madeira, uma vez que tinham esse direito.

Por sua vez, o presidente da Associação Provincial dos Madeiros do Moxico, Frederico Salvador, considera "elevadíssimo" o preço que está a ser aplicado na venda da referida madeira, tendo em conta o tempo que separa entre o processo de exploração do produto, sua apreensão e o anúncio da venda. Para o responsável, o preço da madeira deveria variar entre 80 mil a 50 mil Kz, por causa da sua depreciação. Entretanto, o chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Moxico, Paulo Muaca zanga, informou que mais de 36 empresas começaram a concorrer para a obtenção de licenças de exploração de 19 mil metros cúbicos de áreas de madeira na província do Moxico, no próximo ano florestal.

Segundo Paulo Muacazanga, entre as exigências para a obtenção da licença constam a necessidade de as empresas constituírem representações a nível local, para o melhor acompanhamento do processo de cumprimento das obrigações fiscais, bem como a promoção da empregabilidade e inscrições dos trabalhadores na Segurança Social.

G.X.

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS
CHINES EM ANGOLA